



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ / UNIOESTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES / CECA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DE MESTRADO / PPGE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PROCESSOS DE
ENSINO E DE APRENDIZAGEM**

DÉBORA LUANA CRESTANI THEODORO

**ENSINO REMOTO E SAÚDE MENTAL DE PROFESSORES: DESAFIOS,
POSSIBILIDADES E LIMITES NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

**CASCADEL - PR
2022**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ / UNIOESTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES / CECA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DE MESTRADO / PPGE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PROCESSOS DE
ENSINO E DE APRENDIZAGEM**

DÉBORA LUANA CRESTANI THEODORO

**ENSINO REMOTO E SAÚDE MENTAL DE PROFESSORES: DESAFIOS,
POSSIBILIDADES E LIMITES NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, área de concentração Educação, linha de pesquisa: Formação de Professores e Processos de Ensino e de Aprendizagem da Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE – Campus de Cascavel, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Elisabeth Rossetto

**CASCADEL - PR
2022**

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Theodoro, Débora Luana Crestani
Ensino remoto e saúde mental de professores: desafios, possibilidades e limites no contexto da educação superior / Débora Luana Crestani Theodoro; orientadora Elisabeth Rossetto. -- Cascavel, 2022.
186 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Cascavel) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2022.

1. Saúde mental. 2. Ensino remoto. 3. Educação. I. Rossetto, Elisabeth, orient. II. Título.

**unioeste**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Cascavel CNPJ 78680337/0002-65
Rua Universitária, 2069 - Jardim Universitário - Cx. P. 000711 - CEP 85819-110
Fone:(45) 3220-3000 - Fax:(45) 3324-4566 - Cascavel - Paraná

**PARANÁ**
GOVERNO DO ESTADO

DÉBORA LUANA CRESTANI THEODORO

ENSINO REMOTO E SAÚDE MENTAL DE PROFESSORES: DESAFIOS,
POSSIBILIDADES E LIMITES NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestra em Educação, área de concentração Educação, linha de pesquisa Formação de professores e processos de ensino e de aprendizagem, APROVADO(A) pela seguinte banca examinadora:

Orientador(a) - Elisabeth Rossetto

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)

Jorge Both

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)

Ruté Grossi Milani

Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Cascavel, 1 de dezembro de 2022

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as pessoas que acreditam e defendem o direito de todo ser humano a uma vida digna, com acesso à Educação e à Saúde Pública de qualidade.

AGRADECIMENTOS

[...] subjetividade significa uma permanente constituição do sujeito pelo reconhecimento do outro e do eu.

(MOLON, 2015, p. 120).

A Deus, pela fé e saúde, as quais me possibilitaram chegar até o mestrado e concluí-lo.

Aos meus pais, Bonfilho e Lúcia, que nunca mediram esforços para que eu pudesse ter boas oportunidades, e aos meus irmãos, Luciana e Bruno. Vocês são a base de tudo e eu os amo.

Ao meu marido, Jônatas Theodoro, confidente, incentivador e presença calma em minha vida. Você me fortalece, obrigada por existir.

Ao meu cachorrinho amado, Orlando. Sem sua presença eu não teria conseguido... minha companhia, apoio, carinho e alegria nos momentos de cansaço e solidão. Você me ensina muito sobre o amor.

À minha amiga, Vanessa Brandelero, pela reciprocidade, incentivo, inspiração e ajuda. Sou muito grata pela sua amizade.

À Universidade Tecnológica Federal do Paraná, instituição da qual faço parte, por prever em suas políticas o apoio e o incentivo à qualificação profissional, possibilitando que eu cursasse o mestrado.

Às minhas colegas de trabalho, Andreia, Crizieli, Marisete e Mônica. Obrigada pelo apoio. Tenho muita sorte de conviver com profissionais e pessoas tão maravilhosas. Vocês têm a minha admiração.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Elisabeth Rossetto, pela confiança, dedicação e conhecimentos partilhados, pelo carinho com que me acolheu e por seu exemplo de cidadania. Sem você nada disso teria sido possível.

À Prof.^a Dr.^a Rute Grossi-Milani e ao professor Prof. Dr. Jorge Both, membros da banca de qualificação e de defesa, por aceitarem o convite e por suas valiosas contribuições. À Rute, pela generosidade, delicadeza de fala e principalmente pelas observações dedicadas e atentas; ao Jorge, pelas importantes considerações, as quais agregaram qualidade, cientificidade e rigor metodológico ao estudo. Foi uma satisfação e um privilégio ter contado com vocês nesta trajetória.

Aos meus colegas do Grupo de Pesquisa em Educação Especial - GEPEE, Fabrício, Geovane, Nandra e Rosicleia, pelas trocas, reflexões e compartilhamentos sobre a ciência e sobre a vida.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Unioeste - *campus* de Cascavel, pelos ensinamentos.

Aos funcionários do PPGE, em especial à Sílvia, por todo o trabalho desempenhado, pelo apoio e paciência. Poder contar com sua humanidade e profissionalismo foi fundamental.

Aos colegas da turma 2021/2022 do Mestrado em Educação, especialmente às minhas colegas da linha de pesquisa Formação de Professores e Processos de Ensino Aprendizagem, pelos momentos compartilhados. Foi muito bom conhecer vocês.

Aos amigos e familiares, os quais, de alguma forma, estiveram comigo e me fortaleceram para chegar até aqui.

Aos estudantes universitários, por serem minha inspiração para realização deste estudo.

CRESTANI THEODORO, Débora Luana. **Ensino remoto e saúde mental de professores:** desafios, possibilidades e limites no contexto da educação superior. 2022. 186f. Dissertação Mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de concentração: Educação, Linha de Pesquisa: Formação de professores e processos de ensino aprendizagem, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2022.

RESUMO

A sociedade vivencia transformações provenientes de um acelerado movimento de mudanças políticas, econômicas, tecnológicas, ambientais e, mais precisamente nos anos de 2020, 2021 e 2022, encontra-se diante de intensas modificações decorrentes da pandemia de covid-19. Áreas como saúde e educação enfrentam grandes desafios, dada a pluralidade envolvida em seus processos constitutivos e a complexidade em lidar com o ser humano como seu principal objeto de investigação. A implantação do ensino remoto, principal metodologia utilizada na educação durante a pandemia, vem impactando as vivências de professores e estudantes, considerando as mudanças em decorrência de um ensino não presencial, o distanciamento no contato interpessoal e o desenvolvimento de atividades para as quais não estávamos preparados. Diante dessa realidade, buscamos, por meio deste trabalho, discutir sobre as práticas que resultam desse cenário, visando à superação do olhar fragmentado e biologizante do ser humano e à articulação entre desenvolvimento psíquico, saúde mental, processos sociais e educação. O objetivo geral do estudo foi analisar as relações entre o ensino remoto, saúde mental e atividades de trabalho dos professores no contexto da educação superior à luz da Psicologia Histórico-Cultural. Os objetivos secundários foram identificar, na literatura científica, elementos inerentes ao uso das tecnologias digitais na educação que contribuem para o desgaste mental e para o sofrimento psíquico dos professores; debater sobre as condições relacionadas à prática do ensino remoto em Instituições de Ensino Superior públicas; e analisar as modificações na atividade de trabalho e suas implicações na saúde mental do professor. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório, cuja proposta consistiu em expor e debater trabalhos científicos já publicados acerca do sofrimento/adoecimento mental do professor universitário e relacioná-los à Psicologia Histórico-Cultural, contemplando autores como: Vigotski (1930, 2004, 2003, 2006, 2018, 2019, 2021), Zeigarnik (1979), Leontiev (1984, 2004), Martins (2004, 2010, 2011, 2019, 2020), Pino (2005), González Rey (2011, 2016) e outros. Tal referencial favorece à articulação entre aspectos biológicos, sociais e culturais dos processos humanos, além de possibilitar o deslocamento da responsabilização única do sujeito por seu adoecimento psíquico para uma visão que envolve políticas públicas de cuidado e de promoção à saúde do trabalhador. A pesquisa envolveu uma revisão de literatura que transcende à dimensão dos pressupostos epistemológicos da Psicologia Histórico-Cultural, adentrando ao estudo de aspectos políticos do Ensino Superior público brasileiro. Com base nos resultados, conclui-se que o ensino remoto, embora tenha contribuído para o desenvolvimento de alguns processos de trabalho do professor, resultou em relações de ensino e de trabalho ainda mais precarizadas e em um maior índice de sofrimento psíquico, quando comparado ao período anterior à pandemia da covid-19. Tais achados são atravessados por um contexto educacional a serviço do capital, em função dos interesses de mercado e em detrimento da qualidade de seus processos.

Palavras-Chave: Saúde Mental; Ensino Remoto; Ensino Superior; Psicologia Histórico-Cultural; Promoção da Saúde.

CRESTANI THEODORO, Débora Luana. **Remote teaching and teachers' mental health: challenges, possibilities and limits in the context of higher education.** 2022. 186f. Master's Dissertation in Education. Graduate Program in Education. Area of Concentration: Education, Research Line: Teacher Training and teaching learning processes, State University of Western Paraná - UNIOESTE, Cascavel, 2022.

ABSTRACT

Society has experienced transformations arising from a rapid movement of political, economic, technological, and environmental changes and, more precisely in the years 2020, 2021, and 2022, is facing intense changes resulting from the covid-19 pandemic. Areas such as health and education face great challenges, given the plurality involved in their constitutive processes and the complexity in dealing with the human being as their main object of investigation. The implementation of remote teaching, the main methodology used in education during the pandemic, has impacted the experiences of teachers and students, considering the changes resulting from a non-face-to-face teaching, the distance in interpersonal contact, and the development of activities for which we were not prepared. In view of this reality, this paper seeks to discuss the practices that result from this scenario, aiming to overcome the fragmented and biologizing view of the human being and the articulation between psychic development, mental health, social processes, and education. The general objective of the study was to analyze the relations between remote teaching, mental health, and teachers' work activities in the context of higher education in the light of Cultural-Historical Psychology. The secondary objectives were to identify, in the scientific literature, elements inherent to the use of digital technologies in education that contribute to the mental exhaustion and psychological suffering of teachers; to discuss the conditions related to the practice of remote teaching in public Higher Education Institutions; and to analyze the modifications in the work activity and its implications on the teacher's mental health. A bibliographic research of exploratory nature was carried out, whose proposal consisted in exposing and discussing scientific works already published about the mental suffering/illness of university professors and relating them to Cultural-Historical Psychology, contemplating authors such as: Vygotsky (1930, 2004, 2003, 2006, 2018, 2019, 2021), Zeigarnik (1979), Leontiev (1984, 2004), Martins (2004, 2010, 2011, 2019, 2020), Pino (2005), González Rey (2011, 2016) and others. Such referential favors the articulation between biological, social, and cultural aspects of human processes, in addition to enabling the displacement of the subject's sole responsibility for his or her psychological illness to a vision that involves public policies of care and promotion of worker health. The research involved a literature review that transcends the dimension of the epistemological assumptions of Cultural-Historical Psychology, entering the study of political aspects of the Brazilian public Higher Education. Based on the results, it is concluded that remote teaching, although it has contributed to the development of some work processes of the professor, has resulted in even more precarious teaching and work relations and in a higher rate of psychological suffering, when compared to the period before the covid-19 pandemic. Such findings are crossed by an educational context at the service of capital, in function of market interests and to the detriment of the quality of its processes.

Keywords: Mental Health; Remote Teaching; Higher Education; Cultural-Historical Psychology; Health Promotion.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico	Título	Pág.
Gráfico 1	Perfil do público estudado por tipo de instituição e por nível de ensino	90
Gráfico 2	Amostra por região do Brasil	91

LISTA DE QUADROS

Quadro	Título	Pág.
Quadro 1	Caracterização dos artigos	84
Quadro 2	Trabalhos selecionados para o estado do conhecimento	85

LISTA DE FIGURAS

Figuras	Título	Pág.
Figura 1	Fluxograma da revisão	83
Figura 2	Classificação dos estudos selecionados por área do conhecimento	89

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÔNIMOS

Siglas	Significado
ABRAFI	– Associação Brasileira das Mantenedoras das Faculdades
ANDIFES	– Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
APA	– <i>American Psychiatric Association</i>
AVA	– Ambientes Virtuais de Aprendizagem
BDTD	– Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BSI	– <i>Brief Symptom Inventory</i>
BVS	– Biblioteca Virtual em Saúde
CAPES	– Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CID	– Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde
CINAHL	– <i>Cumulative Index to Nursing & Allied Health Literature</i>
CNE	– Conselho Nacional de Educação
CNPQ	– Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COVID-19	– <i>CoronaVirus Disease 19</i>
DASS-21	– <i>Depression Anxiety and Stress Scale</i>
DECS	– Descritores em Ciências da Saúde
DSM	– Manual Estatístico e Diagnóstico de Transtornos Mentais
DSS	– Determinantes Sociais da Saúde
EAD	– Ensino a Distância
ED	– Educação em Saúde
ERE	– Ensino Remoto Emergencial
FONAPRACE	– Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
FPE	– Funções Psicológicas Elementares
FPS	– Funções Psicológicas Superiores
IES	– Instituições de Ensino Superior
IES	– <i>Impact of Event Scale</i>
IFES	– Institutos Federais de Ensino Superior

INEP	– Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	– Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LER	– Lesões por Esforços Repetitivos
MEC	– Ministério da Educação
MESH	– <i>Medical Subject Headings</i>
ODS	– Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS	– Organização Mundial da Saúde
OPAS	– Organização Pan-Americana da Saúde
PHC	– Psicologia Histórico-Cultural
PNPS	– Política Nacional de Promoção da Saúde
PSS-10	– Escala de Percepção de Estresse-10
PUBMED/NLM	– <i>National Library of Medicine</i>
QNSO	– Questionário Nórdico de Sintomas Osteomusculares
REAR	– Regime Especial de Aprendizagem Remota
SARS-COV-2	– Síndrome Respiratória Aguda Grave - Coronavírus 2
SCIELO	– <i>Scientific Electronic Library Online</i>
SM	– Salário-Mínimo
SUS	– Sistema Único de Saúde
TIC	– Tecnologias da Informação e Comunicação
UFAL	– Universidade Federal de Alagoas
UFMS	– Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UNIOESTE	– Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UPS	– Universidades Promotoras de Saúde
UTFPR	– Universidade Tecnológica Federal do Paraná
WEB OF SCIENCE	– <i>Web of Science Thomson Reuters</i>
WHO	– <i>World Health Organization</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 O DESENVOLVIMENTO PSÍQUICO E A SAÚDE MENTAL: UMA PERSPECTIVA HUMANIZADORA DE CONSTITUIÇÃO DE SER HUMANO E DE MUNDO	12
1.1 A CONSTITUIÇÃO DA SUBJETIVIDADE À LUZ DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL	13
1.1.1 A subjetividade em sua constituição histórico-cultural: uma nova concepção do desenvolvimento psicológico.....	13
1.1.2 A relação com o outro e o desenvolvimento psíquico singular.....	17
1.1.3 As funções psicológicas e as diferentes formas de apropriação do ser humano	21
1.2 SAÚDE MENTAL E SOFRIMENTO PSÍQUICO: UM PROCESSO DE ADOECER SOCIAL.....	29
1.2.1 A saúde mental a partir de uma perspectiva médica.....	29
1.2.2 O adoecimento psíquico a partir do olhar da Psicologia Histórico-Cultural e dos determinantes sociais de saúde	33
1.2.3 O sistema político-econômico, o trabalho e o processo de adoecimento psíquico	45
2 ENSINO REMOTO, TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL	50
2.1 A UNIVERSIDADE PÚBLICA HOJE: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	51
2.2 A VIRTUALIZAÇÃO E A PRESENCIALIDADE NO ENSINO SUPERIOR	58
2.2.1 A pandemia da covid-19 e seus impactos.....	60
2.2.2 Ensino remoto e ensino híbrido	65
2.2.3 Relações de ensino: sociabilidade e humanização	67
3 O ESTADO DO CONHECIMENTO: ENSINO REMOTO E SAÚDE MENTAL DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS	79
3.1 O QUE DIZEM OS PESQUISAS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O ENSINO REMOTO E A SAÚDE MENTAL DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR	79
3.1.1 Descrição e análise dos estudos	84

4 SAÚDE MENTAL DOCENTE NA CONTEMPORANEIDADE: A PRECARIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE TRABALHO E SUAS REPERCUSSÕES	108
4.1 A IDENTIDADE DOCENTE NO TRABALHO E NAS RELAÇÕES DE ENSINO	108
4.2 AS NOVAS CONFIGURAÇÕES NO TRABALHO E A SAÚDE MENTAL DO DOCENTE UNIVERSITÁRIO	123
4.3 ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO	136
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
REFERÊNCIAS	154

INTRODUÇÃO

E não me esquecer, ao começar o trabalho, de me preparar para errar. Não esquecer que o erro muitas vezes se havia tornado o meu caminho. Todas as vezes em que não dava certo o que eu pensava ou sentia – é que se fazia enfim uma brecha, e, se antes eu tivesse tido coragem, já teria entrado por ela. Mas eu sempre tivera medo de delírio e erro. Meu erro, no entanto, devia ser o caminho de uma verdade: pois só quando erro é que saio do que conheço e do que entendo. Se a “verdade” fosse aquilo que posso entender – terminaria sendo apenas uma verdade pequena, do meu tamanho. LISPECTOR, 2020, p. 108).

Vivenciamos um cenário de grandes desafios para o contexto da educação, permeado por aceleradas mudanças e inovações tecnológicas direcionadas às relações de ensino-aprendizagem. Tal fenômeno exige dos profissionais da educação novas habilidades para a reestruturação do trabalho e requer reflexões e debates direcionados à saúde mental e à atuação docente.

As diversas formas de construir a saúde envolvem, de modo relacional, aspectos físicos, psíquicos e sociais, os quais se referem a dimensões distintas do indivíduo e da vida humana que precisam ser vistas a partir de um olhar dialético, pois que estabelecem entre si laços de profunda interdependência. Trata-se de uma percepção que evidencia o papel cada vez mais relevante da saúde mental no bem-estar dos sujeitos e da sociedade como um todo.

Nesse sentido, a Organização Mundial da Saúde (OMS) enfatiza que “[...] não existe saúde sem saúde mental [...]” (OMS, 2022) e chama a atenção para os determinantes que envolvem essa temática, esclarecendo que não se trata, apenas, de questões individuais, mas de fatores sociais, culturais, econômicos e políticos, tais como políticas nacionais, proteção social, condições de trabalho, padrões de vida e redes de apoio. Assim, além do acesso aos serviços de saúde, pessoas em sofrimento psíquico precisam de apoio e de cuidados sociais, uma vez que um desenvolvimento mundial sustentável depende em grande medida da saúde mental da população (PATEL *et al.*, 2018).

Apesar dos avanços importantes na direção da demonstração do que pode ser feito com relação ao tratamento e à prevenção do adoecimento psíquico, o reflexo de tais ações tem repercutido de modo lento na realidade mundial. A carga global de doenças referentes à saúde mental tem aumentado gradativamente em todos os

países, em acompanhamento às mudanças advindas de questões ambientais, demográficas e de transições sociopolíticas (PATEL *et al.*, 2018).

Violações de direitos humanos e abusos ainda persistem, tais como o elevado número de pessoas que vivenciam situações de restrição de liberdade, por meio de trancamentos ou isolamentos em instituições para tratamento em saúde mental e em prisões, a exposição à situação de rua, sem a devida proteção legal, e outras ocorrências de negligência e de violência que expõem o ser humano e contribuem para a piora em seu quadro de saúde mental. Ademais, a qualidade dos serviços de saúde mental, em sua maioria, é inferior à dos serviços disponibilizados para a saúde física, devido aos baixos investimentos dos governos na área. O fracasso coletivo na resposta a tal crise, desse modo, resulta em uma perda de capacidades humanas e desencadeia sofrimentos que poderiam ser evitados (PATEL *et al.*, 2018).

Diante dessa realidade, tem-se que os transtornos mentais e por uso de substâncias são considerados atualmente os principais contribuintes para a morbidade, para a incapacidade, para as lesões e para a mortalidade prematura dos indivíduos (OMS, 202a). Essas condições aumentam o risco de outros agravos de saúde e causam disfunções em diferentes âmbitos da vida do sujeito, como na família, na escola e no trabalho.

Além disso, a pandemia da covid-19 afetou, de modo negativo, o bem-estar e a saúde mental de milhões de pessoas, visto que evidenciou ainda mais a inadequação e a desatualização dos sistemas e dos serviços de saúde mental em nível mundial e trouxe à luz efeitos nocivos da institucionalização, da falta de redes sociais fortalecidas e coesas e da natureza, quase sempre insuficiente e fragmentada, dos serviços comunitários de saúde mental (WHO, 2021). Isso ocorreu de modo intenso com as mulheres, por meio de desafios impostos pela pandemia, como o fechamento das escolas, o teletrabalho, o cuidado com os membros da família, as tarefas domésticas, dentre outros aspectos que contribuíram para o agravamento dos quadros de sofrimento psíquico na sociedade atual.

A *Coronavirus Disease 2019* (covid-19) se refere à pandemia gerada por uma infecção respiratória aguda resultante do Coronavírus 2 (SARS-CoV-2), que tem causado graves consequências à saúde da população no Brasil e no mundo. O SARS-CoV-2 foi identificado pela primeira vez na cidade de Wuhan, na China, em dezembro de 2019, por meio de amostras obtidas de pacientes com pneumonia de causa desconhecida e se faz presente até os dias atuais (BRASIL, 2021b).

A transmissão da covid-19 caracteriza-se como objeto de estudo contínuo por parte dos pesquisadores envolvidos com a temática, embora já se saiba que ela "[...] pode ocorrer diretamente, pelo contato com pessoas infectadas, ou indiretamente, pelo contato com superfícies ou objetos utilizados pela pessoa infectada." (BRASIL, 2021a). Os casos da infecção pelo SARS-CoV-2 podem ser classificados em: assintomáticos, quando a pessoa está infectada, mas não apresenta sintomas, leves, moderados, graves e casos críticos. Os sintomas são variados e podem incluir desde tosse, dor de garganta, coriza, febre, cefaleia, diarreia, desconforto respiratório até alteração da consciência, desidratação, letargia, convulsões, insuficiência respiratória grave e disfunção de múltiplos órgãos (BRASIL, 2021c).

Em vista disso, tem-se que a pandemia de covid-19 afetou sobremaneira a saúde mental da população, com efeitos de longo prazo, implicando o aumento da prevalência global em 25,6% para os transtornos de ansiedade e em 27,6% para os casos de depressão, somente no ano de 2020 (WHO, 2022). Nesse sentido, um plano de ação integral para a recuperação da covid-19 precisa considerar a saúde mental como prioridade e envolver uma mudança cultural que afaste a estigmatização e guie práticas mais inclusivas, propiciando a construção de um sistema de saúde mais qualificado, em que a saúde mental, física e social das pessoas se relacionem profundamente e sejam pensadas de forma conjunta.

Ademais, ao passo que o distanciamento social foi considerado uma das medidas possíveis e mais eficientes para conter o avanço da pandemia, repentinamente, o modo de vida da população sofreu drásticas mudanças que afetaram as relações humanas, levaram à suspensão das atividades presenciais em instituições educacionais e intensificaram o processo de implantação de novas alternativas em metodologias de ensino na educação. O Ministério da Educação (MEC), por meio da Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, retificada pela Portaria MEC nº 544, de 16 de junho de 2020¹, autorizou o uso das tecnologias digitais nos processos pedagógicos em substituição às aulas presenciais. Assim, todas as Instituições de Ensino Superior (IESs) públicas e privadas tiveram que dar continuidade às atividades de ensino de forma remota. Tais atividades se caracterizam pela utilização de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e por encontros virtuais (MUSSI; BRITO, 2020).

Estudantes, professores e demais profissionais da educação, nesse contexto, tiveram suas rotinas alteradas de modo abrupto, gerando-se impactos significativos

nessa população e em sua saúde física e emocional (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2020), haja vista que a universidade não se caracteriza apenas como um local de formação e de atividades inerentes ao conhecimento, mas também são desenvolvidos vínculos de amizade, grupos de trabalho e parcerias que estimulam e motivam a aprendizagem e a construção de relações (RISTOFF, 2020). Essas relações, até a chegada da pandemia, aconteciam majoritariamente de modo presencial.

Outrossim, as universidades caracterizam-se por ser organizações que possibilitam às pessoas o aprendizado, o trabalho, a socialização e o uso de uma série de serviços, como moradia, transporte e alimentação. São instituições com grande potencial empregador, pois são compostas, em grande parte, pela comunidade profissional que a compõe (TSOUROS *et al.*, 1998).

Com isso, as IESs têm o potencial de afetar significativa e positivamente a vida e a saúde de seus membros. Fazem isso por meio de práticas tais como a adoção de estilos de gestão e comunicação apropriados, de políticas que contribuam para o bem-estar cotidiano da comunidade acadêmica (o atendimento de estudantes e servidores e a disponibilização de espaços de lazer e confraternização), além de outras práticas de promoção da reflexão e da capacidade do sujeito de olhar para as próprias ações de forma crítica e com vistas ao seu melhoramento (TSOUROS *et al.*, 1998).

As instituições de educação exercem, portanto, um papel social na vida dos sujeitos e desempenham uma função fundamental no que se refere ao apoio à saúde mental e à qualidade de vida dos seres humanos. Diante disso, esta pesquisa se norteou pelas seguintes problemáticas: *Como o ensino remoto tem impactado as atividades de trabalho e a vida pessoal de docentes universitários? Quais são os elementos inerentes ao uso das tecnologias digitais na educação que contribuem para o desgaste mental e para o sofrimento psíquico dos professores? Quais as condições que amparam a prática do ensino remoto nas universidades públicas do Brasil?*

Com relação a tais aspectos, desde o início do ano 2020, os docentes foram convocados a desenvolver uma reorganização das atividades de ensino e uma reconfiguração das rotinas diárias em suas vidas pessoais e profissionais. Nesse cenário, têm-se observado desafios tais como: a escassez de recursos financeiros nas universidades públicas e de condições de acesso ao ensino remoto; a preocupação dos docentes com a pouca participação dos estudantes em aula; a fadiga mental; as dificuldades ergonômicas advindas dos longos períodos em frente a telas de

computadores e/ou *smartphones*; as questões de acesso *on-line* e de falta de condições adequadas para a concentração; a carência de equipamentos adequados para execução das atividades; dentre outras situações que impactam a saúde mental dos integrantes desses contextos (BARRETO; ABREU; ALMEIDA, 2021).

Somam-se a isso o acúmulo de funções domésticas e profissionais, a exaustão e o estresse decorrentes da sobrecarga de trabalho, da diminuição dos contatos sociais, da pouca habilidade de alguns com o uso de tecnologias e da insegurança com relação à qualidade do processo de ensino e aprendizagem. Além disso, a falta de capacitação para a realização das atividades remotas também se caracteriza como uma condição geradora de ansiedade e de adoecimento psíquico.

Estudos como os de Santos, Silva e Belmonte (2021) e Queiroz (2021) chamam a atenção para o fato de que o sofrimento psíquico se faz presente de modo intenso na sociedade atual, em função do incentivo ao individualismo e das relações de trabalho cada vez mais intensificadas, alienantes e precarizadas. No caso dos docentes, esses profissionais foram afetados diretamente com a migração repentina para o ensino remoto, a qual impactou negativamente as suas vidas e gerou um aumento no ritmo e na diversidade do trabalho desenvolvido. Medeiros *et al.* (2021) acrescentam que a extensa jornada de trabalho desses profissionais também contribui para o sofrimento psíquico e físico e para a desqualificação da profissão docente.

A organização político-econômica em vigência tem colaborado para a limitação do desenvolvimento dos sujeitos, uma vez que, a atividade de trabalho e os seus resultados tornam-se independentes, ao passo que não há, muitas vezes, autonomia em seu fazer profissional, além de as condições laborais serem desfavoráveis à sua evolução, a exemplo das remunerações insuficientes e da diminuição do tempo destinado ao lazer.

Assim, segundo Martins (2019), tal realidade subordina o produtor ao produto de seu trabalho, limita as suas capacidades e impossibilita que esse utilize, de modo efetivo, as suas forças criadoras, pois, ao não se ver envolvido e considerado humanamente como parte do processo, passa a ver o trabalho apenas como fonte de sobrevivência, descontextualizado de seus sentidos pessoais e objetivos de vida. Desse modo, para a autora, a condição para efetivação do 'verdadeiro ser humano' se encontra na transformação das condições e das instituições que alienam o trabalho e o trabalhador.

Nesse sentido, os fenômenos citados afetam significativamente a saúde mental de toda comunidade universitária, inclusive dos professores, público deste estudo, que se veem impotentes com a implantação da virtualização no processo de ensino e aprendizagem. Todavia, concordamos com Mattos, Gomes e Sousa (2018) quando apontam que as universidades são espaços disseminadores de conhecimento, construídos nas inter-relações e, por esse motivo, podem servir como contextos promotores de saúde, contribuindo para melhorar o perfil sanitário das pessoas principalmente por meio do desenvolvimento do ensino presencial, da pesquisa e da extensão, colaborando, assim, com o bem-estar e sustentabilidade social.

Diante disso, verificamos a necessidade de se refletir e debater acerca do sofrimento/adoecimento psíquico do professor em sua totalidade, isto é, a partir da análise das relações de vida pessoal, de ensino e de trabalho, nas quais se encontra inserido. Busca-se, com isso, uma compreensão que envolva de modo dialético esses diferentes âmbitos, abarcando aspectos sociais e coletivos.

Nessa perspectiva, consideramos que as metodologias e as estratégias de ensino utilizadas pelo professor, seja no ensino presencial ou no ensino remoto, desempenham um papel primordial, não somente para a construção de conhecimentos científicos, mas também para o desenvolvimento da subjetividade dos seres humanos envolvidos nesse processo. Em vista disso, justifica-se a necessidade e a relevância da realização de pesquisas que investiguem a relação existente entre saúde mental e ensino remoto no contexto da educação superior, haja vista a complexidade decorrente das vivências mediadas por esse tipo de ensino na educação. Além disso, devido à urgência e à intensidade com que tal estratégia passou a ser utilizada, é imperativo o desenvolvimento de estudos que auxiliem no entendimento dos impactos desse cenário sobre a saúde mental dos professores, atores de importância fundamental nos ambientes educacionais.

A partir de minha¹ experiência profissional como psicóloga educacional em uma instituição pública de Ensino Superior, observo que a saúde mental de professores e de estudantes se relacionam, sendo que ambos foram impactados pela pandemia da covid-19 e pelo ensino remoto. Por esse viés, apesar da demanda principal do meu trabalho ser o acolhimento e o acompanhamento de estudantes, na mediação dessa

¹ Nesta dissertação, utilizamos a primeira pessoa do plural; todavia, em momentos que se referem à situação particular da pesquisadora, recorreu-se à escrita em primeira pessoa do singular.

relação, noto que o sofrimento e o adoecimento psíquico apresentados por professores afetam diretamente a qualidade das relações acadêmicas e o bem-estar psicológico dos discentes.

No tocante a isso, ao atender aos estudantes, verifico que promover a saúde mental do público discente envolve diretamente a qualidade de vida e de saúde dos docentes. Em seus relatos, os estudantes com frequência falam sobre suas emoções e vivências, remetendo-se, diretamente, à influência exercida pelos docentes, ao modo como esses os tratam e à forma que percebem a figura do professor no que se refere ao ato de ensinar, isto é, na relação professor e aluno. Assim, tanto no Ensino Superior quanto em outros níveis de ensino, o papel e o impacto desse profissional sobre os estudantes ultrapassam a transmissão de conhecimentos e a formação formal. Os docentes têm a possibilidade de modificar, a partir de sua singularidade, as particularidades de seus alunos, transformando-as para melhor ou para pior, a depender das suas motivações e do sentido que atribuem a si, como seres humanos e como profissionais.

Ao discutir os desafios e as possibilidades do ensino remoto no contexto da educação superior, almejamos contribuir com subsídios para a melhor visualização das limitações existentes nesse tipo de ensino, salientando-se a necessidade de amadurecimento quanto às consequências advindas do uso do ensino remoto sobre a saúde mental e a formação educacional e social dos integrantes envolvidos nesse processo. Outrossim, para o desenvolvimento de minhas funções como psicóloga educacional, percebo a importância do reconhecimento e do debate sobre a relevância do bem-estar psíquico para a concretização de ambientes e atividades de trabalho que façam sentido para os professores, que estimulem aprendizagens significativas e que auxiliem a comunidade acadêmica e a sociedade na compreensão sobre o impacto do contexto educacional para o desenvolvimento intelectual, emocional e social do ser humano.

Esta pesquisa, portanto, vinculou-se à minha prática profissional e, mais especificamente, à aproximação com esse campo de atuação, que teve início em 2018, quando ingressei como psicóloga na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). O diálogo com discentes e docentes, no decorrer da minha trajetória profissional, me instigou a estudar mais sobre a saúde mental desses sujeitos e sobre as relações de ensino na universidade. De tal maneira, entendemos ser fundamental a realização de pesquisas que contribuam para o esclarecimento e para expansão da

compreensão sobre a realidade que se apresenta, as quais podem colaborar com a elaboração de um caminho de formação condizente às exigências do ensino remoto e da saúde mental. Optamos por dar maior ênfase ao estudo de tal realidade na universidade pública, não só por esse ser meu campo de atuação, mas também por acreditarmos no potencial da educação pública e por defendermos a importância da existência de um ensino gratuito e de qualidade para a população brasileira como um todo, o qual propicie, especialmente, às famílias e aos jovens com menor poder aquisitivo, o acesso à educação superior, a emancipação humana e a busca, por meio do conhecimento, pela diminuição da desigualdade social.

Ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em Educação, nível de mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), *campus* de Cascavel, na linha de pesquisa Formação de Professores e Processos de Ensino e de Aprendizagem, vislumbrei expandir e aprofundar meus conhecimentos sobre a área da educação, mais especificamente sobre a Psicologia da Educação. A partir de então, aproximei-me da Psicologia Histórico-Cultural, abordagem que tomamos como referencial teórico para este estudo, dada a sua concepção de ser humano e de mundo. Acreditamos que essa perspectiva teórica possibilita vislumbrar que cada momento histórico tem suas particularidades, como o que estamos vivendo, demonstrando a necessidade de avançarmos no desenvolvimento de conhecimentos sobre as relações de ensino e a respeito da saúde mental no trabalho do docente.

A Psicologia Histórico-Cultural, que tem como precursor Lev Semionovitch Vigotski (1896-1934), compreende a cultura como a "matéria prima" do processo de desenvolvimento humano, também denominado como "desenvolvimento cultural". Esse é constituído por meio das relações sociais, e as características que compõem o homem são entendidas como provenientes da vida em sociedade e da cultura (PINO, 2005).

No que diz respeito à execução do estudo, desenvolvemos uma pesquisa bibliográfica, de natureza exploratória, com o escopo de expor e debater trabalhos científicos já publicados acerca da intensificação do uso das TICs e do sofrimento/adoecimento do professor universitário, tecendo reflexões e relacionando-as à Psicologia Histórico-Cultural. Para isso, debruçamo-nos sobre pressupostos de autores como Vigotski (1930, 2004, 2003, 2006, 2018, 2019, 2021), Zeigarnik (1979), Leontiev (1984, 2004), Martins (2004, 2010, 2011, 2019, 2020), Pino (2005), González Rey (2011, 2016) e outros estudiosos da referida teoria.

A pesquisa exploratória de cunho bibliográfico abrangeu publicações existentes sobre o tema, a exemplo de livros, artigos, pesquisas e estudos científicos impressos ou eletrônicos. Esse levantamento nos possibilitou vislumbrar o cenário atual relacionado ao objeto de estudo e compreender o que a literatura científica apresenta sobre a temática. Entretanto, não se trata de simplesmente repetir assuntos já abordados, mas sim, por meio da pesquisa bibliográfica, examinar o tema sob outra perspectiva, chegando-se a diferentes conclusões inovadoras (MARCONI; LAKATOS, 2017). A pesquisa exploratória “[...] tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.” (GIL, 2008, p. 27).

Boccatto (2006) explica que a pesquisa bibliográfica

[...] busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. (BOCCATO, 2006, p. 266).

Nesse sentido, realizamos um estudo de revisão de literatura do tipo estado do conhecimento, o qual, de acordo com Morosini (2015), tem por objetivo identificar, sintetizar e refletir criticamente o que foi produzido a respeito de uma determinada temática e área, observando uma delimitação temporal e espacial e certos agrupamentos, tais como periódicos, teses, dissertações e livros. A autora chama a atenção para o fato de que, na pesquisa científica, deve-se levar em conta que a construção das produções se relaciona, entre outros fatores, às influências da instituição de pertencimento dos(as) pesquisadores(as), do país onde residem, bem como de suas relações com as produções científicas existentes em âmbito global (MOROSINI, 2015).

Assim sendo, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar as relações entre o ensino remoto, saúde mental e atividades de trabalho dos professores no contexto da educação superior à luz da Psicologia Histórico-Cultural. Os objetivos específicos, por sua vez, foram:

- (i) Identificar elementos existentes na literatura científica, inerentes ao uso das tecnologias digitais na educação, que contribuem para o desgaste mental e sofrimento psíquico dos professores;
- (ii) Debater sobre as condições relacionadas à prática do ensino remoto em Instituições de Ensino Superior públicas;
- (iii) Analisar as modificações na atividade de trabalho do professor universitário advindas ou intensificadas com o ensino remoto, considerando as implicações a saúde mental desses profissionais.

Para apresentar os resultados da investigação, esta dissertação foi organizada em cinco seções, além desta introdução e das referências bibliográficas.

Na seção 1, discorreremos sobre conceitos envolvendo a constituição do sujeito, seus processos de desenvolvimento e questões referentes à saúde mental e ao sofrimento psíquico à luz da Psicologia Histórico-Cultural. Além disso, discutimos aspectos inerentes e determinantes do sofrimento psíquico, considerando aspectos sociais, políticas e culturais.

Na seção 2, realizamos algumas considerações sobre a universidade pública na atualidade, perpassamos questões ligadas à sua democratização e debatemos acerca da virtualização do ensino e seus impactos no campo educacional, sobretudo, no que diz respeito à qualidade das relações e das interações sociais em espaços educacionais de educação superior. Por fim, enfatizamos as implicações políticas e práticas envolvidas nesse processo.

Na seção 3, apresentamos o que dizem as pesquisas atuais sobre a saúde mental de professores e sua relação com o ensino remoto, visando a identificar as produções existentes com relação à temática. Para tanto, efetuamos uma busca de trabalhos nas bases de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)² - Periódicos da CAPES Catálogo Brasileiro de Teses e Dissertações -, SciELO³, Google Acadêmico (Google Scholar) e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A temática central foi a saúde mental de docentes do Ensino Superior e a sua relação com o ensino remoto, abarcando-se um

² Fundação vinculada ao MEC do Brasil que atua na expansão e na consolidação da *pós-graduação stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados do país

³ SciELO - *Scientific Electronic Library Online* é um portal de revistas brasileiras que organiza e publica textos completos de revistas na internet, além de produzir e divulgar indicadores do uso e do impacto desses periódicos

período de dois anos (2020 a 2021). Os descritores utilizados foram: “saúde mental”, “docentes”, “ensino remoto”, “Ensino Superior”, em língua portuguesa, combinados entre si pelo operador booleano “AND” e abrangendo pesquisas das áreas de Educação e Psicologia.

Na seção 4, abordamos a identificação do docente universitário com seu fazer profissional, aliada à prática social e às novas configurações de trabalho advindas com o ensino remoto e com a intensificação do uso de tecnologias digitais na educação. Além disso, analisamos as repercussões de tal realidade sobre a saúde mental dos professores, abordando-se estratégias de enfrentamento ao sofrimento/adoecimento psíquico.

Na seção 5, apresentamos as considerações finais do trabalho, por meio das quais tecemos uma síntese das informações e dos debates realizados. Salientamos que não é o escopo central deste estudo esgotar as discussões a respeito da temática, pois acreditamos que ela reserva muitos pormenores a serem considerados em futuras análises. Tampouco, temos a pretensão do domínio da Psicologia Histórico-Cultural, embora tenhamos nos empenhado para agregar as produções já existentes à luz dessa perspectiva teórica.

1 O DESENVOLVIMENTO PSÍQUICO E A SAÚDE MENTAL: UMA PERSPECTIVA HUMANIZADORA DE CONSTITUIÇÃO DE SER HUMANO E DE MUNDO

Será que a realização ou não de nossas capacidades não depende das condições de nossa vida? Será que as condições de vida não mudam ou não modificam nossas particularidades? Será que, quando adultos, em alguma atividade, não combinamos nossas inclinações? Consequentemente, se o desenvolvimento se resumisse apenas àquilo, então, em geral, o desenvolvimento não se diferenciaria do não desenvolvimento nem de qualquer outro estado. (VIGOTSKI, 2018, p. 32).

A construção desta seção está fundamentada na Psicologia Histórico-Cultural e pautada nas ideias de Lev Semionovitch Vigotski (1896-1934) e de outros estudiosos que desenvolveram seus estudos a partir do referido autor. Iniciamos com a análise da constituição do sujeito e do processo de desenvolvimento psíquico com base nos pressupostos dessa teoria, a qual compreende que o ser humano está imerso em um movimento de mudanças e trocas interpessoais, as quais se desenvolvem no decorrer de sua história e são impactadas por circunstâncias culturais e históricas, fazendo do homem um ser essencialmente social. Assim, entendemos que essa perspectiva teórica oferece instrumentos para análise do processo de desenvolvimento do ser humano em sua totalidade a partir de um movimento dialético, marcado por rupturas, evoluções e estreitamente inter-relacionado ao contexto em que esse se encontra inserido.

Posteriormente, discorreremos sobre a saúde mental, abordando essa temática como construção conceitual e perpassando à compreensão dos processos de adoecimento psíquico na ótica da Psicologia Histórico-Cultural. Propomo-nos discutir, de modo sintético, o conceito de saúde mental por um viés predominantemente biologizante. Na sequência, expandimos e aprofundamos a discussão tratando dos determinantes do sofrimento psíquico e da saúde mental, considerando questões sociais, culturais e políticas, além de contextualizarmos as diferentes formas de adoecimento psíquico com as condições de vida na sociedade atual.

1.1 A CONSTITUIÇÃO DA SUBJETIVIDADE À LUZ DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

A Psicologia, de modo geral, é reconhecida como uma ciência que abarca vários objetos de estudo e está dividida em diferentes abordagens teóricas, as quais apresentam olhares distintos quanto à visão de mundo adotada para nortear seus enfoques de investigação da individualidade humana. Dentre elas, encontra-se a Psicologia Histórico-Cultural, que se caracteriza como a área do conhecimento dedicada, entre outros aspectos, ao estudo do desenvolvimento do psiquismo humano.

Ao longo do século XX, algumas psicologias foram desenvolvidas e, nesse percurso, surgiram divergências quanto ao modo de abordar os "fenômenos psicológicos". Despontaram, nesse momento, diversos discursos, tais como: fragmentarismo e mecanicismo x perspectivas mais amplas e integradas; subjetivismo x objetivismo; mentalismo x materialismo; individualismo x coletivismo; naturalismo biologicista x perspectivas sociais e históricas. Nesse movimento, há uma tentativa de superar as concepções idealistas, subjetivistas e individualizantes, visualizando-se mudanças relacionadas à atribuição biológica da constituição do sujeito para um olhar mais cultural, histórico e coletivo (PRADO FILHO; MARTINS, 2007).

Convém, no entanto, destacar que, nesta pesquisa, não temos a intenção de discorrer sobre as diferentes abordagens existentes na Psicologia e suas contradições, mas nos debruçamos nos princípios da Psicologia Histórico-Cultural e sua compreensão a respeito do desenvolvimento do psiquismo humano, haja vista que o conceito de subjetividade, para nós, só pode abandonar o sentido solidificado e naturalizado de interioridade quando passa a ser pensado como produção de subjetividades, abrangendo questões sociais, históricas e políticas.

1.1.1 A subjetividade em sua constituição histórico-cultural: uma nova concepção do desenvolvimento psicológico

A perspectiva histórico-política da subjetividade ganha evidência na sociedade atual, considerando a "política das identidades" exercida pelo Estado contemporâneo, a qual resulta no declínio do conceito de identidade e em uma exaltação ao "idêntico", facilitando a localização e a captura das subjetividades pelos poderes. Tal movimento

demanda modos de subjetivação e psicologias de cunho crítico que possam representar a resistência e a problematização da "identidade", em prol da contemplação das diferenças (PRADO FILHO; MARTINS, 2007).

Nesse sentido, entendemos que a Psicologia Histórico-Cultural vai ao encontro disso, visto que compreende o homem como um ser constituído a partir das relações sociais e as características que o compõem como provenientes da vida em sociedade e da cultura na qual se encontra inserido. Como enfatiza Pino (2005),

[...] a corrente histórico-cultural de psicologia, cuja figura de proa é Lev S. Vigotski, constitui uma exceção na história do pensamento psicológico, não só porque introduz a cultura no coração da análise, mas sobretudo porque faz dela a "matéria-prima" do desenvolvimento humano que, em razão disso, é denominado "desenvolvimento cultural", o qual é concebido como um processo de transformação de um ser biológico num ser cultural. (PINO, 2005, p. 52).

A subjetividade, seguindo os conceitos da referida corrente psicológica, é entendida como dinâmica e em permanente processo de construção e de transformação. Prado Filho e Martins (2007) explicam que isso implica a análise da subjetividade como [...] figura histórica que não tem centro, permanência, inerência ou substância, nem qualquer sentido, naturalizante, biológico, genético ou determinista, e pensá-la em movimento." (PRADO FILHO; MARTINS, 2007, p. 16).

Dessa forma, para a Psicologia Histórico-Cultural, o ser humano deve ser compreendido em sua realidade, como um sujeito concreto, que se constitui a partir das relações que estabelece com os demais. Ricci, Cambaúva e Leite, por sua vez, destacam que

[...] o homem não teria uma natureza psíquica dada *a priori*, mas seu psiquismo seria constituído por meio de sua atividade histórica de transformação da natureza, na qual o homem, ao transformar seu mundo objetivo, dialeticamente, seria transformado por ele, gerando novas qualidades em seu mundo subjetivo. (RICCI; CAMBAÚVA; LEITE, 2019, p. 173).

Vigotski (2004), precursor desse constructo teórico, propõe a criação de uma psicologia geral, a partir da análise crítica das diferentes correntes do pensamento existentes em sua época. Para o respectivo autor, o processo de desenvolvimento só pode ser compreendido se vinculado ao resultado ao qual se dirige, à configuração final adotada e ao modo como o faz. Nesse sentido, a sua proposta não coincide com

a psicologia teórica, entendida por ele como um conceito básico e central das diferentes disciplinas específicas.

Do seu ponto de vista, as explicações dadas pelas correntes psicológicas da época para o desenvolvimento do psiquismo humano ignoravam o poder de transformação da natureza humana, determinando-a *a priori*. A superação desse cenário apenas poderia acontecer por meio da construção de uma nova psicologia, que compreendesse a relação homem-natureza de um ponto de vista histórico, a partir de uma visão do ser humano em sua totalidade e não de forma fragmentada (AITA *et al.*, 2019).

A psicologia geral, para Vigotski (2004) é uma organização metodológica "[...] que se baseia no estudo histórico das formas concretas que a ciência foi adotando e na análise teórica dessas formas para chegar a princípios generalizadores, comprovados e válidos," (VIGOTSKI, 2004, p. 210). Não se trata, pois, de uma lógica abstrata, mas de uma ciência viva que considera fatos históricos. A história, nessa perspectiva, não é a cronológica, linear ou determinista; ao contrário, é aquela que compreende as modificações essenciais do ser humano, tanto as de cunho biológico, como as ferramentas concretas e simbólicas, geradas a partir da adaptação ativa do sujeito ao meio, mediadas pela sua atividade vital (TULESKI; CALVE; SANTOS, 2021).

A defesa de Vigotski (2004) foi de que somente por meio da análise da realidade científica seria possível chegar à essência da psicologia individual e social. Ele acreditava ser necessário o aprofundamento da explicação dos fatos psicológicos em direção à totalidade e a criação de uma metodologia que possibilitasse o entendimento sobre o estabelecimento das "leis históricas" que os determinam. Essa metodologia foi encontrada pelo autor no método materialista histórico-dialético⁴, o qual propiciou a compreensão do psiquismo humano no intercurso das relações sociais de produção e apresentou-se como uma alternativa ao determinismo biológico predominante nas concepções psicológicas da época.

Até esse momento, a questão da cultura era frequentemente percebida pelas teorias psicológicas como algo externo ao indivíduo e situado no "meio social", não

⁴ Esse método foi desenvolvido por Karl Marx (1818-1883), o qual orienta a investigação da multiplicidade de determinações que constituem e fundamentam o objeto de estudo. Refere-se à reflexão sobre as principais categorias que compõem o fenômeno em sua concretude, isto é, as particularidades, as qualidades e as características do objeto que, quando relacionadas, dão sentido à realidade investigada (ROCHA, 2021).

sendo reconhecida como uma categoria do desenvolvimento do psiquismo humano. Tal fato foi observado por Vigotski, que incluiu na "velha psicologia" a relação entre "estado de natureza" e "estado de sociedade" mediante um modo diferente de compreender a relação entre "funções biológicas" e "funções culturais". À luz dessa concepção, a cultura passou a ser uma categoria central na construção de uma nova perspectiva sobre o desenvolvimento psicológico do homem, tornando-se essencial para a natureza humana (PINO, 2005).

De acordo com Rossetto (2009), os materiais escritos por Lev S. Vigotski nas décadas de 20 e 30 demonstram que o autor procurou superar o pensamento cartesiano predominante na época que acreditava na separação entre mente e corpo, subjetivo e objetivo e biológico e social. Por meio de seus estudos, Vigotski produziu uma visão histórico-cultural do desenvolvimento do ser humano e buscou explicar a relação existente entre a natureza e a cultura, esclarecendo que ambas são pré-requisitos que conferem ao homem a particularidade humana a partir da conversão das funções biológicas em funções sociais. Nesse contexto, Vigotski não desconsidera as questões orgânicas, porém, salienta que a base da constituição do sujeito é histórico-cultural, posicionando a cultura como parte fundamental da natureza humana e como categoria central de uma nova concepção do desenvolvimento psicológico do homem, em que a essência da vida humana é cultural.

O psicólogo russo propôs uma ciência que supera a valorização excessiva do subjetivo e do que está aparente, formulando novas configurações sobre o social, que passa a ser entendido como um complexo sistema de natureza subjetiva. O teórico, dessa forma, se afastou de uma visão do social como sendo uma influência objetiva, que determina o que é interno e subjetivo e se transforma em um sistema que se desenvolve ao passo que também o fazem os sujeitos que o configuram. Em outras palavras, esse sistema se constitui na mesma medida em que os sujeitos se constituem dentro dele. Nessa perspectiva, Vigotski (2021) postula que o desenvolvimento psíquico e a formação da personalidade humana se dão a partir do contato do sujeito com os fenômenos de sua realidade, isto é, das circunstâncias históricas, sociais e culturais em que está inserido. Quaisquer características humanas, nesse caso, passam de sociais para individuais.

Ao encontro disso, entende-se que a subjetividade, além de possibilitar a reconstrução da psique individual, permite a reconstrução das diversas formas de produção psíquica decorrentes dos cenários sociais habitados pelo homem. Por esse

ângulo, a cultura diferencia-se como produção que representa o curso dos processos de subjetivação e que norteiam a ação humana em um dado ambiente e momento histórico. A cultura caracteriza-se, portanto, como uma produção subjetiva que manifesta as condições de vida do homem em uma sociedade concreta. Não se trata de uma adaptação à realidade objetiva, mas sim de uma produção humana sobre essa realidade, desenvolvida por meio do modo como a sociedade e o homem constroem sentidos subjetivos diferentes, a depender de suas histórias. Assim, a subjetividade não é antagônica à objetividade; é uma qualidade dessa, visto que é produzida culturalmente nos sistemas humanos (GONZÁLEZ REY, 2016).

A subjetividade constitui-se simultaneamente nos múltiplos espaços ocupados pelo sujeito, acarretando o desenvolvimento dos processos de subjetivação em todas as suas atividades e gerando diferentes sentidos subjetivos que impactam uns nos outros, em uma constante organização, integração e modificação. É preciso que esse movimento seja absorvido respeitando-se seu caráter processual e dialético. Sob esse olhar, a subjetividade é social e configura-se historicamente na relação existente entre a subjetividade individual e a social, representando uma dialética complexa de produção de sentidos em que ambas estão imersas, em um mesmo sistema. Desse modo, a ideia da existência de uma essência humana inerente ao indivíduo é dissociada do conceito de psique, e o social passa a ser considerado parte constituinte dessa (GONZÁLEZ REY, 2016).

1.1.2 A relação com o outro e o desenvolvimento psíquico singular

O sujeito se integra e se apropria do social de modo particular, transformando-o ao passo que transforma a si mesmo, em um processo ativo. A sua singularidade é desenvolvida na relação que estabelece com o outro, conforme é reconhecido por ele como um ser diferente. O outro, por sua vez, se apresenta de modos distintos e complexos, em um movimento mútuo, no qual o indivíduo se percebe na medida que o outro atribui significados às suas ações. Essa significação é produzida a partir de um processo cultural e histórico (ROSSETTO, 2009).

Pino (2005) assevera que o "Outro" se caracteriza como um espaço simbólico em que se situam todos os parceiros de relações sociais da pessoa ao longo de sua vida, tanto no que se refere à sua história de vivências pessoais quanto sociais. Desse modo, a base material objetiva da estrutura da atividade do indivíduo humano é

constituída historicamente pela atividade dos outros homens, isto é, o motivo e o objeto de uma ação refletem relações, e ligações objetivas, sociais e não naturais. Conseqüentemente, podemos concluir que todas as relações do homem com o mundo material ao seu redor são mediadas pela interação desse com a sociedade e com os outros homens (LEONTIEV, 2004).

Segundo Leontiev (2004), as características da espécie humana, adquiridas no desenvolvimento das gerações antecedentes, se refletem no indivíduo da mesma forma que acontece com os demais seres vivos. Assim, as produções das diferentes gerações humanas se perpetuam e são aperfeiçoadas pelas próximas gerações. Todavia, a complicação está em explicar quais são as especificidades de cada indivíduo humano, seu psiquismo e sua atividade, a partir da análise das suas particularidades em relação às particularidades adquiridas no decorrer do desenvolvimento da sociedade, haja vista que os indivíduos se constituem como sujeitos em um processo social, respeitando tanto a ação de leis biológicas quanto a de leis sociais.

No tocante a tal aspecto, Vigotski, ao conceber o desenvolvimento *psíquico* como desenvolvimento *cultural*, aponta que o indivíduo é formado por funções *naturais*, regidas por mecanismos biológicos, e funções *culturais*, regidas por leis históricas. Nesse caso, as funções biológicas sofrem influência das culturais e vice-versa, sendo que aquelas se transformam pela ação dessas e essas têm naquelas o apoio necessário para se constituir, havendo a afirmação da existência de dois *estados* ou *modos de ser* do homem o natural e o simbólico. No caso desse último, o sujeito desempenha o papel de transformador da natureza.

Pino (2005) argumenta que a cultura é concebida a partir da atribuição de significado que o sujeito dá aos elementos encontrados na natureza e aos produzidos por ele próprio ao agir sobre ela. Nesse caso, o acesso inicial da criança ao universo das significações humanas corresponde ao seu nascimento cultural, sendo a apropriação dos sistemas semióticos⁵ criados pelo homem essenciais para a aquisição da cultura, entendida aqui como o conjunto das produções humanas. Nesse processo, ocorre a mediação dos signos e a mediação do *Outro*, o qual detém a

⁵ "[...] instrumentos psicológicos necessários ao homem, de acordo com sua organização social, para o domínio de si mesmo e dos indivíduos com os quais convive em sociedade [...]" (TULESKI, 2008, p. 131).

significação. Ao passo que as ações da criança recebem a significação dada pelo *Outro*, ela incorpora aspectos culturais que a formam como um ser humano. A cultura passa a ser, portanto, a condição e o resultado da emergência do homem como ser humano.

À medida que ocorre a inserção da criança na civilização, paralelamente se dá a sua maturação orgânica, ou seja, acontece uma fusão entre a maturação natural e a cultural, caracterizando um processo de formação biológico-social da personalidade humana. O desenvolvimento é entendido como biológico, porém, depende de condicionantes históricos, em uma unidade dialética que se deve à junção entre o desenvolvimento natural e o cultural. O desenvolvimento natural do comportamento é inerente aos processos orgânicos de amadurecimento e de crescimento, já o desenvolvimento cultural das funções psicológicas relaciona-se à elaboração de novos modos de pensar e de dominar os meios culturais do comportamento. Em suma, a cultura não cria algo, mas transforma a natureza de acordo com os propósitos de cada indivíduo (VIGOTSKI, 2021).

A grande questão suscitada por Vigotski refere-se ao fato de que, para o autor, a lei fundamental do desenvolvimento humano consolida-se nas contradições entre os processos biológicos e culturais. Essas oposições se instauram devido à vida social, ao passo que o sujeito se apropria dos signos e da cultura, enfatizando o movimento do processo de desenvolvimento e a concepção dialética nele existente. Desse modo, a pessoa se desenvolve, porém, tal processo se distingue na unidade do social e do pessoal e do psíquico e do material (TULESKI; EIDT, 2020).

Com base nessas asserções, entendemos que as estruturas psíquicas são constituídas socialmente, pois é por meio do coletivo que se constrói o individual, em um processo dialético essencial para o entendimento das implicações da dinâmica existente entre o externo (social) e o interno (individual) na composição da subjetividade humana. O desenvolvimento do psiquismo humano, de acordo com Vigotski, depende do processo de constituição da vida de cada sujeito, do produto resultante de um movimento contínuo, decorrente das relações sociais vivenciadas por ele e das circunstâncias históricas concretas que o influenciam e que determinam o seu lugar no mundo.

Assim, em Vigotski, a unidade mínima de análise é o produto, que se caracteriza como sendo uma consequência do exercício do pensamento em relação ao real e, por esse motivo, não se apresenta ao investigador inicialmente. Trata-se de

um processo completo de desenvolvimento do comportamento humano, resultante de características fisiológicas e psíquicas que mudam ao longo da vida do sujeito, por meio das relações que esse estabelece com o mundo à sua volta, em sua realidade social. Tuleski, Calve e Santos (2021) mencionam que esse é um "[...] princípio metodológico de análise que substitui a decomposição em elementos pela busca da unidade mínima de análise capaz de capturar as propriedades do todo, que não pode ser explicado por elementos aleatórios isolados." (TULESKI; CALVE; SANTOS, 2021, p. 18).

Nesse sentido, o processo de desenvolvimento humano deve ser compreendido em sua totalidade e unicidade, e não como uma simples soma de partes isoladas. Cada etapa do desenvolvimento terá uma nova formação, a qual norteará os processos de desenvolvimento da personalidade. Essa nova formação, por sua vez, não é estática, mas se altera na dinâmica de desenvolvimento decorrente das relações entre o meio social e a personalidade da criança, denominadas de situação social de desenvolvimento (TULESKI; EIDT, 2020).

A situação social de desenvolvimento pode ser entendida como o início das transformações sofridas pela criança em cada idade. A situação dita para a criança os modos e os caminhos possíveis para agregar à sua personalidade novas características. As novas formações são estruturas da personalidade e da atividade da criança, denominadas por Vigotski como neoformações, as quais determinam a consciência da criança e seu modo de se relacionar com o meio (VIGOTSKI, 2006).

Nas palavras de Vigotski (2018),

[...] o meio se apresenta como fonte de desenvolvimento para as formas de atividade e das características superiores especificamente humanas [...] o homem é um ser social e, fora da relação com a sociedade, jamais desenvolveria as qualidades, as características que são resultado do desenvolvimento metódico de toda a humanidade. (VIGOTSKI, 2018, p. 90, grifos do autor).

Nesse íterim, a personalidade se estrutura e se organiza de modo específico em cada idade, a depender da situação social de desenvolvimento na qual a criança se encontra. As novas formações alteram a sua consciência e impactam a sua evolução, expondo a criança a novas situações sociais de desenvolvimento, em um processo contínuo em que modifica a sua percepção em relação a si mesma e as suas funções psicológicas (VIGOTSKI, 2006).

Com base nessa perspectiva, Vigotski contribui para um entendimento do indivíduo a partir das circunstâncias culturais, históricas e sociais, além de promover uma compreensão do desenvolvimento do sujeito norteada por um processo contínuo de inter-relações, em um movimento composto por mudanças significativas na concepção de sujeito e no reconhecimento dele em sua globalidade e complexidade (VIGOTSKI, 2019). Esse desenvolvimento não acontece de modo linear, mas sim de modo dialético, com rupturas, revoluções e evoluções (LEONTIEV, 2004).

Desde as etapas iniciais do desenvolvimento do indivíduo, a realidade concreta se apresenta por intermédio da relação que ele estabelece com o meio, como indica Leontiev (2004):

[...] razão por que ele o percebe não apenas sob o ângulo das suas propriedades materiais e do seu sentido biológico, mas igualmente como um mundo de objetos que se descobrem progressivamente a ele na sua significação social, por intermédio da atividade humana. Isto constitui a base inicial sobre a qual se dá a aquisição da linguagem, a apropriação da comunicação verbal. (LEONTIEV, 2004, p. 183).

Desde o início da história do ser humano, de geração em geração, ocorre a transmissão das aquisições do que é tipicamente humano, o seu saber fazer, os seus conhecimentos, as suas aptidões e as suas atividades, elementos que, em alguma medida, se materializam em seus produtos. Nesse movimento, as pessoas e as suas condições de vida se modificam (LEONTIEV, 2004).

1.1.3 As funções psicológicas e as diferentes formas de apropriação do ser humano

O ser humano transforma a sua realidade por intermédio de instrumentos (ferramentas físicas) e de signos (aspectos internos), ao passo que tal situação lhe permite o desenvolvimento de formas superiores de funções psicológicas (VIGOTSKI, 2021). A esse respeito, à luz da Psicologia Histórico-Cultural, existem dois tipos de funções psicológicas dependentes entre si: as elementares e as superiores. As Funções Psicológicas Elementares (FPE) caracterizam-se por sua natureza biológica, ao passo que as Funções Psicológicas Superiores (FPS) por sua natureza cultural, sendo que elas se complementam no fluxo evolutivo. Portanto, a história do ser humano começa na "história" natural, mas não se resume a um simples produto dela (PINO, 2005).

Rocha (2021) explica que as FPE se desenvolvem naturalmente com base nas leis biológicas, sendo possível citar como exemplos a atenção voluntária, as reações automáticas, a memória imediata e as sensações. Elas se referem a funções ligadas aos instintos de sobrevivência do homem e, por isso, podem ser vistas de modo equivalente nos animais. As FPS, por sua vez, são pertencentes apenas aos seres humanos, pois são funções que contêm uma intencionalidade e que são controladas conscientemente pelo homem. Elas se constituem a partir das funções elementares, contudo, precisam do uso de instrumentos e da mediação de outras pessoas para o seu desenvolvimento. Assim, temos como exemplos de FPS a fala, o raciocínio, o pensamento, a percepção, a consciência, a atenção voluntária, a vontade e a memória lógica.

A partir desses conceitos, no decorrer de seus estudos, Vigotski discutiu a diferença entre o ser humano e os animais superiores, como o macaco. O autor afirma que, apesar da existência de semelhanças orgânicas entre eles, as diferenças de ordem cultural ditam os limites entre a evolução biológica e a evolução histórica. O uso de instrumentos é o aspecto que mais aproxima e ao mesmo tempo mais afasta o ser humano dos animais. Nesse sentido, o macaco se encontra em um nível biológico de pensamento não verbal, enquanto o homem, para se inter-relacionar, vale-se da fala e dos signos. Nesse processo, as FPS se desenvolvem tanto quantitativa quanto qualitativamente por meio dos chamados "saltos qualitativos", os quais se manifestam a partir da inserção da criança na sociedade. Tais saltos caracterizam-se por seu caráter interno, porém, são decorrentes do meio externo que remaneja as funções e as eleva a níveis superiores (TULESKI, 2008).

Vigotski (2019) afirma que as FPS não se formam no biológico, mas na história da filogênese pura, tendo como mecanismo o signo que se encontra fora do organismo, sendo um instrumento, um órgão ou um meio social. Os instrumentos e os signos são essencialmente humanos, não sendo possível encontrá-los nas espécies de animais com a mesma intenção e complexidade de ação.

Nas palavras de Vigotski (2021),

Há todos os fundamentos para supor que o desenvolvimento cultural consiste na assimilação de meios de comportamento que têm por base a utilização e emprego de signos para a realização de determinada operação psicológica, que o desenvolvimento cultural consiste exatamente no domínio desses meios auxiliares de comportamento que a humanidade criou no processo de seu desenvolvimento histórico

e que são a língua, a escrita, o sistema de cálculos, entre outros (VIGOTSKI, 2021, p. 76-77).

Concernente a isso, Smolka (2000) considera que os signos e os sentidos são continuamente produzidos por sujeitos. Com relação aos seus modos de ação e interpretação, são desenvolvidos em um processo historicamente construído. Os sistemas de signos são dados aos sujeitos de modo gradual, e a sua principal função é a de produzir significação. Por isso, ao abordar o conceito de signo, é preciso também considerar os processos de significação, uma vez que o *signo* contém a ideia de constante renovação de sentido, a depender da interpretação, ainda que esteja presente nas práticas humanas há muito tempo.

Os processos de significação estão presentes na vida das pessoas por meio das práticas sociais, permitindo que o ser humano se transforme sob a influência da cultura e a cultura, de modo análogo, adquire a forma e a dimensão atribuída pela pessoa. Para Pino (2005), o signo não desempenha um simples papel de canal da significação, mas de seu conversor, o que “[...] implica que algo mude em algo sem perder completamente o que era antes da mudança.” (PINO, 2005, p. 169). Cabe ao signo, portanto, o papel de possibilitar que as significações culturais sejam incorporadas por cada sujeito, “[...] adquirindo suas peculiaridades, mas conservando o que faz delas “significações sociais”, algo que é compartilhado por todos, sem confundir isto com qualquer forma de homogeneização.” (PINO, 2005, p.160).

Como se pode observar, os signos são a base para a operação das FPS, haja vista que tais funções representam, antes de tudo, as necessidades advindas da vida em sociedade e, posteriormente, passam a fazer parte da conduta individual de cada sujeito, ou seja, do seu psiquismo. Sob esse ponto de vista, as FPS desenvolvem-se no decorrer da vida do sujeito com base nas relações que ele estabelece com os outros. A partir dessas relações, a pessoa tem acesso a um outro que medeia tais conhecimentos. Em consequência disso, surgem as FPS, *a priori*, como funções intersíquicas, no meio social, para, posteriormente, se tornarem intrapsíquicas, próprias do indivíduo e plausíveis de serem utilizadas por ele como partes de si (VIGOTSKI, 2021).

Desse modo, o grupo social ao qual o homem pertence é o seu meio social imediato e, por isso, ele se constitui como o domínio da sua comunicação direta. São os seres humanos que cercam o indivíduo e o guiam no processo de desenvolvimento

das funções e das faculdades psíquicas. Ressalta-se que, para viver, o indivíduo deve ser ativo e agir adequadamente, todavia, não é simplesmente lançado no mundo dos homens e dos objetos humanos, mas inserido nele por outros homens. Por esse viés, a comunicação caracteriza-se como uma condição inevitável para que haja a assimilação dos processos do desenvolvimento sócio-histórico da humanidade (LEONTIEV, 2004).

O conceito de mediação é fundamental para compreensão da abordagem de Vigotski, tendo em vista que é utilizado para explicar o processo de conversão das funções naturais do ser humano em culturais. Os trabalhos desenvolvidos por esse autor enfatizam a importância do papel do outro para a constituição da criança como ser humano, pois ela depende duplamente dele: inicialmente, em decorrência de sua herança genética e, posteriormente, pela necessidade da interação com ele para a internalização das características culturais. Além disso, a mediação realizada por outra pessoa é essencial para que a criança apreenda conceitos e internalize processos interpsicológicos, haja vista que é por meio do comportamento de cooperação com as outras pessoas que ela vai constituindo a sua subjetividade (MELO; ROSSETTO; LIMA, 2018).

Outrossim, no decorrer do desenvolvimento humano, a utilização dos signos é consequência da ação mediada na atividade de comunicação, por meio dos instrumentos. É a partir deles que o homem busca controlar e influenciar a natureza, ao passo que esses mesmos instrumentos provocam no homem modificações, impactando a sua constituição psíquica. Nessa direção, o desenvolvimento cultural da criança perpassa pela sua inserção na cultura. Pino (2005) explica que

[...] o desenvolvimento da criança é um processo de constituição nela dos modos de funcionar humanos (falar, pensar, agir etc.) e do saber necessário para esse funcionar, já que "falar" pressupõe que algo seja dito e "pensar" que algo seja pensado, pois não há falar sem coisa falada nem pensar sem coisa pensada. (PINO, 2005, p. 158).

Nesse contexto, quando o bebê nasce, desde seus primeiros momentos de vida, mecanismos culturais distintos exercem influência sobre ele, atribuindo às suas ações um caráter menos instintivo e automático e mais deliberativo e imitativo. A sua condição de inferioridade, apesar de aparentar ser um obstáculo para o seu desenvolvimento, representa uma grande vantagem, pois permite ser educado e se

valer da herança cultural da espécie humana. Assim, o fato de as funções biológicas estarem inacabadas no momento do nascimento permite que elas se transformem sob a influência da cultura. Por outro lado, o mesmo não ocorre com os animais, uma vez que, para eles, essas mudanças limitam-se ao plano biológico, no qual a evolução tende a se manter estagnada. No caso dos seres humanos, ela ultrapassa o plano biológico em direção ao plano cultural (PINO, 2005). Discorrendo sobre esse processo, Leontiev (2004) argumenta que

[...] a hominização resultou da passagem à vida numa sociedade organizada na base do trabalho; que esta passagem modificou a sua natureza e marcou o início de um desenvolvimento que, diferentemente do desenvolvimento dos animais, estava e está submetido não às leis biológicas, mas às leis *sócio-históricas*. (LEONTIEV, 2004, p. 280, grifo do autor).

Trata-se de uma visão de homem orientada historicamente, a partir da atividade produtiva, da criação de instrumentos e da utilização dos signos como símbolos das elaborações de significado da sociedade. Percebemos, com isso, que a constituição da subjetividade se dá mediada pelo "outro", por meio do grupo social que influencia o sujeito e o guia em seu processo de vir a ser humano, mediante a movimentos que ocorrem na dimensão social do desenvolvimento psíquico e que têm como categoria central o trabalho como espaço de construção e de relação do homem consigo mesmo e com os outros.

A categoria trabalho ganha destaque na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, uma vez que tal abordagem o compreende como o processo de ação do homem sobre a natureza. O trabalho, desse modo, se caracteriza pela utilização e pela fabricação de instrumentos e por sua condição de atividade comum coletiva. Nesse processo, o ser humano, além de estabelecer uma ligação direta com a natureza, também se relaciona com os outros seres, integrantes de uma dada sociedade. Assim, o trabalho é, em sua gênese, mediado por instrumentos e pela sociedade, ao passo que funciona também como uma ponte de comunicação entre seus participantes (LEONTIEV, 2004).

A relação satisfatória do homem com o instrumento, na visão de Leontiev (2004), encontra-se, primeiramente, na possibilidade de se desenvolver como ser humano, ao se aproximar das operações contidas no instrumento. A espécie humana tem, entre suas propriedades, a comunicação por meio da linguagem e a aptidão para

utilizar instrumentos e utensílios. Tais capacidades são transmitidas de geração em geração, não sendo encontradas do mesmo modo nos animais, pois, no caso deles, ainda que suas atividades instrumentais pareçam complexas, não são realizadas de forma coletiva e não determinam a comunicação entre eles; logo, não há características de um processo social.

Tuleski, Calve e Santos (2021) apontam que a fabricação de instrumentos e o seu uso impactam o psiquismo humano, em um processo em que o sujeito toma consciência do objeto e da ação. Nessa perspectiva, a linguagem compõe esse movimento em que o ser humano supre suas necessidades de comunicação com outros seres humanos. Em vista disso, cada geração inicia sua vida imersa em um mundo de fenômenos e objetos produzidos pelas gerações anteriores. A aptidão para usar a linguagem, o desenvolvimento do pensamento e outras funções se desenvolvem e se articulam em um processo histórico em decorrência da "[...] apropriação dos resultados da atividade cognitiva das gerações precedentes." (LEONTIEV, 2004, p. 284).

De acordo com Smolka (2000), "[...] o termo *apropriação* refere-se a modos de *tornar próprio*, de tornar seu; também, tornar *adequado*, *pertinente*, aos valores e normas socialmente estabelecidos." (SMOLKA, 2000, p. 28). Para a autora,

[...] a apropriação não é tanto uma questão de posse, de propriedade, ou mesmo de domínio, individualmente alcançados, mas é essencialmente uma questão de pertencer e participar nas práticas sociais. Nessas práticas, o sujeito – ele próprio um signo, interpretado e interpretante em relação ao outro – não existe antes ou independente do outro, do signo, mas se faz, se constitui nas relações significativas. (SMOLKA, 2000, p. 37).

Nessa compreensão, o nascimento cultural da criança se inicia quando, tanto suas ações naturais quanto as situações, as pessoas e os objetos que a envolvem adquirem *significação* para ela, a partir da significação que obtiveram, antes, para o outro. Convém, no entanto, destacar que isso só é possível se, nesse caminho, a criança for se apropriando dos meios simbólicos que contribuem para despertá-la ao mundo cultural, o qual gradativamente se tornará seu próprio mundo (PINO, 2005). É a partir das relações sociais que o indivíduo vai desenvolvendo ao longo de sua vida que podemos explicar quem ele se torna. Assim, não se trata do que o indivíduo é, *a priori*, mas das condições e das oportunidades que ele tem acesso. Conhecer essa

realidade nos permite entender, em sua essência, seus modos de pensar, de ser, de agir e de se relacionar. A compreensão desse processo de formação do funcionamento psíquico só acontece ao se considerar a produção de signos e sentidos na dinâmica das inter-relações, considerando que os sujeitos são afetados, em diferentes graus e modos, pelas diversas formas de produção de que eles participam (SMOLKA, 2000).

Vigotski (2021) aborda quatro estágios principais do desenvolvimento cultural da criança, os quais se sucedem e surgem uns dos outros. Eles são compreendidos em sua totalidade e representam o desenvolvimento cultural completo das funções psicológicas. O primeiro é o *estágio de comportamento primitivo*, ou *psicologia primitiva*. Nesse período, a criança encontra-se bem pequena, a memorização do que lhe é repassado ocorre de modo natural e dependerá da sua memória individual, do seu interesse e da sua atenção. São as dificuldades encontradas por ela nesse percurso que a levam para o estágio seguinte, chamado de *psicologia ingênua*. A segunda fase desempenha um papel transitório e pressupõe uma experiência ingênua da criança com relação às propriedades físicas simples dos objetos, dos instrumentos e do seu próprio corpo. Isso a leva a fracassar no processo, em decorrência da insignificância dos seus próprios processos de memorização, os quais acabam por impedi-la de usar de forma correta seus recursos de memorização e o desenho como um signo.

O terceiro é denominado como *estágio do meio cultural externo*. Com o apoio de um mediador externo, a criança tem a possibilidade de substituir os processos de memorização por atividades mais difíceis. Esse estágio é breve e leva em direção ao quarto estágio, o *enraizamento completo*, no qual a criança passa a substituir os estímulos externos pelos internos. Com o auxílio do signo, as operações psicológicas acontecem, e à medida que a criança vivencia experiências de modo habitual, a utilização de um signo, por exemplo o desenho, torna-se dispensável, não impactando a reação da criança, que permanece correspondente. Assim, em um curto período, a criança passa a utilizar seus esquemas internos, as suas memórias e seus saberes anteriores como signos (VIGOTSKI, 2021).

Constatamos, a partir dessa descrição, que o processo de desenvolvimento humano é contínuo e não pode ser compreendido somente pelo seu nível atual. Em relação a tal aspecto, Vigotski discute dois níveis de desenvolvimento humano: o nível de desenvolvimento atual, entendido como aquele que já está amadurecido no

indivíduo, e o nível de desenvolvimento iminente, que diz respeito aos processos que ainda não estão amadurecidos, mas estão no percurso em direção ao nível de desenvolvimento atual (VIGOTSKI, 2021).

Nesse sentido, o nível de complexidade exigido nas ações dos indivíduos e a qualidade das mediações oferecidas para a sua efetivação demonstram as condições iniciais para toda periodização do desenvolvimento psíquico, em que as funções mais complexas não conseguem se desenvolver sem que tenham, para isso, atividades que as proporcionem. A periodização do desenvolvimento, teorizada por Vigotski, supera, portanto, a psicologia não dialética e enfoca a importância do acesso à cultura e ao universo simbólico. Tal movimento ressalta a existência humana como um contínuo *vir a ser*, que não surge naturalmente, mas é produzido nos processos do trabalho educativo (MARTINS, 2020).

Por esse viés, o único modo do indivíduo desenvolver suas aptidões humanas é por meio das possibilidades concretamente existentes para que ele se aproprie das ideias e dos instrumentos produzidos historicamente por seus ancestrais. Apenas desse modo é que o homem tem garantido para si o processo de humanização, algo efetivado somente pela educação, seja ela sistemática ou assistemática, escolar ou extraescolar. Em síntese, a história do desenvolvimento humano, das funções psicológicas superiores e de suas apropriações só pode acontecer por meio do acesso aos signos e instrumentos sociais, a depender do contexto em que o indivíduo se encontra inserido e da qualidade das mediações produzidas em suas relações, bem como de seus processos formativos intencionais (AITA *et al.*, 2019).

Em concordância com tal afirmação, Leontiev (2004) acrescenta:

Podemos dizer que cada indivíduo *aprende* a ser um homem [...] as aquisições do desenvolvimento histórico das aptidões humanas não são simplesmente *dadas* aos homens nos fenômenos objetivos da cultura material e espiritual que os encarnam, mas são aí apenas *postas*. Para se apropriar destes resultados, para fazer deles *as suas* aptidões, "os órgãos da sua individualidade", a criança, o ser humano, deve entrar em relação com os fenômenos do mundo circundante através de outros homens, isto é, num processo de comunicação com eles. Assim, a criança *aprende* a atividade adequada. Pela sua função este processo é, portanto, um processo de *educação* (LEONTIEV, 2004, p. 285 - 290, grifos do autor).

Sob esse ponto de vista, destaca-se a importância da materialidade histórica e das condições sociais de vida do indivíduo no que se refere ao desenvolvimento do seu psiquismo e à constituição de sua subjetividade.

1.2 SAÚDE MENTAL E SOFRIMENTO PSÍQUICO: UM PROCESSO DE ADOECER SOCIAL

Discutir sobre o conceito de saúde mental é uma tarefa complexa, dada a diversidade e a multiplicidade de influências e singularidades que existem na interação entre o ser humano e o ser social, no movimento de transformação decorrente do processo de humanização. Tal fato se impõe no decorrer da história, desafiando cientistas e estudiosos de todo o mundo, que se interessam pela compreensão do ser humano em sua totalidade, considerando a crescente importância e a influência das questões mentais e psicológicas no bem-estar social e físico das pessoas.

Salientamos que o processo de humanização é determinado pelas condições de vida do sujeito, o que nos leva a considerar que o seu desenvolvimento psicológico está diretamente relacionado à sua classe social e à sua relação com o trabalho. Entendemos, desse modo, que o indivíduo não se objetiva como ser humano somente em decorrência de seu nascimento biológico, mas sim se faz humano na medida em que interage com o mundo ao seu redor, por meio da internalização dos signos e pelo uso dos instrumentos. Nesse sentido, o biológico e o cultural se fundem resultando em um processo de humanização que gera as mudanças estruturais das funções do sujeito.

1.2.1 A saúde mental a partir de uma perspectiva médica

Ferreira e Falcão (2020) analisaram a construção histórica dos conceitos de saúde e adoecimento mental a partir de uma perspectiva médica. Os autores referem-se aos conceitos de normalidade e de saúde com base em definições de cunho tradicional, pautadas em três premissas: a concepção de saúde mental como ausência de sintomas; a concepção de saúde mental como um “funcionamento normal”, no sentido de próximo ou coincidente a uma “norma”; a concepção de saúde mental como um “ideal” que compreenderia, em um extremo, a doença e, em outro, a saúde.

Quando a saúde mental é concebida como ausência de sintomas, ela somente pode existir na inexistência da doença. Assim, nessa perspectiva, o sujeito só será saudável se não apresentar nenhum tipo de queixa ou manifestação de sofrimento psíquico, em suas diversas formas, sejam elas de ansiedade, de angústia, de pânico e/ou de comprometimento do humor. Por outro lado, na concepção de saúde mental como "funcionamento normal", tem-se que o sujeito considerado mentalmente saudável será aquele que demonstra ser previsível, fiel e adaptável aos padrões socioculturais de referência. Na concepção de saúde mental com dois extremos, em um deles a saúde e no outro a doença, toma-se a saúde como um ideal a ser atingido, sendo ele por definição inatingível, exceto pelo viés teórico. Tal concepção baseia-se na retomada e no aperfeiçoamento do modelo de uma norma, admitidamente virtual. Nesse contexto, pensar a saúde mental como simples ausência de sintomas ou de queixas expressas por parte do indivíduo caracteriza-se como um modo problemático de observar esse importante aspecto da saúde do ser humano. Além disso, críticas são realizadas no que diz respeito às proposições falhas da criação de um "modelo" de referência para avaliação de saúde mental (FERREIRA; FALCÃO, 2020).

Nessa direção, deparamo-nos com alguns documentos que classificam os transtornos mentais e comportamentais. O primeiro deles é denominado *Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde*. Surgiu em 1893 quando o Instituto Internacional de Estatística, em Viena, formou uma Comissão, liderada por Jacques Bertillon (1852-1922), para preparar uma classificação de causas de morte, que ficou conhecida como *Classificação de Bertillon*, com recomendação de uso internacional (SANTO, 2000). Atualmente, a *Classificação Internacional de Doenças (CID-11)* está em sua décima primeira revisão, lançada em janeiro de 2022.

A CID-11 tem um capítulo dedicado aos transtornos mentais, comportamentais ou do neurodesenvolvimento, descrevendo, de modo geral, como as síndromes afetam o funcionamento psicológico e biológico do indivíduo, causando-lhe distúrbios significativos para sua cognição, para sua regulação emocional e para o seu comportamento. Segundo essa classificação, tais distúrbios, com frequência, encontram-se associados a sofrimentos e impactam o desenvolvimento do indivíduo, acarretando prejuízos em seu funcionamento pessoal, familiar, social, educacional e ocupacional. Dentre os principais propósitos da CID-11, estão os de: analisar as situações de saúde como um todo, em diferentes grupos populacionais; monitorar a

incidência e a prevalência de doenças; analisar as características e as circunstâncias dos indivíduos afetados, assim como a sua possível adequação para os estudos sobre o faturamento e a alocação de recursos financeiros para o sistema de saúde (WHO, 2022).

Outro documento importante é o *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (DSM), elaborado pela Associação Americana de Psiquiatria (APA), estando, desde seus primórdios, amplamente relacionado à CID. O DSM-I surgiu em 1952, com o advento da Segunda Guerra Mundial, quando o exército americano desenvolveu nomenclaturas para tratar as desordens mentais de seus veteranos de guerra. Além disso, a insatisfação manifestada pela psiquiatria norte-americana com relação à primeira classificação de desordens mentais incluída na CID-6, com fortes influências de modelos psicodinâmicos e psicossociais, contribuiu para que a APA desenvolvesse pela primeira vez o DSM. Na primeira versão, foram descritas 106 desordens mentais. Em 1968, dando continuidade aos trabalhos, tanto a OMS quanto a APA publicaram novas versões de suas classificações: a CID-8, que continha novas categorias, e o DSM-II, que mencionava 182 desordens mentais. Em 1980, lançou-se a terceira versão, o DSM-III, sendo descritas nele 265 categorias diagnósticas. Essa versão trouxe como marco a adoção de critérios descritivos, enfatizando sintomas observáveis e introduzindo o termo desordem mental em substituição ao termo doença mental. Em 1987, o DSM-III passou por uma revisão, resultando no DSM-III-R e, alguns anos depois, em 1994, no DSM-IV, não havendo grandes alterações nesse último, se comparado às duas versões anteriores (DERBLI, 2011).

Atualmente, o DSM está em sua quinta versão, publicada em 2013, e contou com a contribuição de diversos especialistas da área de saúde mental. Dentre outros aspectos, o DSM-V faz referência às questões culturais e ressalta que os transtornos mentais são definidos a partir de normas e valores familiares, sociais e culturais. Além disso, discorre sobre os impactos da cultura na família, nos sistemas sociais, nas instituições e, conseqüentemente, no comportamento normal e patológico dos indivíduos, o que impacta a avaliação diagnóstica e o manejo clínico efetivo (APA, 2014). Contudo, percebemos essa versão atual do manual, apesar de mencionar o papel da cultura no desenvolvimento humano, não a coloca em primeiro plano, nem mesmo os aspectos psicológicos e ontológicos, porém, dá ênfase às questões de cunho biológico. Ao dar prioridade à descrição dos sintomas, essa concepção acaba

por atribuir o adoecimento psíquico a causas predominantemente orgânicas, ignorando a amplitude dos fenômenos implicados no processo de adoecer humano. Por esse viés, embora o fator cultural tenha sido abarcado pelo DSM-5, isso ocorreu de modo limitado, havendo uma evidente centralização no indivíduo, descolado da concretude de suas experiências como um ser histórico e social.

Convém, no entanto, ressaltar que tanto a CID quanto o DSM contaram, ao longo de suas construções, com a contribuição de diversos especialistas em saúde mental, de diferentes lugares do mundo (OMS, 2007; APA, 2014). Muitas têm sido as discussões realizadas por estudiosos da área da saúde, das ciências sociais, humanas, antropológicas e outras que, de algum modo, permeiam o campo da saúde mental ao longo do tempo, na complexa missão de conceitualizar o que é "saúde mental". Todavia, é fundamental pensar esse processo de modo ampliado, individual e coletivo, observando questões intrínsecas e extrínsecas, referentes à realidade de vida de cada sujeito, concebendo-o como um ser cultural, social e historicamente situado, o qual, ao passo que se vê singular, também se vê particular e universal.

Diante disso, diversas são as definições atribuídas ao conceito de saúde mental por estudiosos de diferentes culturas. Elas abarcam, dentre outros aspectos, o bem-estar, a autonomia, a autoeficácia, a competência, a dependência intergeracional e a autorrealização do potencial intelectual e emocional do indivíduo, sendo improvável a conceitualização do termo de modo completo a partir de uma perspectiva transcultural. Todavia, em tese, há um consenso quanto ao entendimento de que saúde mental envolve mais do que a ausência de perturbações mentais (WHO, 2001). Trata-se de um conceito de difícil definição e compreensão de seus determinantes. Entretanto, assim como a saúde não é apenas a ausência de doença, a saúde mental é mais do que a ausência de perturbação mental. Em decorrência disso, tem sido, de modo gradual, cada vez mais entendida como resultante de múltiplas e complexas interações, que envolvem fatores biológicos, psicológicos e sociais.

Nesse sentido, pensar uma normalidade biológica que, em geral, é interminável, neutra e universal, diverge da ideia de indivíduo, como singularidade complexa, situado em um momento histórico e constituído nas particularidades de sua vida concreta, como defende a Psicologia Histórico-Cultural. Portanto, a concepção do que seria a normalidade, tal como apresentada nos documentos de classificações de doenças, parece não abarcar uma visão unitária entre o biológico e o social, pois negligência o fato de que os processos de humanização, que se constroem sobre a

estrutura biológica humana, são norteados pelas leis sócio-históricas. Nesse sentido, pensar os processos de saúde-doença como socialmente determinados implica compreender o papel da sociedade para além dos fatores de risco e de proteção, tanto no que se refere às questões sociais quanto às ambientais, explicação utilizada de modo recorrente nos modelos multicausais⁶ (HENRIQUE *et al.*, 2020).

Ademais, uma investigação psicológica deve ultrapassar a mera classificação da aparência do fenômeno por meio da descrição de sintomas. Para Vigotski (2019), faz-se necessário investigar o curso real do desenvolvimento, observar o que há por trás do que está aparente, chegar à essência dos fenômenos psicológicos, entendendo que as funções psíquicas não são inatas, mas se desenvolvem no decorrer da vida do homem e, por esse motivo, qualquer alteração psíquica deve ser compreendida e investigada, em primeiro lugar, como alteração da atividade humana. Somente a partir da análise das diferentes formas de desintegração das funções psíquicas e da descoberta dos mecanismos da atividade alterada que será possível a reabilitação do psiquismo.

1.2.2 O adoecimento psíquico a partir do olhar da Psicologia Histórico-Cultural e dos determinantes sociais de saúde

De acordo com Silva e Tuleski (2015), os princípios da psicologia proposta por Vigotski permitem olhar os fenômenos relacionados ao adoecimento psicológico sem que, para isso, seja necessário reduzir o sujeito a questões biológicas. Esse autor propôs considerar o sujeito adoecido na amplitude de sua personalidade, incluindo os aspectos de troca que o compõem, tais como: suas necessidades, seus interesses e suas atitudes. Assim, o desenvolvimento saudável do indivíduo se encontra profundamente atrelado ao domínio das ferramentas e dos instrumentos psicológicos criados pela humanidade.

Silva (2014) explica que,

⁶ "[...] cosmovisão que dicotomiza o social e o biológico e fraciona a realidade, congelando-a em fatores isolados com os quais reduz a determinação dos processos de saúde-doença às relações chamadas 'causais', que se estabelecem por associação empírica [...]" (BREILH, 1991, p. 131).

[...] em uma perspectiva materialista histórica e dialética, os caminhos do biológico e do social se complementam, uma vez que a linha da “normalidade”, sendo histórica e não fruto do desenvolvimento meramente biológico da espécie, se conforma às condições gerais históricas da sociedade. Tanto as patologias, como a superação das deficiências por vias colaterais, devem ser compreendidas na dialética normal versus patológico, ambos como historicamente constituídos, o que confirma a afirmação de Vigotski de que entender o patológico contribui para a compreensão do homem normal, como contribui na busca de meios para sanar a patologia. (SILVA, 2014, p. 152-153).

Vigotski defendeu que os sujeitos vivenciam, ao longo de suas vidas, crises inevitáveis, marcadas pela não linearidade do processo histórico, com avanços e retrocessos. Contudo, para ele, como uma unidade biológica e cultural, introduzido em um campo de relações sociais, o fato de o sujeito vivenciar a crise em si não é o problema, mas sim se manter nela, pois, em uma concepção dialética de desenvolvimento, cabe ao meio proporcionar condições necessárias para que ele possa superá-la. Silva (2014) continua:

Nesse sentido, o desenvolvimento psicológico acompanha essa historicidade, pela especificidade de cada idade transformada pela situação social do desenvolvimento, isto é, na relação entre as condições sociais e o modo de vida do homem. O par formado pelo meio social e a personalidade do homem, dada por suas vivências, produz mudanças na consciência e no comportamento humano, podendo levar aos processos de adoecimento psíquico quando não fornecem condições adequadas ao desenvolvimento humano. Em classes sociais antagônicas, esse par tem oportunizado grande número, e cada vez mais crescente, de homens adoecidos psicologicamente. (SILVA, 2014, p. 124).

Assim, Vigotski, pautado em uma perspectiva marxista, deu início aos estudos da formação e da desintegração da atividade psíquica por meio da Psicologia Histórico-Cultural (SILVA, 2014). Posteriormente, outros estudiosos deram continuidade aos seus trabalhos, como a psicóloga lituana Bluma Vulfovna Zeigarnik (1900-1988), por meio da Patopsicologia Experimental, campo de estudo pertencente à área da psicologia e desenvolvido na Rússia, ainda no período da União Soviética. Silva e Tuleski (2015) esclarecem que Zeigarnik, influenciada pelas ideias de Vigotski, Luria e Leontiev, valeu-se do método materialista histórico-dialético para estudar os transtornos mentais de modo experimental.

A Patopsicologia Experimental tem como principal objeto de estudo o sujeito adoecido, atribuindo especial atenção às suas necessidades, à sua personalidade e

às suas vivências, evitando restringir-se à doença, aos sintomas e aos quadros clínicos (SILVA, 2014). Tal campo de estudo enfatiza a importância das apropriações sociais, bem como da dialética entre o organismo e o meio social, tanto no estudo quanto na intervenção das alterações psicopatológicas do sujeito adoecido. A teoria apoia-se na concepção de desenvolvimento psíquico como resultado da internalização e da educação das experiências humanas acumuladas historicamente. Assim, parte-se da hipótese de que o biológico assume um papel diferente em sujeitos adoecidos e saudáveis, sendo que tal realidade contribui para o surgimento de condições que suscitam a alteração da atividade mental humana (SILVA; TULESKI, 2015).

Na concepção de Zeigarnik (1979), nos sujeitos adoecidos ocorrem alterações na formação da personalidade, na hierarquia dos motivos, nas necessidades e nos processos psíquicos superiores, as quais interferem no modo como esses percebem, interpretam e agem sobre o mundo. Devido a isso, as investigações dos processos de formação de personalidade devem ser iniciadas pelos fatores sociais que a produzem, considerando que a relação com as outras pessoas é vista como essencial para o domínio e para a apropriação de mundo do sujeito.

Trata-se, portanto, de uma investigação psicológica relacionada às atividades do homem, às modificações de suas atitudes e às reações diante da vida e do meio social no qual está inserido. Ele nasce com determinadas necessidades que são vitais para sua sobrevivência biológica, as quais são satisfeitas inicialmente por meio de ações de outras pessoas. Conforme começa a agir sobre o mundo, vão se estabelecendo vínculos cada vez mais dinâmicos entre as suas necessidades e os objetos que as atendem. Essas conexões, por sua vez, evidenciam que o estado de necessidade do sujeito não está registrado no objeto capaz de satisfazê-lo, mas sim na função estimuladora e orientadora da atividade, ou seja, no seu motivo. A atividade se sustenta e se orienta por determinados motivos, constituindo-se sob a forma de ações⁷ (MARTINS, 2004).

⁷ As ações são componentes da atividade, são processos subordinados à representação do objetivo final a ser atingido pela atividade e orientadas por seus fins específicos. O motivo que a subordina não é dado nela mesma, mas na atividade da qual é parte integrante. Da mesma forma que as atividades não podem ser analisadas separadamente das ações, essas também não podem ser das operações. Por operações temos os processos operacionais da ação os quais são condicionados pelas possibilidades reais de atividade do indivíduo, representando as formas de se realizar uma ação em condições objetivas específicas (MARTINS, 2004).

Para Silva (2014), esse caminho de investigação se aproxima da discussão proposta por Vigotski sobre o conceito de vivência, no que diz respeito à relação entre a personalidade e o meio social a partir da atividade humana. Entende-se que o adoecimento se constitui no decorrer da relação do sujeito com o mundo, ao passo que ele, nas suas relações, vivencia e se apropria de situações que lhe causam sofrimento, tais como: condições de trabalho inadequadas, situações de violência, formação profissional precária, ao considerar as exigências do mercado de trabalho, políticas públicas que não viabilizam a qualidade de vida da população, escassez de recursos financeiros etc. Essas situações levam o indivíduo a perder o controle do próprio comportamento e contribuem para sua alienação, posto que promovem sua fragmentação e desumanização e limitam suas possibilidades de reflexão, gerando alteração na hierarquia dos motivos, nas necessidades e na própria personalidade.

Delari Junior (2019) defende que a vivência pode ser entendida como o modo particular exercido por cada indivíduo de experienciar momentos intensos de sua vida, os quais podem ser alegres ou tristes a depender do seu contexto. Por isso, as condições sociais de desenvolvimento da personalidade exercem um papel fundamental na medida em que se relacionam e promovem vivências que corroboram para a constituição dos processos patológicos no indivíduo, levando-o ao adoecimento psíquico.

Nas palavras de Silva (2014),

[...] é válido retomarmos o papel das vivências no entendimento dos processos patológicos, ao atribuímos o valor das condições sociais no desenvolvimento da personalidade e de sua desintegração. Portanto, como apresentamos, a vivência, enquanto unidade de análise na qual se funde o social com as particularidades individuais, pode nos abrir caminhos para entender a relação entre as condições de vida patologizantes com os processos psicológicos desenvolvidos sob essas condições, levando ao sofrimento e adoecimento psíquico. (SILVA, 2014, p. 129).

Ademais, concordamos com Prado e Silveira (2021), quando afirmam que os acontecimentos da vida mental dos sujeitos não podem ser descolados dos demais acontecimentos do mundo, uma vez que ambos andam juntos e influenciam-se mutuamente, em um movimento contínuo e dialético. Portanto, um sistema que elabora sua política com base em uma perspectiva que não considera a relação entre as manifestações de saúde ou doença do sujeito e a realidade que o circunda,

fragmenta o indivíduo, não se compromete com a transformação social e limita o processo de emancipação de seu povo.

Pensando nisso, em 2006, foi instituída no Brasil a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), a fim de ratificar o compromisso do Estado com a qualificação e com a ampliação das ações de promoção da saúde. A PNPS enfatiza a importância da articulação das políticas de saúde com outras políticas públicas, bem como com a participação social dos movimentos populares para o seu fortalecimento, visto que o setor Sanitário, de modo isolado, não consegue lidar com os determinantes e condicionantes da saúde. Essa política visa "[...] à equidade, à melhoria das condições e dos modos de viver e à afirmação do direito à vida e à saúde, dialogando com as reflexões dos movimentos no âmbito da promoção da saúde." (BRASIL, 2018, p. 6).

A PNPS foi consolidada pela Portaria nº 2, de 28 de setembro de 2017, e discorre sobre as normas das políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), baseando-se no conceito ampliado de saúde e em um referencial teórico que compreende a

[...] promoção da saúde como um conjunto de estratégias e formas de produzir saúde, no âmbito individual e coletivo, caracterizando-se pela articulação e cooperação intra e intersetorial, pela formação da Rede de Atenção à Saúde (RAS), buscando articular suas ações com as demais redes de proteção social, com ampla participação e controle social. (BRASIL, 2018, p. 25).

A PNPS apresenta como fundamentos para sua efetivação valores como: solidariedade; felicidade, no sentido de autopercepção quanto à satisfação construída na relação com outros sujeitos e coletivos; ética, como ações pautadas na valorização da vida e no bem comum; respeito às diversidades; humanização, entendida como um componente necessário à evolução do ser humano, por meio da interação com o outro e do aperfeiçoamento de práticas que promovam condições melhores de vida, sustentadas na importância da integralidade do cuidado; corresponsabilidade; justiça social, na condição de promoção e busca da equidade social; inclusão social, que se refere ao desenvolvimento de ações que visem a garantir o acesso aos benefícios sociais de modo equânime e participativo, com vistas à redução das iniquidades (BRASIL, 2018).

Para se trabalhar com a política de promoção da saúde, é necessária a consolidação de práticas direcionadas tanto aos indivíduos quanto as coletividades, seguindo uma premissa de atuação multidisciplinar e integrada. Além disso, é fundamental considerar as necessidades de saúde apresentadas pela população, em uma ação organizada em rede e composta pelos diferentes atores existentes no território (BRASIL, 2018).

Concernente a isso, há uma interdependência entre os diferentes elementos da vida humana, estabelecendo-se uma estreita relação entre a saúde mental e a saúde física dos sujeitos, ocupando a saúde mental um lugar essencial para o bem-estar das pessoas, das sociedades e dos países. Assim como acontece com muitas doenças físicas, as perturbações mentais e comportamentais são resultado de uma complexa interação de fatores biológicos, psicológicos e sociais, e têm como fatores determinantes a pobreza, o sexo, a idade, os conflitos e catástrofes, as doenças físicas graves e os ambientes familiar e social (WHO, 2001).

Sendo assim, apesar de, no passado, a política de saúde ter sido, por muito tempo, entendida como algo que se concentrava no campo de domínio médico, com recursos financeiros de cuidado, atualmente, tais recursos têm sido também destinados a determinantes sociais, que deixam de ser discutidos majoritariamente em nível acadêmico. Essas mudanças têm se dado em uma perspectiva global de Saúde Pública, em que os pesquisadores cientistas são convidados a participar mais ativamente da prática cotidiana em saúde, o que tem possibilitado um maior desenvolvimento de estratégias de promoção de saúde e de prevenção de doenças, bem como um maior conhecimento no tocante aos determinantes de saúde e aos fatores que, em um determinado contexto, influenciam a manifestação de doenças. Essa perspectiva caracteriza-se como integradora e desenvolve um importante papel no âmbito da saúde mental (ALVES; RODRIGUES, 2010).

De acordo com Alves e Rodrigues (2010), os diversos estudos realizados para avaliar os impactos das perturbações mentais, por uma perspectiva mais ampla, são relevantes para enfatizar a importância da saúde mental na saúde física das pessoas. Esse fato contribuiu para se explicar a influência da saúde mental nas diversas doenças orgânicas, evidenciando o papel que as doenças mentais desempenham como causadoras de morbidade e de mortalidade em todo o mundo. Os autores ressaltam que, dentre os fatores econômicos e sociais que influenciam a saúde

mental, destacam-se a pobreza, a habitação, a educação, o emprego, a discriminação sexual, as experiências precoces, a urbanização, o estigma social e a cultura.

Nesse contexto, a pobreza se apresenta, dentre outras formas, por meio do baixo nível socioeconômico, da privação, das más condições de habitação, do desemprego, da baixa escolarização e da baixa coesão familiar. Esses elementos estão associados à doença mental e, por isso, são considerados como fatores de risco. Analogamente, a qualidade da habitação reflete, de modo geral, sua condição de proteção psíquica e física, uma vez que nela se traduzem questões da vida social, econômica, psíquica e física de cada um. Assim, as pessoas sem-abrigo fatalmente são mais expostas ao risco de doença, tanto mental quanto física, bem como a um maior risco de mortalidade (ALVES; RODRIGUES, 2010).

Por outro lado, nos estudos relacionados à educação, tem-se que um maior nível educacional está relacionado a uma menor incidência de perturbações mentais comuns ao indivíduo. Isso se explica pela oportunidade de um emprego mais bem remunerado, pela habitação de qualidade, ou seja, por meio da inclusão social. Ademais, a satisfação no trabalho e a estabilidade laboral estão associadas a níveis mais elevados de saúde e bem-estar, ao passo que a insegurança laboral e o receio de perder o emprego relacionam-se à baixa autoestima e a sentimentos de humilhação. O desemprego está ligado a maiores níveis de doença e mortalidade precoce, tendo em vista que essa realidade pode colocar o sujeito em situação de vulnerabilidade, especialmente se esse não contar com um suporte social adequado, levando a taxas elevadas de depressão, ansiedade e suicídio (ALVES; RODRIGUES, 2010).

Ainda no que diz respeito a fatores sociais e econômicos associados à saúde mental, Alves e Rodrigues (2010) citam a discriminação sexual, a violência de gênero e as experiências precoces, como o uso abusivo de drogas pelos pais ou cuidadores da criança, o que em alguns casos se inicia ainda no período gestacional, como sendo fatores que acarretam um maior risco de violência e impactam a vida adulta, haja vista que a interação precoce e as experiências durante a infância desenvolvem um papel fundamental na saúde mental da criança, com repercussões que se estendem ao longo de sua vida.

Não obstante a isso, a urbanização também tem sido relacionada a inúmeros fatores de estresse e a circunstâncias adversas, como o enfraquecimento dos laços familiares, o menor apoio social, a superpopulação, ambientes com maior nível de

poluição, dificuldades no acesso a bens essenciais, menor prática de exercícios físicos e quadros de obesidade, maior nível de estresse na vivência do dia a dia, piores condições de habitação e elevados níveis de violência. De outro ângulo, porém, a vivência em meios rurais isolados também tem se mostrado prejudicial à saúde mental, devido à recorrente falta de transportes e comunicações, a dificuldade de acesso à educação, a formação profissional e aos cuidados em saúde mental, bem como a escassez de oportunidades econômicas. Esse cenário pode favorecer o aparecimento de doenças psíquicas, especialmente a depressão.

A realidade vivenciada pelo sujeito pode levar ao surgimento de situações de exclusão e de estigma social, vinculando-se a múltiplas formas de vulnerabilidade e inserindo-o em uma posição de elevado risco para a doença mental e para a morte prematura. A cultura tem o poder de influenciar na predisposição, na precipitação e na perpetuação das perturbações mentais, ao promover interações familiares patológicas ao longo das gerações, ao reforçar comportamentos desajustados por meio da sua aprovação, ao estabelecer práticas adoecedoras e padrões rígidos de comportamento e até mesmo ao influenciar as pessoas com "rótulos" negativos relacionados à doença mental em determinados contextos (ALVES; RODRIGUES, 2010).

Diante disso, a constituição da subjetividade é influenciada pelo contexto de convivência do indivíduo, pelas pessoas com quem ele se relaciona e pela cultura presente. Os determinantes sociais e econômicos exercem papel de extrema importância no que diz respeito à saúde mental. Cada pessoa conhece a si mesma, ao passo que conhece o outro, em um movimento de troca contínua. Ela constrói a sua autoimagem e influência na construção da autoimagem do outro de modo dialético. Nesse contexto, o ser humano não pode ser olhado isoladamente, mas associado às relações sociais, à sua história de vida, à cultura e à sociedade a qual pertence.

Nesse movimento, os múltiplos processos sociais influenciam a vida de diferentes formas, disponibilizando a cada sujeito possibilidades maiores ou menores de proteção à saúde, marcando uma delimitação histórica do processo saúde-doença, entendido paralelamente como componente e como resultado dos modos de vida dos indivíduos e coletividades (HENRIQUE *et al.*, 2020). Convém, no entanto, esclarecer que não se trata de ignorar fatores individuais ou de desconsiderar a possibilidade da ocorrência de questões no percurso do processo de desenvolvimento que possam

causar o adoecimento, mas sim de compreender que, mesmo nas situações em que o enfoque clínico individual se fizer necessário para o tratamento em saúde mental, não se pode perder de vista que se trata de um sujeito histórico e contextualizado socialmente. É essencial, portanto, compreender que o sofrimento se origina em situações concretas de vida e, por isso, pode ser vivenciado diferentemente a depender de cada ser humano e da cultura a qual ele pertence (PRADO; SILVEIRA, 2021).

Como afirma Martins (2004), todo indivíduo tem em si uma singularidade irreduzível às coordenadas sociais, contudo, o ser dessa singularidade encontra-se, justamente, na sua construção genérica, dado que o indivíduo é um ser social singular única e exclusivamente na medida em que é um ser social genérico. "O indivíduo, por sua vez, constitui-se em unidade com a sociedade e sua existência como tal reside exatamente em sua autodiferenciação para com aquela, o que lhe confere, inclusive, papel de sujeito no processo de construção dessa sociedade." (MARTINS, 2004, p. 85).

Corroborando com o pensamento dessa autora, Molon (2015) acrescenta que o sujeito se caracteriza como uma unidade múltipla de análise, constituído e constituinte do processo sócio-histórico, sendo sua subjetividade a interface desse processo. Ademais,

Para Vygotsky são os sentimentos e os pensamentos, a atividade e a experiência que movem a criação humana. Tendo presente a complexidade deste pressuposto, relação entre realidade e imaginação na constituição do sujeito, a análise do sujeito não se limita à ordem do biológico e nem se localiza na ordem do abstrato, mas sim ao sujeito que é constituído e constituinte de relações sociais. Neste sentido, o homem sintetiza o conjunto das relações sociais e as constrói. (MOLON, 2015, p. 114-115).

Sob o ponto de vista de Leontiev (2004), o trabalho é a principal atividade para o desenvolvimento do ser humano, uma vez que é por meio dele que se produz e se reproduz o conhecimento acumulado historicamente. Para esse autor, o trabalho se efetiva por um processo de produção material e intelectual, em que se encontra imbricada a apropriação dos modos pelos quais os instrumentos e as ferramentas manuais são utilizados na realização de dada atividade, o qual resultará no produto. Ao se dominar um instrumento, físico ou psicológico, possibilita-se duas esferas de transformação: a objetiva (natureza) e a subjetiva (psiquismo).

Martins (2011) destaca que, ao se contraporem às explicações naturalizantes, autores como Vigotski e Leontiev introduziram uma premissa social da natureza do psiquismo e, com isso, iniciaram mudanças decisivas acerca das concepções de desenvolvimento humano que asseguram a essencialidade da relação dialética estabelecida entre os constituintes internos e externos do indivíduo, isto é, da atividade que liga o indivíduo às suas condições objetivas de vida. De acordo com tal premissa, a importância que a sociedade terá na vida de cada pessoa poderá variar, a depender das relações sociais de produção, as quais geram subjetividades que expressam, na medida de suas possibilidades e limites, a qualidade de seu pertencimento social. Assim, o psiquismo humano só pode ser explicado se antes for compreendido em sua qualidade de construção social.

Martins (2011) chama a atenção para o fato de que Vigotski, ao longo de toda a sua obra, colocou-se contrário às concepções de desenvolvimento humano naturalizantes e lineares, expressas por meio do acúmulo progressivo de mudanças isoladas. Outrossim, mediante um enfoque histórico social, o psicólogo russo defendia que cada etapa do desenvolvimento humano não resulta de prescrições progressas, mas do confronto e do “choque” entre a herança de condições passadas e as forças existentes no momento presente.

Dessa forma, podemos entender que estudar a saúde mental requer que se compreenda a influência dos aspectos sociais no processo de desenvolvimento humano e de adoecer humano, isto é, o estudo das patologias referentes ao adoecimento psíquico a partir do coletivo, dos sujeitos contextualizados em situações reais de vida, considerando o modo como eles se organizam e se relacionam consigo mesmos e com os outros. Leontiev (1984) afirma:

[...] Por ende, la conciencia individual como forma específicamente humana del reflejo subjetivo de la realidad objetiva sólo puede ser comprendida como producto de las relaciones y mediaciones que aparecen durante la formación y desarrollo de la sociedad. Fuera del sistema de estas relaciones (y fuera de la conciencia social) no es posible la existencia de la psiquis individual en forma de reflejo consciente, de imágenes conscientes. (LEONTIEV, 1984, p. 103)⁸.

⁸[...] Portanto, a consciência individual como forma especificamente humana de reflexo subjetivo da realidade objetiva só pode ser compreendida como produto das relações e mediações que surgem durante a formação e desenvolvimento da sociedade. Fora do sistema dessas relações (e fora da consciência social) não é possível a existência da psique individual na forma de reflexo consciente, de imagens conscientes." (LEONTIEV, 1984, p. 103, tradução nossa).

Acrescentando à discussão, Almeida (2018) considera que os processos de saúde-doença, em sua determinação social, envolvem aspectos biológicos e psicológicos e neles se manifestam. Contudo, enfatiza que há uma subordinação desses aspectos ao social. Por esse motivo, o adoecimento psíquico só pode ser compreendido em sua totalidade se analisado a partir das relações sociais de classe, incluídas no sistema de produção capitalista atual, em que processos críticos relacionados ao trabalho determinam padrões de desgaste e de reprodução dos grupos sociais, interferindo na constituição da personalidade das pessoas e influenciando os modos predominantes de adoecimento e de morte na sociedade.

Corroborando com esse pensamento, Ratner (1995) acrescenta que o sintoma apresentado pelo sujeito adoecido pode ser entendido, nesse contexto, como uma expressão de resistência ou de tentativa de adaptação a uma realidade que é patológica e que gera uma reação aos processos debilitadores e desintegradores do psiquismo. Para o autor, toda a experiência relacionada à doença está repleta de significação cultural e demonstra o caráter social da consciência, sendo que os sintomas nada mais são do que expressões de valores, de crenças, de emoções e de motivos inerentes à realidade vivenciada por cada sujeito.

Para Laurell (1982), a melhor forma de investigar o caráter histórico da doença consiste em contextualizá-la na comunidade humana e não a focar em casos clínicos específicos, como no estudo de sua aparência em indivíduos. A natureza social da doença deve, desse modo, ser estudada de modo a contemplar as diferentes formas de adoecer dos grupos humanos. Para tanto, é fundamental observar nos processos de adoecimento as transformações da sociedade e os impactos dessas alterações nos diferentes perfis patológicos, visto que podem mudar para uma mesma população, de acordo com as características do momento histórico. Além disso, Laurell (1982) enfatiza a importância de considerar que as classes que compõem uma mesma sociedade podem apresentar condições de saúde diferentes, as quais variam de acordo com o modo de combinar o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção, afetando o tipo e a frequência das doenças.

Contemplando tal perspectiva, a OMS lançou, em 2021, as *Orientações sobre serviços de saúde mental comunitários: promoção de abordagens centradas na pessoa e baseadas nos direitos*. As novas orientações relacionadas à atenção em saúde mental têm como principal objetivo garantir a possibilidade de cuidado e de

recuperação no âmbito da própria comunidade, bem como o respeito aos direitos humanos do sujeito adoecido, uma vez que, ainda hoje, a maioria dos serviços de atenção à saúde mental continua sendo fornecido por hospitais psiquiátricos, nos quais há situações de violações dos direitos humanos e práticas coercitivas. Tais orientações pautam-se no Plano de Ação Integral de Saúde Mental da OMS 2020-2030⁹, endossado pela Assembleia Mundial da Saúde em maio de 2021. Nesse plano, a OMS concebe a saúde mental como um “estado de bem-estar”, em que cada pessoa realiza seu potencial e tem a possibilidade de lidar com as tensões normais da vida, trabalhar de forma produtiva e contribuir com a sua comunidade (OMS, 2021).

Nesse sentido, defende-se a necessidade de se pensar formas de tratamento que possam ir além das questões medicamentosas, pois essas não podem e não devem ser a única forma para que o sujeito recupere o controle de suas funções psíquicas. É fundamental, portanto, o exercício de práticas terapêuticas que abarquem as condições sociais que contribuem para o desenvolvimento da patologia e que não se restrinjam especificamente ao sujeito adoecido. Por esse viés, a Patopsicologia Experimental, ao adotar como base para explicação dos transtornos mentais a relação entre a atividade, a personalidade e a patologia, coloca o sujeito em uma posição de proximidade com as situações por ele vividas, fazendo com que tenha a necessidade de buscar recursos psíquicos para solucioná-las.

Assim, podemos dizer que os transtornos mentais se referem a alterações da atividade mental e encontram-se estreitamente relacionados a questões históricas e sociais. Nessa perspectiva de análise, a personalidade é o objeto principal de estudo, enquanto a atividade do ser humano e as condições sociais a que ele pertence são o foco da investigação, tanto no que diz respeito ao seu desenvolvimento normal quanto ao patológico (SILVA; TULESKI, 2015). O transtorno mental não é uma doença no sentido biológico do termo, mas compreende as configurações e os sentidos subjetivos do sujeito em seus processos de vida presentes. Enfatiza-se, desse modo, a importância de ultrapassar as classificações centradas nas patologias, dando ênfase ao trabalho psicoterapêutico e reconhecendo que as relações e as atividades do

⁹ Em maio de 2013, a OMS adotou o Plano de Ação Integral de Saúde Mental 2013-2020. Em 2019, o plano foi prorrogado até 2030, sendo esse o primeiro plano de ação na história da organização que reconhece oficialmente a importância da saúde mental para os 194 Estados-Membros (MILTERS, 2021).

sujeito representam os modos encontrados por ele de expressar sua subjetividade, bem como sua capacidade criadora (GONZÁLEZ REY, 2011).

1.2.3 O sistema político-econômico, o trabalho e o processo de adoecimento psíquico

A atividade humana, em suas diversas formas de manifestação, determina a formação de capacidades, de motivos, de finalidades, de sentidos e de sentimentos, delineando um conjunto de processos que possibilitam a existência psicológica do indivíduo. O estudo desses processos psíquicos leva ao propósito da pessoa, isto é, do homem como indivíduo social real: que faz, que pensa e que sente, a sua personalidade (MARTINS, 2004). No entanto, nos casos de adoecimento psíquico, em que ocorre a desintegração e a desorganização do psiquismo humano, um dos impactos mais visíveis é justamente a diminuição e/ou a perda do domínio da própria conduta, causada pela menor mediação nos processos volitivos do comportamento, ou seja, pelo empobrecimento dos sentidos decorrentes diretamente dos motivos da atividade do sujeito, tornando-a impulsiva e precariamente mediada.

Nesse sentido, o adoecimento psíquico provém da integração entre os fatores sociais e culturais resultantes de uma dada sociedade, e estão associados ao período histórico em vigor, encontrando respaldo no sistema socioeconômico vigente para o seu surgimento e manutenção, na sociedade atual o sistema capitalista. Assim, os aspectos do meio sociocultural, da vida laboral, da mesma forma que a história de vida do sujeito, são considerados fundamentais para a compreensão dos processos de adoecimento, pois provocam modos adoecidos de perceber o mundo e podem conduzir ao sofrimento psíquico.

A esse respeito, Martins (2020) ressalta que a atividade humana deve ser analisada com base nas condições objetivas de existência do sujeito, considerando as circunstâncias históricas que delimitam e condicionam seu campo de atividades, sua relação com o mundo e o desenvolvimento de suas funções psíquicas, as quais se manifestam por meio das capacidades e dos alcances de sua consciência. Além disso, a análise histórica procura revelar o que está por trás da concepção capitalista e biologizante do conceito de saúde, buscando a determinação social dos processos de saúde-doença a partir da investigação da categoria trabalho, da divisão social do trabalho e dos impactos dessa no desenvolvimento do ser humano, posto que tal

aspecto é considerado fundamental para a compreensão do ser humano como ser social (SANTOS *et al.*, 2020).

Portanto, para compreender o adoecimento psíquico a partir da abordagem da Psicologia Histórico-Cultural, é preciso considerar o homem real, inserido em relações de trabalho alienadas, que influenciam a formação do psiquismo e impactam os processos de sofrimento e adoecimento das pessoas (FACCI; LEONARDO; ALVES, 2020). Silva (2020) pondera que "[...] a alienação é compreendida como um estranhamento do indivíduo em relação ao produto do seu trabalho, ao processo do trabalho ou em relação a si mesmo, ocasionando uma cisão entre sentidos e significados, bem como entre o sentir-pensar-fazer." (SILVA, 2020, p. 52).

Para o trabalhador, a alienação de sua atividade vital gera perdas materiais, ocasionadas por condições de assalariamento que lhe impõem limitações para se apropriar das objetivações produzidas pela humanidade, fazendo com que, em alguns casos, restrinja-se apenas ao necessário para a reprodução da sua força de trabalho e a reposição do capital. Além disso, tal realidade também resulta em sentimentos de "desrealização" e empobrecimento espiritual de sua vida como ente genérico (CARVALHO; MARTINS, 2020).

Gomes (2020) afirma que a concepção hegemônica de saúde como ausência de doença e de alterações no funcionamento normal do corpo humano firmou-se no decorrer dos últimos séculos devido à forte influência das inúmeras transformações sociais advindas especialmente do modo de produção capitalista, no qual as pessoas têm seus corpos explorados por meio da sua força de trabalho. O autor ressalta que

[..] a doença vista como alteração do funcionamento normal expressa, de fato, a prevalência da ideia de função diretamente vinculada à de finalidade. Ou seja, o funcionamento normal do corpo é determinado por algo fora dele: sua inserção social nas relações de produção. Em última análise, o que define se o corpo está funcionando adequadamente é se ele está podendo ser usado para realizar o papel destinado ao seu proprietário. As pessoas dificilmente procuram um serviço de saúde se o corpo não está inadequado à sua vida cotidiana. É na "falha", no obstáculo no "andar a vida", que o papel social do corpo se explicita (GOMES, 2020, p. 151-152).

Em vista disso, tem-se que o processo de humanização se dá no decorrer da vida dos sujeitos, ao passo que esses se apropriam do patrimônio material e cultural historicamente elaborado pelas gerações anteriores, em um processo dinâmico e dialético, mediado pelas particularidades do desenvolvimento de cada ser humano.

Por esse viés, a compreensão dos processos sociais de saúde-doença perpassa pela realidade objetiva de cada sujeito, bem como por sua atividade prática no mundo. À medida que se torna um ser humano saudável ou adoecido na sociedade atual, encontra-se muito mais associado a um conjunto de relações sociais do que a um processo biológico e/ou autodeterminado (HENRIQUE *et al.*, 2020).

Alves e Rodrigues (2010) salientam a importância de conhecer quais são os determinantes sociais e econômicos da saúde mental em um panorama de Saúde Pública, considerando seus impactos para a diminuição do número total das doenças no mundo e para a melhoria da saúde mental das populações. Faz-se necessário identificar as realidades sociais, políticas e econômicas em âmbitos local, regional e nacional, haja vista que, na maioria dos países em desenvolvimento, os programas de cuidados com pessoas com problemas mentais e comportamentais têm pouca prioridade. Com isso, objetiva-se possibilitar que as políticas possam ser pensadas e formuladas com base em dados atualizados e fidedignos àquela comunidade, observando indicadores de saúde mental - tais como tratamentos eficazes, estratégias de prevenção e de promoção e possibilidades de recursos disponíveis para a saúde mental -, além de serem revisadas periodicamente (WHO, 2001).

Ademais, a prestação dos cuidados em saúde mental na atualidade limita-se a poucas instituições, geralmente lotadas e com serviços de baixa qualidade, refletindo, ainda, a pouca compreensão dos profissionais com relação às necessidades dos indivíduos adoecidos ou das possibilidades disponíveis para o seu tratamento (WHO, 2001). Desde 2006, quando ocorreu a adoção da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, um número crescente de países vem demonstrando esforços no intuito de reformar suas leis, políticas e serviços relacionados à atenção à saúde mental. Todavia, ainda hoje, poucos deles apresentam a estrutura necessária para atender às mudanças de longo alcance exigidas pelos padrões internacionais de direitos humanos. Essa perspectiva envolve países de todos os níveis de renda. Com base nas últimas estimativas realizadas pelas OMS, os governos destinam menos de 2% de seus orçamentos de saúde para saúde mental. A maior parte dos gastos declarados em saúde mental se destina a hospitais psiquiátricos, exceto em países de alta renda, em que a cifra é de aproximadamente 43% (OMS, 2021).

Para que se obtenham bons resultados na saúde mental, é importante que atividades e as políticas governamentais relacionadas a emprego, habitação, economia, educação, bem-estar social e justiça criminal estejam assegurados (WHO,

2001), prezando e garantindo a sobrevivência e os direitos humanos. O acesso universal aos cuidados de saúde configura-se como um dos determinantes sociais da saúde, uma vez que os cuidados médicos são importantes, pois contribuem para melhorar a sobrevida e o prognóstico de algumas doenças graves. Entretanto, são as condições sociais e econômicas que influenciam o processo de adoecer humano e a própria necessidade de cuidados médicos, desempenhando, portanto, um papel ainda mais essencial para a saúde da população. Logo, conhecer os determinantes sociais e econômicos da saúde mental auxilia para evidenciar a importância da garantia ao acesso universal a serviços de saúde adequados às demandas da população, mas também a necessidade de implementação de programas que se destinem à promoção e à prevenção da saúde mental (ALVES; RODRIGUES, 2010).

Toda análise do desenvolvimento individual das patologias psicológicas deve incluir suas contradições e determinantes sociais, tomando o homem a partir da sua qualidade de ser social, contextualizado na realidade sócio-histórica em que vive. A escola, nesse caso, representa umas das instituições sociais mais importantes, pois desempenha o papel de mediadora entre o indivíduo e a sociedade, na medida em que possibilita, por meio da transmissão da cultura, processos de humanização e educação dos seres humanos, além de socializar o saber sistematizado e de preparar os indivíduos para o trabalho (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2008).

Em suma, toda a subjetividade, antes de ser singular, é um acontecimento social, haja vista que todo ser humano, antes mesmo de ser "humano", é um ser social que desenvolve sua humanização por meio das relações que estabelece ao longo de sua vida. No entanto, as questões relacionadas à saúde mental, em sua maioria, só são trabalhadas quando o sofrimento/adoecimento psíquico já se estabeleceu na vida dos sujeitos, de modo a interferir em suas atividades produtivas, causando prejuízos ao sistema capitalista vigente. Por isso, ressaltamos a relevância dessa temática ser abordada em sua característica processual, diretamente relacionada às vivências das pessoas.

Assim, compreendemos ser um equívoco partir de uma análise que desconsidere o movimento social e histórico no qual o ser humano está inserido desde seu nascimento até a vida adulta, como proposto pelos modelos biologizantes de saúde, considerando que tal processo faz dele constituído e constituinte nas e das trocas sociais, advindas da existência de um "outro" com quem divide espaço, tanto no que se refere a aspectos físicos quanto afetivos. Essas relações são essenciais,

dinâmicas e situadas em uma realidade concreta, sujeitas a inúmeras interferências advindas das diversidades sociais específicas de cada contexto e de cada sujeito que compõe a relação em particular. Logo, estudar as múltiplas determinações dos processos de sofrimento/adoecimento de docentes universitários e sua associação com as relações de trabalho nos contextos educacionais brasileiros é, ao nosso ver, fundamental.

Por fim, inúmeras inexactidões ligam o processo de adoecer à subjetividade do humano e desafiam a ciência em um movimento que, entendemos, só pode ser superado efetivamente se forem consideradas questões coletivas, sociais, políticas e econômicas que garantam, em primeiro lugar, a toda pessoa, a todo trabalhador, os seus direitos e sua dignidade.

Nesta seção, discorreremos sobre conceitos envolvendo a constituição do sujeito, seus processos de desenvolvimento e questões referentes à saúde mental e ao sofrimento psíquico à luz da Psicologia Histórico-Cultural. Na próxima seção, o tema gira em torno da universidade pública na atualidade, da democratização e da virtualização do ensino, assim como seus impactos no campo educacional, sobretudo, no que diz respeito à qualidade das relações e das interações sociais em espaços educacionais de educação superior.

2 ENSINO REMOTO, TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Os avanços tecnológicos, as novas configurações do trabalho e da produção configuram o que se denomina a sociedade da informação e do conhecimento. [...] Conhecer implica [...] trabalhar com as informações, classificando-as, analisando-as e contextualizando-as. [...] implica a inteligência, a consciência ou sabedoria. Inteligência tem a ver com a arte de vincular conhecimento de maneira útil e pertinente, [...] de produzir novas formas de progresso e desenvolvimento; consciência e sabedoria envolvem reflexão, [...] capacidade de produzir novas formas de existência, de humanização. E é nessa trama que se podem entender as relações entre conhecimento e poder. (PIMENTA; ANASTASIOU; CAVALLET, 2003, p. 269).

As intensas modificações advindas do processo de globalização e das inovações tecnológicas geram transformações nas relações de trabalho e nas práticas pedagógicas. Significativas mudanças estão acontecendo na sociedade e a esfera educacional "[...] tem sido provocada a repensar e ressignificar suas práticas pelo uso conjunto das diversas tecnologias nos ambientes escolares e nos processos de ensino-aprendizagem na era digital." (NASCIMENTO; CABRAL, 2022, p. 8).

Soma-se a isso a recente crise vivenciada pela sociedade em decorrência da pandemia da covid-19, a qual evidenciou as desigualdades sociais e a precarização na educação pública brasileira. Nesse contexto, intensificou-se o uso das tecnologias no campo educacional, o que foi feito em caráter emergencial, e implantaram-se o ensino e o trabalho remoto, sendo que o primeiro, sobretudo, tem ocupado um lugar de destaque nas discussões referentes às inovações tecnológicas e os contextos de ensino-aprendizagem.

Pensando nisso, nesta seção, nosso objetivo foi problematizar a referida temática, inserindo na discussão a universidade pública da atualidade, as questões referentes à democratização do Ensino Superior, as modificações no perfil do público universitário e as vivências decorrentes da crescente utilização das TICs nos contextos educacionais. Na sequência, concentramo-nos no fenômeno da pandemia da covid-19, as suas repercussões na esfera educacional, a virtualização do ensino, a educação remota e aspectos referentes ao processo de humanização.

2.1 A UNIVERSIDADE PÚBLICA HOJE: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A universidade pública brasileira está entre os direitos que envolvem uma sociedade democrática¹⁰, por isso, a consideramos como foco deste estudo, a fim de se verificar o avanço da utilização de ferramentas tecnológicas em seus espaços. A escolha por priorizar a universidade pública nesse contexto de discussão se dá, não somente por nossa prática profissional, mas também, pelo fato de que, a partir da experiência, especialmente intensificada no período de pandemia, percebemos as implicações de práticas de ensino remoto para estudantes e professores, considerando o perfil do público acadêmico que hoje compõe as universidades e as consequências advindas dessas ações para a saúde mental e física de docentes e discentes.

A história social humana é composta por relações sociais conflituosas, produzidas por um sistema econômico desigual que impacta o desenvolvimento do ser humano desde o seu nascimento. Tais disparidades determinam as oportunidades que cada indivíduo terá para acessar bens materiais, culturais e espirituais, necessários à sua existência (PINO, 2005). Nesse sentido, para analisar o desenvolvimento humano nesse movimento, é necessária uma ampla compreensão

¹⁰ Para Chauí (2001), democracia é uma “[...] forma sociopolítica que busca enfrentar as dificuldades [...] conciliando o princípio da igualdade e da liberdade e a existência real das desigualdades, bem como o princípio da legitimidade do conflito e a existência de contradições materiais introduzindo, para isso, a idéia dos direitos (econômicos, sociais, políticos e culturais). Graças aos direitos, os desiguais conquistam a igualdade, entrando no espaço político para reivindicar a participação nos direitos existentes e sobretudo para criar novos direitos. Estes são novos não simplesmente porque não existiam anteriormente, mas porque são diferentes daqueles que existem, uma vez que fazem surgir, como cidadãos, novos sujeitos políticos que os afirmaram e os fizeram ser reconhecidos por toda a sociedade. Com a idéia dos direitos, estabelece-se o vínculo profundo entre democracia e a idéia de justiça.” (CHAUÍ, 2001, p. 11). A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu sexto artigo, dispõe quais são os direitos dos cidadãos brasileiros: “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição; Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1988).

a respeito do modo como o sujeito se relaciona com a organização social em vigência, permeada pela desigualdade e pela exploração de classe.

Desde seus primórdios, a universidade no Brasil se encontrou vinculada aos interesses da classe dominante. A sua criação ocorreu a partir da concentração de poder em uma fração específica da população, que objetivava conservar a ordem, a partir da construção de um projeto de país "civilizado" e "harmonioso" entre as classes sociais. Contudo, tal grupo não tinha a intenção de considerar os determinantes sociais envolvidos no processo, somente apresentar a educação como responsável pelo desenvolvimento socioeconômico e pela transformação da realidade, com vistas à manutenção do poder (ORSO, 2021).

Na sociedade atual, por sua vez, observa-se uma crescente desvalorização e depreciação dos setores públicos, em especial da educação. As universidades públicas sofrem com cortes orçamentários cada vez mais presentes e, diante dessa realidade, esforça-se para manter a qualidade de suas atividades, no que compete às questões de ensino, pesquisa e extensão. Os desafios enfrentados relacionam-se tanto à infraestrutura para o desenvolvimento dos trabalhos e manutenção dos ambientes quanto aos recursos financeiros para subsidiar formações e capacitações necessárias a um ambiente conhecido por sua referência e responsabilidade em termos de geração de conhecimentos científicos de qualidade.

Desse modo, verifica-se uma tendência político-econômica que compreende a "qualidade" de tais processos a partir de um critério que visa, antes de tudo, a atender às necessidades de modernização da economia e desenvolvimento social. Avalia-se, nessa perspectiva, o quanto uma universidade produz, em quanto tempo ela faz isso e qual o custo dessa produção (CHAUÍ, 2001). A "qualidade" dos conhecimentos produzidos é medida, sobretudo, pela quantidade e não como esses conhecimentos afetam as relações sociais e a coletividade.

Por outro lado, a universidade, como um serviço de educação, abrange questões como a

[...] criação, desenvolvimento, transmissão e crítica da ciência, da técnica e da cultura; preparação para o exercício de atividades profissionais que exijam a aplicação de conhecimentos e métodos científicos e para a criação artística; apoio científico e técnico ao desenvolvimento cultural, social e econômico das sociedades. (PIMENTA; ANASTACIOU; CAVALLET, 2003, p. 270).

Como se vê, não é possível restringir seu potencial de atuação ao quanto se produz, mas sim ao que se produz. A prática do ensino nos contextos universitários precisa nortear-se por princípios tais como: proporcionar a construção de um domínio crítico e científico de conhecimentos, técnicas e métodos referentes ao campo de atuação profissional, de modo a considerar suas relações com a produção social e histórica da sociedade, sendo para isso, indispensável o desenvolvimento de pesquisas cientificamente e socialmente embasadas; compreender o processo de ensinar/aprender como uma atividade interligada à investigação do conhecimento; valorizar a avaliação compreensiva da atividade em detrimento da avaliação como mero instrumento de controle; saber sobre os conhecimentos construídos pelo aluno anteriormente ao contexto universitário ou em paralelo a ele, a fim de desenvolver relações de ensino que envolvam a interação e a sua participação (PIMENTA; ANASTACIOU; CAVALLET, 2003).

Nesse cenário, quando o tema em questão é a educação com o uso de TICs, de modo imposto e sem o devido planejamento, surgem muitos desafios, haja vista as inúmeras variáveis envolvidas nessa realidade, tanto no que tange ao acesso e à infraestrutura de estudantes e instituições de ensino quanto à formação dos professores para o desenvolvimento de tais atividades, de modo a não negligenciar as diferentes necessidades e conduzir um ensino que propicie a interação e o acesso de todos ao conhecimento científico.

Esse assunto recebe ainda maior relevância em função da ampliação das políticas de inclusão de acesso às universidades públicas, as quais vêm ganhando destaque no Brasil nas últimas décadas. De 2000 a 2018, em todos os estados brasileiros, observou-se uma expansão da oferta do Ensino Superior, motivada por políticas públicas que atuam como instrumentos importantes para o reconhecimento de direitos e para a superação de déficits. Dentre elas cita-se o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e a Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, além da ampliação do acesso à universidade decorrente de sua consequente interiorização. Essas ações refletem o papel das universidades públicas no que concerne à redução da pobreza e da desigualdade social e implicam, exitosamente, um processo de inclusão social, por

meio da criação e do desenvolvimento de políticas educacionais afirmativas (PROEST, 2020; FONAPRACE, 2019).

Para exemplificar essa evolução, no período de 2003 a 2017, houve um aumento de 260% no número de vagas ofertadas em Instituições Federais de Ensino Superior, o que foi relacionado, diretamente, ao crescimento dessas em 40%. No que se refere a novos *campi* das instituições federais, em 2002, eram 148, chegando a 408, em 2017, demonstrando um aumento de 176% em 15 anos. As regiões Nordeste e o Norte foram as líderes dessa expansão no país (FONAPRACE, 2019).

Além disso, de acordo com o último Censo sobre o Ensino Superior, realizado em 2020, o Brasil conta com um total de 2.457 IESs, das quais 304 são públicas e 2.153 são privadas. Com relação às IESs públicas, 42,4% (129) são estaduais, 38,8% (118) são federais e 18,8% (57) são municipais. Acrescenta-se ainda a informação de que a maioria das universidades é pública, cerca de 55,2%. Entre as IESs privadas, prevalecem as faculdades, somando-se 81,4% (BRASIL, 2022).

Nesse contexto, em conjunto com o crescimento do número de discentes matriculados em instituições públicas de Ensino Superior, registrou-se também uma diversificação do perfil geral dos estudantes, refletindo questões estruturais da sociedade brasileira, especialmente no que se refere a pessoas pobres e em vulnerabilidade socioeconômica, pretos e pardos, homossexuais, estudantes egressos de escolas públicas, trabalhadores, alunos que são pais ou mães e pessoas com deficiência (PROEST, 2020). O público estudantil, em sua maioria (70,2%), tem uma renda familiar *per capita* de até um salário-mínimo (SM) e meio, mais da metade (53,5%) dos discentes pertence a famílias com renda mensal *per capita* de até um SM e cerca de 319.342 estudantes estão na faixa de renda *per capita* de até meio SM (FONAPRACE, 2019).

Essa realidade demonstra que muitos estudantes têm adentrado ao Ensino Superior com inúmeras limitações formativas e sociais, as quais se apresentam como obstáculos para o avanço no processo educativo. Nesse sentido, verifica-se a importância da mediação docente para integrar o estudante à vida acadêmica, bem como seu olhar atento para as condições sociais, cognitivas e emocionais dos estudantes, tanto no que se refere às suas potencialidades quanto às necessidades de desenvolvimento e compensação dentro do processo de ensino.

O perfil do estudante universitário vem se modificando em função, dentre outros fatores, da qualidade das formações advindas da Educação Básica, das políticas

públicas e da transformação social decorrente do avanço tecnológico. Essas mudanças têm sido acompanhadas de dificuldades que antes não afetavam tão diretamente a academia.

Esse fenômeno envolve questões estruturais relacionadas à produção das desigualdades escolares, abarcando, entre outros aspectos, a dinâmica da vida cotidiana e a formação universitária, bem como as estratégias e o custo pessoal para aqueles que buscam permanecer no sistema de ensino, a despeito das dificuldades enfrentadas no processo de escolarização. Além disso, muitos alunos necessitam conciliar atividades de estudo e de trabalho, como forma de sobrevivência, o que representa, em diversos casos, restrições com relação às possibilidades acadêmicas, como a participação em eventos, a realização de trabalhos coletivos, o tempo disponível para o estudo e outras ações importantes para a vida acadêmica (ZAGO, 2006).

De acordo com a Pró-Reitoria Estudantil da Universidade Federal do Alagoas (PROEST), em um estudo sobre o perfil socioeconômico e cultural dos(as) estudantes dessa instituição,

A pobreza é um fenômeno multidimensional, que envolve diversos aspectos da trajetória socioeconômica e cultural dos indivíduos ao longo das suas vidas. Abarca diversas dimensões, como a escolaridade e/ou instrução do núcleo familiar (pai e mãe); a ocupação / profissão do núcleo familiar (pai e mãe); a raça; o gênero; as oportunidades socioeconômicas que o bairro, a cidade, a região e o país oferecem (políticas públicas de saúde, educação, moradia, proteção social, transporte, cultura, comunicação, segurança, etc.); assim como os fatores econômicos conjunturais e estruturais (taxa de juros, crescimento da renda, expansão do crédito, investimento público em capacitação profissional. Políticas de transferência de renda, valorização do salário mínimo, entre outros). Esse conjunto de fatores e dimensões decidem, em grande medida, as taxas de desigualdade socioeconômica e as chances de mobilidade social ascendente das pessoas e das famílias nas sociedades contemporâneas. (PROEST, 2020, p. 48-49).

Levando-se em conta tais aspectos, evidencia-se a importância dos determinantes sociais em questões ligadas à educação e à saúde, uma vez que esses se encontram diretamente relacionados às condições de vida e ao contexto socioeconômico das pessoas. Assim, as oportunidades de acesso à educação formal, às condições dignas de vida e ao mercado de trabalho dependem, em grande medida, da construção e da implantação de políticas públicas que atendam à realidade da

população brasileira, observando as particularidades de cada região e dos diferentes grupos sociais.

Silva Filho (2020) explica que, entre 2003 e 2018, o Brasil vivenciou, no Ensino Superior, uma experiência de democratização em seu acesso, abandonando a ideia de que as universidades continuavam a ser espaços exclusivos para a elite econômica. Entretanto, o autor alerta que não basta que essa democratização tenha sido iniciada, é preciso manter o aluno na universidade e fornecer-lhe a possibilidade de permanecer nela em condições adequadas de estudo. Para tanto, é preciso considerar a realidade socioeconômica de cada um dos estudantes (SILVA FILHO, 2002).

Opondo-se a essa necessidade, porém, desde 2017, os recursos do PNAES – cujo escopo é ampliar as condições de permanência dos estudantes na educação superior pública federal, por meio da democratização das condições de permanência; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais; e reduzir as taxas de retenção e evasão e da contribuição para a promoção da inclusão social pela educação – vêm sofrendo cortes progressivos, até mesmo no ano de 2020, quando as IESs e os estudantes precisavam demasiadamente desses proventos, visto que a situação financeira foi agravada com a pandemia da covid-19, que requereu o uso e o acesso às TICs e à conexão de internet. Esse quadro progressivo de redução orçamentária revela a falta de compromisso do Estado com a permanência dos mais pobres nas universidades (SILVA FILHO, 2020).

Os sujeitos que buscam o Ensino Superior fazem isso movidos por seus interesses, sentidos, objetivos e perspectivas de futuro. Para muitos, escolher estar na universidade, em detrimento de tantas outras possibilidades, envolve, antes de tudo, os projetos que têm para si e, muitas vezes, também para as pessoas ao seu redor. Por exemplo, quando um estudante opta por iniciar uma graduação, sendo ele o primeiro entre os membros de sua família a ter essa oportunidade, tende a vislumbrar, a partir dessa prática, uma realidade de vida melhor do que aquela que conhece em seu grupo familiar. Isso demonstra o quão significativa pode ser a universidade como um instrumento de promoção de mudança social.

Essa instituição, portanto, têm um papel na sociedade que vai além da transmissão de conhecimentos, ela "[...] se constitui enquanto uma realidade objetiva a operar sobre as subjetividades. [...] O conhecimento não é um fim em si mesmo e o

homem não pode ser reduzido a uma mera adaptação ao contexto de aprendizagem." (DIAS; PEREIRA, 2020, p. 82).

Outro aspecto relacionado ao papel da universidade está acompanhar as mudanças sociais. A sociedade, de forma geral, está se digitalizando, assim como as suas formas de se comunicar, estabelecer relações sociais, adquirir e produzir informações. Tais transformações demandam dos sujeitos sociais, especialmente em ambientes acadêmicos e profissionais, o desenvolvimento de habilidades e a rápida adaptação quanto à operacionalização de equipamentos e de ferramentas tecnológicas.

Nesse sentido, a universidade pública, ciente do perfil socioeconômico vulnerável da maioria de seus estudantes, pode e deve aprimorar conhecimentos e contribuir para a inovação, mas não no sentido de mercado, no qual se visa, acima de tudo, ao controle do acesso à informação e ao lucro por meio da venda de licenças para plataformas virtuais, aplicativos e outros instrumentos tecnológicos. A sua missão é, ao contrário disso, contribuir para democratizar o alcance a esses meios, de modo a incluir o público acadêmico nessa realidade e não os colocar, ainda mais, à margem do desenvolvimento social. Nesse viés, Kenski (2007) assevera que

A cruel imposição dessa nova realidade coloca-se pelo temor da info-exclusão, ou seja, a exclusão da engrenagem informacional que exclui a pessoa do espaço econômico e social compromete sua inserção profissional, a sua sobrevivência e o próprio convívio na sociedade. (KENSKI, 2003, p. 94-95).

Por isso, salientamos que a cultura atual inclui o desenvolvimento tecnológico, e o Ensino Superior público precisa estar inserido nesse processo, a fim de promover a utilização das tecnologias de forma consciente, visando à união entre as pessoas e não à sua segregação. Ademais, "[...] deve-se considerar o papel disruptivo que a universidade exerce na sociedade, sempre em busca de inovação e de um retorno social efetivo e transformador." (ANDIFES, 2021, p. 80).

As tecnologias digitais e o ensino híbrido, de acordo com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES, 2021), precisam ser integrados às práticas pedagógicas de modo gradual, por tratar-se de um movimento que compreende diferentes etapas junto à comunidade acadêmica, tais como: conhecer, assimilar, apropriar, aplicar e avaliar o seu funcionamento e utilização.

2.2 A VIRTUALIZAÇÃO E A PRESENCIALIDADE NO ENSINO SUPERIOR

A educação mediada por tecnologias, na última década, vem causando grandes transformações no Ensino Superior, gerando uma separação espacial e/ou temporal entre professores e alunos, bem como entre os próprios estudantes. Esses, muitas vezes, se veem submetidos às metodologias de ensino utilizadas pela instituição educacional, nas quais há um predomínio do ensino remoto em detrimento do presencial.

O surgimento da internet trouxe consigo uma nova perspectiva dos espaços, decorrente de conexões sistêmicas e de um projeto de presença virtual. Tal forma de comunicabilidade se tornou um modo de disseminar a informação de maneira rápida (SANTINELLO; COSTA; SANTOS, 2020), no entanto, o acesso à informação não significa a apropriação do conhecimento científico. Concordamos com Pimenta, Anastasiou e Cavallet (2003), quando afirmam que conhecimento não se reduz à informação, visto que envolve um processo de classificar, analisar e contextualizar tais informações. Desse modo, para o sujeito conhecer, ele precisa antes desenvolver a capacidade de refletir criticamente as informações a que tem acesso.

Nas palavras de Saviani (2022),

A organização curricular dos vários níveis e modalidades de ensino, deverá tomar como referência a forma de organização da sociedade atual, assegurando a sua compreensão a todos os educandos. Isso significa que se deve promover a abertura da caixa preta da chamada "sociedade do conhecimento". [...] Conhecimento é compreender as relações, é compreender o que está por baixo, fundamentando essas informações que surgem e, portanto, eu não tenho acesso com um clique aos conhecimentos, eu tenho às informações, porque, para que eu seja capaz, ao acessar as informações, de entender o que as fundamenta, e ser capaz de distinguir as informações relevantes das irrelevantes, as verdadeiras das falsas, eu preciso ter o domínio dos conhecimentos, e isso não é a internet que garante, não é o acesso a vídeos que garante, isso o que garante é a Educação, é esse trabalho da relação com o professor, procurando esclarecer os jovens, procurando que eles dominem o conhecimento disponível na época atual. (SAVIANI, 2022).

A esse propósito, o desenvolvimento do sujeito deve considerar aspectos objetivos e subjetivos e envolve, antes de tudo, a superação da prática utilitária rumo à práxis consciente, mas, para que isso ocorra, é necessário que desenvolva a capacidade de interpretar contradições sociais e a de se posicionar politicamente

diante da realidade, a partir da apropriação de sistemas teóricos. Em outras palavras, requer-se uma formação social da qual a Educação é parte indispensável (ABRANTES; BULHÕES, 2020).

Na contemporaneidade, muitos desafios se impõem à universidade, visto que os professores universitários se encontram em uma realidade na qual a maioria de seus estudantes é nascida na era digital e tem como característica fundamental a suposta "conexão" com o mundo por meio de dispositivos tecnológicos. Observa-se, com isso, que há uma tendência, nos sistemas educacionais "modernos", de se priorizar o entretenimento do estudante, em detrimento de estimulá-lo a refletir criticamente e de envolvê-lo em um estudo teórico mais aprofundado.

Ademais, com a crescente ascensão do uso das tecnologias na educação, as modificações afetam os processos de humanização e de sociabilidade de professores e estudantes. Nesse sentido, sabe-se que o docente é mais do que um mediador entre estudantes e os conhecimentos acumulados pela humanidade, ele é também o organizador das relações sociais vividas pelos alunos em sala de aula, nas quais o acesso ao conhecimento é somente uma parte delas. Roldão *et al.* (2020) argumentam que,

Nesses dias em que vivemos, pode ser difícil lembrar os estudantes e os professores de que a universidade não é um espaço meramente destinado a satisfazer os desejos do estudante. Ainda não é possível ensinar apenas de modo lúdico, dinâmico e rápido, transmitindo somente conceitos prontos e ensinando habilidades práticas desvinculadas de um maior aprofundamento das teorias que lhes servem de base. (ROLDÃO *et al.*, 2020, p. 49).

Em suma, ao longo dos anos, com o avanço tecnológico, a forma como as pessoas se relacionam umas com as outras e com o mundo à sua volta tem passado por intensas transformações, as quais impactam o modo que elas percebem o seu agir e, conseqüentemente, a imagem que criam de si e do outro. Nesse sentido, contatos que, antes, eram presenciais, atualmente ocorrem a distância. Essas mudanças afetam os processos sociais e a ideia de espaço-tempo, a qual até então era considerada a base para construção de qualquer vínculo humano, impondo modificações cujas conseqüências ainda são, em grande parte, desconhecidas.

2.2.1 A pandemia da covid-19 e seus impactos

A OMS declarou, em janeiro de 2020, uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, devido ao surto do novo Coronavírus identificado na cidade de Wuhan, na província de Hubei, na China. Nessa ocasião, a referida organização alertou sobre o elevado risco de propagação da enfermidade pelos diversos países do mundo (WHO, 2020), por isso, em março de 2020, caracterizou a covid-19 como uma pandemia (OPAS, 2020).

Considerando o rápido avanço do vírus, a não existência de um plano de vacinação para a sua prevenção e o fato dessa doença ser relativamente desconhecida, órgãos e profissionais da saúde recomendaram fortemente que as pessoas mantivessem o distanciamento social, a fim de prevenir o contágio. Tais medidas levaram o Estado e a sociedade como um todo a pensar formas alternativas para a manutenção e o desenvolvimento de práticas referentes ao trabalho, ao ensino e ao lazer.

Para regulamentar as atividades educacionais da Educação Superior, o MEC publicou, inicialmente, a Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, que dispôs sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durasse a situação de pandemia da covid-19 (BRASIL, 2020a). Em 19 de março e 12 de maio de 2020, foram publicadas as Portarias nº 473 e nº 345, respectivamente, as quais foram revogadas pela Portaria nº 544, de 17 de junho de 2020. Nessa última publicação, foram dadas novas orientações para as instituições de educação superior integrantes do sistema federal de ensino, autorizando, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais por atividades letivas que utilizassem recursos educacionais digitais, tecnologias de informação e comunicação ou outros meios convencionais até 31 de dezembro de 2020 (BRASIL, 2020b).

Esses documentos serviram como referência para a elaboração do Parecer nº 5, de 28 de abril de 2020, realizado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), a respeito da reorganização dos calendários escolares e da realização de atividades pedagógicas não presenciais durante o período de pandemia da covid-19. Enfatizou-se, nesse documento, a importância de se atentar para as desigualdades estruturais da sociedade brasileira, em especial na educação. Dentre tais disparidades, o parecer destacou as condições de acesso ao mundo digital por parte dos estudantes e de suas

famílias, ressaltando o fato de que tais aspectos exigiriam um olhar cuidadoso na elaboração de propostas que primassem pela garantia dos direitos e dos objetivos de aprendizagem, minimizando-se as consequências da pandemia na educação (ABRAFI, 2020).

Castro e Queiroz (2020) ponderam que a conceituação atribuída ao termo “atividades não presenciais” no Parecer CNE nº 5/2020 refere-se a atividades a serem realizadas pela instituição de ensino quando essa esteja impossibilitada de receber a presença física dos alunos no ambiente escolar. Nesse viés, o CNE compreende as atividades não presenciais apenas como uma alternativa pedagógica que visa a minimizar os possíveis retrocessos no processo de aprendizagem e a perda dos vínculos com as instituições educacionais nesse período excepcional, visto que a paralisação total do ensino poderia desencadear, entre outros fatores, o crescimento da evasão educacional.

Nesse cenário, as universidades públicas brasileiras se viram em um dilema ético e moral, relacionado às possíveis repercussões e reflexões de suas decisões sobre a comunidade acadêmica e externa. Essas instituições enfrentaram os primeiros embates de ordem técnica e política decorrentes da pandemia para o contexto acadêmico (COSTA; MAQUÊA; MANCHOPE, 2020).

A partir de março de 2020, houve um rápido movimento das universidades para suspender as suas atividades. Contudo, ainda que tal ação fosse inevitável, inúmeras discussões éticas se tornaram pauta dos conselhos superiores, sendo produzidas, entre acordos e discordâncias, reflexões e posicionamentos sobre as possibilidades oferecidas pela tecnologia digital (COSTA; MAQUÊA; MANCHOPE, 2020). Segundo a Andifes (2021), em meados de maio, existiam nas universidades federais do Brasil cerca de 1.123.691 estudantes sem aulas. Assim, a medida de suspensão das atividades presenciais e a utilização de tecnologias digitais na educação objetivavam, naquele momento, reduzir os danos pedagógicos e os riscos à saúde da comunidade universitária, bem como garantir a continuidade dos processos de ensino-aprendizagem com segurança, resultando em três campos de ação:

[...] a) admissão do ensino remoto com a utilização das tecnologias de comunicação e informação; b) mobilização das comunidades educativas, no caso do Brasil, no sentido de construir projetos de ensino e extensão de enfrentamento à Covid-19; c) atenção à saúde dos estudantes, por meio de apoio psicossocial. (ANDIFES, 2021, p. 83).

As instituições educativas, dessa forma, se viram obrigadas a refletir sobre as possibilidades existentes para continuar suas atividades de ensino-aprendizagem de forma não presencial. Apoiados em tecnologias digitais e em seus múltiplos recursos, os contatos passaram a ser virtuais, por meio de aplicativos, e-mail, redes sociais, web conferências, ligações telefônicas e outros recursos. Os profissionais da educação passaram a trabalhar em *homeoffice*. Aqueles que atuavam em áreas que demandavam o contato direto com o estudante, como Psicologia, Pedagogia e Serviço Social, precisaram se reinventar, buscando formas de, sobretudo, continuar exercendo seu trabalho. A sala de aula física foi substituída pela sala de aula virtual, e os docentes se viram impelidos a "[...] se adaptar à uma nova rotina pautada no uso de plataformas tecnológicas digitais em rede para preparar e lecionar suas aulas, reunir os discentes virtualmente e dar continuidade ao conteúdo curricular." (SILVA *et al.*, 2021, p. 179).

O maior desafio das universidades, como aponta a Andifes (2021) foi a repentina migração do modelo presencial de ensino para o modelo remoto. Mesmo as instituições que já tinham uma caminhada em Ensino a Distância (EaD), apresentaram dificuldades significativas para dar continuidade às aulas em ambiente virtual, haja vista que a concepção de EaD¹¹ se diferencia do modelo de ensino emergencial remoto em questão. Tal realidade exigiu, portanto, formação docente e aquisição de equipamentos de apoio para os estudantes, com o intuito de oportunizar o acesso aos conteúdos. Entretanto, as ações não foram suficientes para solucionar o problema.

Os educadores se sentiram pressionados a trabalhar de forma precária e sem o devido planejamento, tendo que lidar com diferentes tipos de exigências no que se refere à emergência do início das aulas não presenciais, advindas tanto das instituições que compunham quanto da sociedade como um todo, sem poder contar com a devida formação técnica e metodológica. Ademais, como ocorria com outras pessoas, esses profissionais também vivenciavam mudanças em suas vidas pessoais e familiares, ocasionadas pela covid-19, o que, somado às situações laborais, gerou, para muitos estresse e sofrimento psíquico.

¹¹ "Considera-se como EAD as formas de educação formal pautadas em um pensamento curricular, com intencionalidade pedagógica e práticas educacionais que usam tecnologias para criar ambiências formativas para pessoas que estão geograficamente dispersas." (SILVA, 2021, p. 180).

Em uma pesquisa realizada pela Andifes (2021), aponta-se que as principais dificuldades enfrentadas pelas universidades com a implantação do ensino remoto emergencial estão relacionadas à formação docente e ao desenvolvimento de ações para incluir estudantes que não dispunham de equipamentos eletrônicos e/ou acesso à internet. Dentre as tecnologias disponíveis para o ensino remoto, duas plataformas foram citadas como as mais utilizadas: *Google Meet* e *Moodle*. Contudo, algumas instituições relataram dificuldade financeira para aquisição de *datacenters*, licenças de ferramentas digitais, sem contar a carência de técnicos para dar suporte pedagógico e tecnológico à educação digital. "Essa experiência educativa demandou um esforço de adaptação muito significativo por parte de toda a comunidade acadêmica e está sendo atravessada por muitos enfrentamentos e desafios, tanto no que se refere à estrutura humana e física." (ANDIFES, 2021, p. 11).

À medida que a pandemia se estendia, o ensino remoto deixou de ser emergencial para ser planejado. Surgiram, então, outros fatores preocupantes a serem analisados, para além da necessidade de não estagnar o processo de aprendizagem dos estudantes (OLIVEIRA *et al.*, 2021). Dentre eles, observou-se a organização socioeconômica desigual, a qual faz com que a crise impacte a vida das pessoas em níveis e formas diferentes, a depender, entre outros fatores, da sua classe social, raça, gênero e localidade de residência. Pontua-se ainda a percepção das especificidades e particularidades de cada ser humano, que, ao nosso ver, é essencial, mas se torna bastante complexa de ser realizada em contextos educativos nos quais o professor e/ou os demais profissionais da educação têm sua aproximação limitada por aparatos materiais (tecnológicos), que acabam, muitas vezes, dificultando a escuta e a observação de sinais não verbais de manifestação da necessidade humana.

Para Rezera, Belchior e Anjos (2022), temas referentes à ideia de um ensino conteudista em detrimento da realidade experienciada pelos estudantes foram frequentemente debatidos no campo educacional. Todavia, discursos corporativistas de cunho privado, com pretensas soluções para o cenário educativo, mas principalmente interesses na ascensão da educação digital, eram compartilhados em meio ao caos pandêmico, propagando-se a ampliação do controle de empresas de tecnologia educacional, do mercado de conteúdo e da difusão de modelos educacionais a partir do uso das tecnologias da informação e comunicação.

É oportuno evidenciar que as universidades públicas brasileiras, mesmo antes da pandemia, estavam na mira de sucessivos ataques e questionamentos quanto aos valores a serem investidos em tais instituições. Alguns governos compreendiam que os investimentos, na verdade, eram gastos públicos, assim como questionavam a aplicabilidade de sua produção no que se refere ao desenvolvimento do país. Com o cenário pandêmico e a suspensão das atividades presenciais nas universidades, muitas delas vivenciaram, sob o ponto de vista de Costa, Maquêa e Manchope (2020), "[...] uma preocupante sensação de paralisia [...]" (COSTA; MAQUÊA; MANCHOPE, 2020, p. 96).

Muitos passaram a dizer que a pandemia gerou um “novo normal” para a educação, mas, na realidade, denunciou e evidenciou o baixo investimento destinado à educação brasileira, inclusive no tocante aos mecanismos de interação mediados por tecnologias, haja vista a complexidade envolvida em tal interação, tanto no que tange a questões pedagógicas quanto à disponibilidade de recursos para o seu uso (ANDIFES, 2021).

Considerando a necessidade e a importância da dialogicidade, da interdisciplinaridade, da formação discente e da transformação social, a universidade se reinventou. No campo da extensão, por exemplo, buscou manter ativas suas ações, porém, do mesmo modo que no ensino e na pesquisa, observou-se uma grande dificuldade para realizá-la por meio da mediação tecnológica, sobretudo, com a população mais vulnerável (ANDIFES, 2021).

Nesse ínterim, a partir da realização de eventos, do desenvolvimento de projetos e programas, de cursos, de oficinas e da prestação de serviços, as universidades se esforçaram para superar as adversidades decorrentes da pandemia e da manutenção da vida, partindo do pressuposto de que a aplicação de conhecimentos perpassa o seu compartilhamento e construção coletiva. As ações extensionistas desenvolvidas nas Universidades Públicas Federais beneficiaram mais de 24 milhões de pessoas no Brasil, porém, também demonstraram como a comunidade acadêmica e a externa têm dificuldade para ter acesso e utilizar ferramentas tecnológicas, o que demanda a elaboração de estratégias para contornar essa realidade, uma vez que a extensão tem forte natureza na presencialidade e na troca cotidiana (ANDIFES, 2021).

Em última análise, o ensino remoto apresentou-se como uma alternativa ao período de distanciamento social imposto pela pandemia, a fim de possibilitar a

continuidade das aulas e a não estagnação desses estudantes. No entanto, neste momento de pós-pandemia, serão essenciais a reflexão e o desenvolvimento de estudos, análises e avaliações sobre as estratégias adotadas e sua aplicabilidade na realidade da educação superior pública brasileira.

2.2.2 Ensino remoto e ensino híbrido

O ensino remoto é um formato de educação que utiliza em suas práticas plataformas digitais. Essa modalidade de ensino se distingue da EaD, pois, nessa última, o processo de ensino e aprendizagem, além de ser mediado por TICs, deve contar com políticas de acesso, de acompanhamento e de avaliação compatíveis ao objetivo de se desenvolver atividades educativas em lugares e tempos diferentes (BRASIL, 2017).

Nesse sentido, o termo ensino remoto se diferencia da EaD e da educação *online* devido à organização do processo de ensino-aprendizagem. Como um modelo de adaptação situacional, o ensino remoto carece de um planejamento estruturante de currículo e de materiais e métodos pedagógicos. Trata-se, dessa forma, de uma "[...] transposição de um planejamento baseado em atividades presenciais para atividades remotas." (SILVA *et al.*, 2021, p. 181). Além disso, há uma adaptação das metodologias utilizadas no regime presencial, envolvendo atividades síncronas e assíncronas.

Dentre as práticas exercidas por professores e estudantes no ensino remoto, ressalta-se o encontro virtual por plataformas digitais e interfaces de web conferência, como *Google Meet*, *Moodle*, *Microsoft Teams*, *Zoom* e outras. Nessa situação, é possível compartilhar a tela do computador, arquivos e aplicativos, além de contar com recursos como quadro branco e organização de grupos, os quais podem auxiliar na condução de aulas e atividades colaborativas (DOTTA, 2014).

A sincronicidade exige estratégias por parte do professor, a fim de possibilitar a construção de ambientes coesos de aprendizagem. A ele cabe o gerenciamento da comunicação, que pode ser efetuada pelo uso de salas de bate-papo e pela apresentação de slides ou vídeos (ARAÚJO *et al.*, 2020). A comunicação se dá, em sua maioria, de modo bidirecional e o professor protagoniza a videoaula ou a realiza em um formato expositivo. A presença do professor e do estudante no espaço da sala

de aula deixa de ser física e passa a ser digital, em uma sala de aula virtual (MOREIRA; SCHLEMMER, 2020).

As instruções *on-line* assíncronas não acontecem em tempo real, permitindo aos participantes escolherem quando realizar. O docente, nesse caso, disponibiliza e armazena materiais de leitura, explica com se devem ser realizadas as tarefas individuais, com instruções e notas adicionadas para maior clareza. O ensino *on-line* síncrono, por sua vez, envolve aulas em tempo real, ministradas por meio de *softwares* de videoconferência, em que os alunos têm a opção de interagir, fazer perguntas e discutir as atividades (MOORHOUSE, 2020).

Silva *et al.* (2021) definem a educação *on-line* como sendo qualquer situação de aprendizagem de cunho formativo mediada por tecnologias digitais em rede, sem necessariamente, se estar à distância. Logo, mesmo em cursos presenciais, o ensino pode valer-se das TICs, a exemplo dos ambientes virtuais de aprendizagem (AVA).

A partir dos AVAs e com uma proposta de abordagem diferente da EaD, o ensino *on-line* aproveita os recursos oferecidos pela internet e pelas TICs para disseminar e conectar diferentes pessoas e conteúdos. A internet possibilita conexões que, até então, não eram possíveis em função da disposição geográfica dos interactantes, algo que se modificou com a possibilidade do encontro virtual, criando "[...] novos arranjos influenciando novas e diferentes sociabilidades." (SANTOS, 2019, p. 67).

Outro termo que emergiu nesse contexto foi o de ensino híbrido, o qual associa momentos de aprendizagem em ambientes virtuais e em físicos. Nesse modelo de educação, os alunos costumam estudar por meio de um AVA e depois, em sala de aula, tiram dúvidas e realizam as atividades propostas pelo professor, de acordo com o conteúdo anteriormente estudado (SPINARDI; BOTH, 2018).

O ensino híbrido, também conhecido como *blended learning*, é um conceito de educação que se caracteriza por uma estratégia dinâmica que inclui recursos tecnológicos e distintas abordagens pedagógicas. Abarca, desse modo, reflexões e práticas relacionadas a um sistema misto de ensino que engloba espaços da vida cotidiana e acadêmica dos estudantes (RODRIGUES, 2010).

De acordo com a Andifes (2021), a execução desse modelo de ensino nas universidades deve ter como premissa a construção de uma trajetória de ações que resultem em um planejamento satisfatório para sua oferta, incorporado de debates e planejamento dos cursos, com vistas às potencialidades para a formação dos

estudantes e à sua contribuição para o alcance do perfil buscado para os egressos. Com relação a isso, a Andifes alista os requisitos que considera essenciais:

Conhecer e detalhar o contexto amplo de onde as IES estão inseridas de forma a compreender a real necessidade de formação da comunidade; Analisar as implicações futuras e globais das decisões tomadas no contexto das ações locais; Explorar todas as alternativas de ações possíveis para a IES; Incentivar e promover ações que levem ao pensamento criativo e inovador; Ter visão estratégica; Identificar a necessidade da aquisição de equipamentos de proteção individual; Elencar a infraestrutura física e virtual e, estabelecer os objetivos e perspectivas metodológicas para concretizar o planejamento. (ANDIFES, 2021, p. 88).

Após a prevalência do ensino remoto na pandemia da covid-19, muitas pesquisas indicam uma tendência ao aumento da utilização TICs no Ensino Superior e da modalidade de ensino híbrida. Entretanto, é necessário observar a qualidade de tais processos, tanto no que tange às condições estruturais e organizacionais das universidades quanto às condições socioeconômicas dos estudantes para sua execução. Além disso, é importante se pensar nos impactos da intensificação e do uso das TICs ao desenvolvimento humano, à aprendizagem, à sociabilização e à saúde de professores e estudantes, os quais ainda são pouco conhecidos, considerando a modificação, diminuição e, em alguns casos, até mesmo a substituição do contato presencial nas relações interpessoais.

2.2.3 Relações de ensino: sociabilidade e humanização

Neste subitem, optamos pelo termo *relações de ensino*, ao invés de *relações de ensino-aprendizagem*. A escolha foi baseada na compreensão que temos do desenvolvimento humano, a partir de uma análise histórico-cultural que envolve questões epistemológicas e políticas.

A ideia de relações de ensino-aprendizagem envolve uma dualidade, considerando os movimentos de ensinar e de aprender, porém, muitas vezes, essa associação se torna complexa, pois ambos se entrelaçam e ressaltam a fragilidade daquele que aprende. Concordamos com o posicionamento de Smolka (2022), ao afirmar que atualização do conceito de *relações de ensino* e não em *relações de ensino-aprendizagem* se dá na tentativa de um olhar dialético para o processo, em

que o gesto de ensinar contempla o de aprender, isto é, concebe-se em um movimento relacional e dinâmico.

Para Vigotski (2003), o processo educativo pode ser entendido como trilateral, composto pelo professor, pelo aluno e pelo meio, em uma síntese dialética. Teixeira (2022) explica que “Vigotski defende uma educação em que todos os participantes sejam ativos para decidir, regular uns aos outros e agir livremente dentro de limites combinados coletivamente [...]” (TEIXEIRA, 2022, p. 12), ou seja, na totalidade dessa dinâmica, tanto os esforços quanto as responsabilidades devem ser compartilhados.

Com a presença das TICs cada vez mais intensa nos meios educativos, discussões se estabelecem no que se refere às possibilidades de uso e de apropriações desses recursos nos contextos de educação superior, o que requer que se considerem as relações interpessoais. Nesse sentido, Santinello, Costa e Santos (2020) propõem que, na sociedade atual, há uma cultura digital na qual a vida parece ser composta por acessos rápidos e conexões virtuais. Para as autoras, emerge dessa dinâmica um sujeito social que vê o meio virtual como a sua realidade e, por meio dele, interage com os outros, desenvolve sentimentos, vivencia experiências e se “movimenta” pelo mundo.

No entendimento de Saviani (2022), pela própria natureza da educação, ela só pode se dar de modo presencial, pois, como uma atividade de ordem não material, o produto não pode ser separado do ato de produção. O autor argumenta que a educação se constitui, em sua essência, como uma educação interpessoal e, por isso, demanda a presença simultânea dos dois agentes educativos, o professor e aluno, destacando que a educação tem em seu fundamento a socialização, a qual não pode ser realizada distante dos ambientes educativos, com o ensino remoto ou a distância.

Diante disso, Saviani (2022) lembra que a distinção entre a utilização dos recursos que se usa nos processos de ensino e o ensino propriamente dito é necessária, posto que os recursos disponíveis se ampliaram significativamente com as tecnologias. Assim, em seu dia a dia laboral, o professor pode lançar mão de diversas ferramentas como meios para desenvolver o ensino, por exemplo: livros, revistas, jornais, filmes, televisão, vídeos disponibilizados na internet e outros. Todavia, o emprego desses elementos não pode ser tomado e/ou confundido com o ensino propriamente dito, haja vista que esse apenas se efetiva na relação direta com os alunos e, acrescentamos, desses com seus colegas.

Entendemos que existem diferenças significativas entre os recursos tomados pelo professor para realizar a sua aula e a aula em si, principalmente porque o docente, durante a realização de sua aula, precisa considerar as condições apresentadas pelos seus alunos, as dificuldades e as potencialidades, a fim de buscar elementos para que ele as supere, ao passo que essas sejam aproveitadas da melhor forma no desenvolvimento de sua aprendizagem, não sendo possível pensar em relações de ensino sem a concretização de tal premissa na prática pedagógica.

Na afirmação de Vigotski (2017), as FPS surgem no processo de colaboração e comunicação social. O autor atribui fundamental importância aos instrumentos e aos símbolos utilizados na mediação do desenvolvimento, tanto de crianças como de pessoas adultas, e explica que o uso prático dessas ferramentas e formas simbólicas de atividade se encontram relacionadas à linguagem, constituindo uma unidade psicológica complexa. A formação dessa unidade é o produto de um processo de desenvolvimento em que a história individual do sujeito está intimamente ligada à sua história social.

Nessa perspectiva, a sala de aula, ao ser legitimada como um lugar que permite diferentes formas de manifestação humana, demonstra que é apenas por meio de um processo contínuo de interação que o professor pode acessar os significados e os sentidos relacionados aos conteúdos e à apropriação desses pelos alunos. Não obstante a isso, a comunicação adquire uma função primordial nas relações de ensino, visto que a qualidade dos processos educativos depende diretamente das possibilidades e das capacidades de interação entre os sujeitos. Ademais, o desenvolvimento do conhecimento científico deve se pautar, antes de tudo, nas particularidades relacionadas aos contextos sociais de cada estudante, as quais influenciam e indicam uma maior ou menor habilidade de comunicação. Dias e Pereira (2020) concluem que "[...] a universidade é um espaço que tem existência supraindividual no qual se perpetuam diferentes produções simbólicas compartilhadas, sobre as quais as relações entre os sujeitos se organizam e orientam nos espaços de aprendizagem." (DIAS; PEREIRA, 2020, p. 94).

Características culturais e estruturas sociais existentes no meio compõem e orientam o comportamento dos sujeitos que dele fazem parte, em uma relação dialética e contínua entre as partes e o todo. De acordo com Dassoler e Caliman (2017), esse movimento constitui um processo de socialização, isto é, a vivência concreta das pessoas em sociedade. Por outro lado, há o fenômeno da sociabilidade,

que diz respeito à capacidade de ser sociável na convivência com outras pessoas, assimilando hábitos, costumes e normas do grupo em que se encontra inserido. Tal aprendizagem não tem um ponto final, pois se prolonga durante toda a vida da pessoa, ao passo que se modifica a partir dos diferentes olhares com relação ao mundo.

A esse respeito, Marx (2010) esclarece que:

[...] sou ativo *socialmente* porque [o sou] enquanto *homem*. Não apenas o material da minha atividade – como a *própria* língua na qual o pensador é ativo – me é dado como produto social, a minha própria existência é atividade social; por isso, o que faço a partir de mim, faço a partir de mim para a sociedade, e com a consciência de mim como um ser social. Minha consciência *universal* é apenas a figura *teórica* daquilo de que a coletividade *real*, o ser social, é a figura *viva*, ao passo que hoje em dia a consciência *universal* é uma abstração da vida efetiva e como tal se defronta hostilmente a ela. Por isso, também a *atividade* da minha consciência universal – enquanto uma tal [atividade] – é minha existência *teórica* enquanto ser social. Acima de tudo é preciso evitar fixar mais uma vez a “sociedade” como abstração frente ao indivíduo. O indivíduo é o *ser social*. (MARX, 2010, p. 107, grifos do autor).

A formação da consciência constitui-se, portanto, o próprio processo de sociabilidade, pela humanização dos sujeitos imersos no mundo social. Além disso, é pela educação, em sua qualidade de função social, que a subjetividade se converte em objetividade, pela apropriação que o sujeito faz dos signos e símbolos culturais, desenvolvidos pelas gerações antecedentes. Assim, novos comportamentos, habilidades e conhecimentos são decorrentes das objetivações da práxis social educativa (HAMADA, 2017).

Ao tratarmos sobre a virtualidade na educação, a partir do uso das tecnologias digitais, observamos que tais formas de estabelecimento de contatos sociais fazem surgir, sobretudo, vínculos humanos frágeis, interferindo na convivência dos ambientes educativos, tanto no que se refere à relação do professor com seu aluno quanto à troca entre os pares.

Soma-se a isso o fato de que a socialização e a sociabilidade permeiam a modalidade de ensino presencial nas universidades, ao passo que os encontros do dia a dia possibilitam trocas e práticas educativas programadas e espontâneas, permitindo, entre outras coisas, o despontar da criatividade, da dinamização e o fortalecimento das relações humanas. De tal maneira, esses locais são considerados espaços educativos únicos para o compartilhamento e difusão de diferentes culturas

e realidades sociais, que se mesclam e se complementam, em um processo de promoção do desenvolvimento e da emancipação humana.

Em vista disso, percebe-se que a aprendizagem, como processo imperiosamente mediado, depende da qualidade do universo simbólico propiciado ao sujeito que aprende e dos modos pelos quais sua transmissão se efetiva (MARTINS, 2017). Nessa perspectiva, faz-se essencial atentar-se aos meios e aos recursos sociais envolvidos nesse processo, pois, no caso da sociedade atual, se agrava uma crise de ordem mundial, decorrente do avanço tecnológico, o qual facilita, em muitos aspectos, o desenvolvimento da humanidade, mas, por outro lado, também concede um amplo poder àqueles que detêm o controle de tais técnicas. "E esse poder pode envolver o uso destrutivo das mesmas técnicas a favor de uns e em detrimento de outros [...]" (GONZÁLEZ REY, 2016, p. 145).

Trata-se de um movimento de constituição mútua e contínua, entre sujeito e sociedade, em que a sociedade é produto das criações e intervenções humanas, ao passo que o ser humano se forma em sua singularidade e subjetividade a partir da realidade concreta que vivencia como ser social. Nesse cenário, a universidade, na condição de instituição educativa, por meio da transmissão de conhecimentos e da sociabilidade, atua no desenvolvimento e na transformação da consciência daqueles que por ela passam. Facci (2012) salienta, entretanto, que as instituições de educação pouco têm contribuído para o processo de humanização. Tal fato se dá em função dos interesses contrários, impostos pela organização social vigente, em prol da alienação e da limitação do acesso e apropriação do conhecimento de forma igualitária para todas as pessoas.

O ensino atua e está diretamente relacionado à realidade social, política e econômica, à medida que os processos educativos e escolares estão cada vez mais envolvidos com a renovação das funções sociotécnicas e com a distribuição dos conhecimentos entre os membros da sociedade. Nesse viés, o ensino representa, já há algum tempo, o modo dominante de formação e de socialização nas sociedades modernas, visto que, desde os séculos XVI e XVII, simultaneamente a novas formas de poder do Estado, com a industrialização e a urbanização, aparece como uma prática social institucionalizada em ambiente escolar. Esse modo de socialização e de formação expande-se, progressivamente, extrapolando a escola e atingindo outros setores sociais, como as famílias, as corporações, as indústrias, os esportes e o lazer, âmbitos nos quais se visualizam modos de socialização e de formação que

reproduzem as formas e os conteúdos da escolarização (TARDIF; LESSARD, 2008). Isso demonstra a notável influência do ensino escolar na amplitude das relações sociais.

Nas relações de ensino, os sistemas teóricos precisam ser apropriados pelos estudantes e, mais ainda, devem dar embasamento ao seu modo de pensar e agir sobre a realidade, visando à sua compreensão e transformação. Para isso, são necessárias condições nas quais

[...] o jovem se vincule com o real de maneira sistemática e fundamentada no saber produzido sobre determinado fenômeno da realidade, que um sistema conceitual apropriado funcione e desenvolva-se no indivíduo subjetivamente como instrumento de análise e interpretação do mundo. Esse processo possibilitaria a orientação de ações práticas a partir da produção de imagem fidedigna da realidade, pressupondo a identificação de reais necessidades sociais, vislumbrando o bem comum incluindo a participação ativa na sistematização de problemas referentes a lacunas científicas, tecnológicas e artísticas. (ABRANTES; BULHÕES, 2017, p. 264).

Não obstante a isso, as relações de ensino ensejam no ser humano, não somente o desenvolvimento de aspectos cognitivos e intelectuais, mas também emocionais e afetivos, a partir das interações sociais do sujeito, bem como do seu contato com diferentes conteúdos acadêmicos e culturais.

Para Faria, Venâncio e Camargo (2020), "[...] trata-se do desenvolvimento do indivíduo como ser integral, em seus aspectos intelectivos e também emocionais [...]" (FARIA; VENÂNCIO; CAMARGO, 2020, p. 227). Esses fatores caracterizam uma unidade relacional contínua, envolvendo questões cognitivas e afetivas que conduzem a um processo de desenvolvimento no qual a emoção é tão importante quanto o pensamento, sem desconsiderar o meio onde o sujeito se encontra inserido. Assim, considerar o modo como as interações sociais e emocionais acontecem no contexto do Ensino Superior é fundamental, pois tanto o objeto de aprendizagem como o contexto, associado às relações nele estabelecidas, são elementos desencadeadores ou não da aprendizagem.

Pensamento, ação e emoção se complementam na composição do humano, não sendo possível separá-los quando se tem por objetivo um processo educativo de qualidade, que contemple o ser humano em sua integralidade e complexidade. Tal entendimento se dá no processo de interação social, no caso dos espaços educativos, dentro e fora das salas de aula, e envolve a forma como estudantes, docentes e

demais profissionais da educação compreendem, vivenciam e se emocionam na e com a realidade. Cabe ainda destacar que o respeito às diferenças e o olhar que é dirigido ao outro, independente de suas condições e características, também são profícuos nas relações de ensino.

Entendemos que, quando se trata de ambientes virtuais de aprendizagem, tais experiências e percepções sofrem interferências advindas de fatores como a má conexão da internet, problemas e falhas com as TICs e principalmente com a impossibilidades de diálogo, de interações sociais e do contato físico. Somados, essas questões limitam as percepções e os debates em sala de aula e tendem a aumentar o sentimento de solidão, tanto de professores como de estudantes. Além disso, relatos relacionados ao absenteísmo são feitos de modo frequente por pessoas em atividades remotas. O fato de o sujeito encontrar-se presente na aula *on-line* não significa que esteja presente de modo consciente no desenvolvimento do que lhe está sendo proposto pelo professor, visto que muitas vezes utiliza desse momento para realizar paralelamente outras atividades.

Nesse sentido, para que o aluno possa ser sujeito do processo educativo, ele precisa ter a possibilidade de expressar suas opiniões, dúvidas e questionamentos. Somente assim poderá reconhecer a legitimidade de seus pensamentos e de sua capacidade criadora. Tal movimento permite que venham à tona as contradições e as diferenças existentes em sala de aula, bem como possibilita o desenvolvimento dos sujeitos para além de questões cognitivas (GONZÁLEZ REY, 2016).

Outrossim, as instituições educativas devem valorizar as interações sociais, pois são essas que, sobretudo, atribuem valor e significado às ações do sujeito, refletem qual sua posição na ampla rede de relações que se estabelecem, além de demonstrar quais sentidos ele concede ao processo de ensinar-aprender. É, portanto, na formação dessas relações que se encontram os alicerces para o desenvolvimento de aspectos da constituição psíquica, tais como o controle intrapessoal e até mesmo a consciência. "Evidencia-se, assim, o valor social da interação falada em sala de aula, das relações entre subjetividades e do sistema de práticas educativas nos quais se deve orientar e organizar o fluxo de conversação [...]" (DIAS; PEREIRA, 2020, p. 85).

A mediação entre alunos e alunos e entre professor e alunos contribui para a diminuição das dificuldades de relacionamento e aprendizagem e, por conseguinte, do número de evasões, uma vez que, ao observar o sujeito nos processos e nas relações que se estabelecem em sala de aula e nos demais ambientes universitários

(bibliotecas, corredores e outros espaços sociais/relacionais), o professor tende a construir um olhar mais integrador desse aluno, identificando interferências advindas das diferentes instâncias sociais que o constituem (DIAS; PEREIRA, 2020).

Dessa maneira, não se pode perder de vista que a aprendizagem escolar é movida por necessidades e motivos, por isso, a transmissão do conteúdo, por si só, não é suficiente para que o estudante encontre um sentido pessoal que o motive a se engajar no processo educativo. Para tanto, faz-se necessário que o professor conheça seu estudante e proponha ações que permitam que o aluno estabeleça relação com os conceitos a serem ensinados, vinculando-os ao mundo concreto em que vive (SASAKI; SFORNI, 2021).

Saviani (2008) chama a atenção para o cuidado que se faz necessário quanto ao desenvolvimento de uma pedagogia tecnicista, em que o elemento principal do processo de educação escolar passa a girar em torno de uma organização racional dos meios para sua efetivação, e tanto o professor quanto o aluno passam a ocupar uma posição secundária. Nesse sentido, de acordo com Teixeira (2022), um dos indicadores encontrados por Vigotski sobre a relação da educação com o desenvolvimento da personalidade diz respeito justamente à escolha dos métodos para a instrução e para a formação das pessoas. Os mais significativos e importantes são aqueles que contemplam as particularidades de cada indivíduo e, por conseguinte, não é possível que o método seja o mesmo para todos; ele não pode ser uniforme, uma vez que visa ao aprendizado de seres humanos com realidades distintas entre si. Na perspectiva vigotskiana, somos seres sociais, porém, cada pessoa apresenta a sua subjetividade.

Em vista disso, o professor precisa ter autonomia para escolher e usar os meios que julgar mais apropriados para a realização do ensino, com a utilização de TICs ou não, desde que conduza o aluno ao processo de desenvolvimento. Portanto, seja no ensino presencial, híbrido ou a distância, não se pode prescindir do reconhecimento da importância do papel do professor como guia desse processo. Isso foi evidenciado por pesquisas realizadas no decorrer dos anos 2021 e 2022, as quais apontam inúmeras defasagens decorrentes de relações de ensino em que o professor é colocado em um papel secundário.

Ademais, para Kenski (2003), tal liberdade, necessária ao professor, deve ser acompanhada por um processo de estudo e de investigação crítica a respeito das informações disponíveis em diferentes mídias, de modo a estimular a reflexão

conjunta, os debates compostos por diferentes posicionamentos, o incentivo à troca e ao diálogo, a mediação e a construção individual e coletiva do conhecimento. Em suma, tais ações precisam estar presentes na sala de aula, partindo-se do pressuposto da intenção de concretização de uma aprendizagem criativa, significativa e de uma interação sólida e contínua entre estudantes e professores.

Para que todos os estudantes possam vivenciar práticas sociais significativas na universidade, é fundamental o papel do professor no sentido de organizar intencionalmente as relações sociais que ali ocorrem. Contudo, quando as ações pedagógicas afastam-se da função social da educação escolar formal – que é organizar, sistematizar e transmitir os conhecimentos que foram construídos ao longo da história, bem como promover o pensamento crítico, autônomo e reflexivo, atuando, em lugar disso, para a manutenção do *status quo* e dos interesses de mercado, concentrando-se e limitando-se à reprodução de conteúdos fragmentados e distantes das necessidades e interesses dos estudantes –, tem-se a realização de uma prática a favor da alienação e não da emancipação humana.

Concernente a isso, Martins (2004, p. 97) enfatiza que

[...] o empobrecimento da individualidade humana sob condições de alienação abarca tanto sua expressão no âmbito do trabalho social quanto no âmbito da vida pessoal, uma vez que a ordem de relações políticas e econômicas subordina a si o próprio desenvolvimento do psiquismo. (MARTINS, 2004, p. 97).

Com base nas palavras da autora, compreende-se que cabe à Educação auxiliar o sujeito a superar sua condição particular em direção à condição humano-genérica, para que esse possa ter consciência sobre as transformações e circunstâncias sociais e culturais, despontando para uma prática que ultrapasse a alienação. No entanto, isso apenas é possível se o indivíduo conseguir reconhecer as ligações existentes entre os motivos e fins de seus atos, bem como avaliar suas consequências, tanto em sentido pessoal quanto coletivo (MARTINS, 2004).

Assim sendo, ao passo que o cenário mundial se modifica gradualmente com o avanço tecnológico e a globalização, novas formas de saberes e fazeres se impõem em um novo "padrão" de conhecimento e de configuração de sujeito. Por esse viés, a Educação precisa atuar no sentido de responder às exigências e às transformações especialmente ligadas ao mundo do trabalho (URT, 2012).

Nessas circunstâncias, faz-se primordial a formação de cidadãos capazes de intervir socialmente, no caso do Brasil, considerando suas contradições e diversidades. No entanto, isso não significa que as instituições de educação devem se curvar às imposições de novas propostas e inovações educacionais, em detrimento de avaliar as reais contribuições delas para as relações de ensino. Nas palavras de Urt (2012),

[...] no plano educacional, as inovações não devem servir para dar um "novo" revestimento às velhas formas de fazer o cotidiano escolar. A nossa escola atual não responde às necessidades que a diversidade cultural exige, já que os currículos escolares não estão organizados de forma democrática e que contemplem valores, normas, conteúdos e contextos diferenciados como diferente é a sociedade em que vivemos. Somente um currículo integrado ou inclusivo, que considere a igualdade dos diferentes grupos, pode ser democrático. (URT, 2012, p. 23).

Para essa autora, encontramos-nos diante de uma pedagogia por "competências" em que o debate educacional se reduz a discussões voltadas a uma cultura de mercado pautada em resultados, além de propagar a flexibilidade, a fragmentação e a tomada de decisões que responsabiliza docentes e discentes por estratégias que poderão levá-los ao sucesso ou não. Ao indivíduo resta ser "competente" o suficiente para acompanhar as aceleradas mudanças. Nessa lógica, a sociedade contemporânea cria exigências ao mesmo tempo que atribui ao campo educativo o dever de enfrentá-las, por exemplo, lidar com a alta competitividade, algo cada vez mais presente na atualidade e que condiciona os indivíduos a aprenderem aquilo que interessa à sua adaptação no mercado global.

No entanto, a escolarização pensada em seu caráter histórico-social, cuja abrangência extrapola a unilateralidade das esferas da preparação ocupacional, tem como principal missão a luta pela formação omnilateral dos sujeitos. Essa concepção é pautada no objetivo de que esses sujeitos alcancem seu lugar na história e se tornem capazes de superar as condições de exploração às quais muitas vezes se encontram submetidos (MARTINS, 2017).

O obstáculo para o processo de aquisição da cultura pelos seres humanos não está relacionado, em seu fundamento, à aptidão ou não para fazê-lo, mas à construção de oportunidades sociais, em que todos tenham a possibilidade de se desenvolver sem precisar lidar com empecilhos externos, impostos pelas relações

sociais. Uma vez disponibilizado de modo igualitário o alcance desse desenvolvimento, tem-se que cada um poderá transformar essas aquisições em suas próprias, como constituição psíquica, e assim dar a sua contribuição à humanidade (LEONTIEV, 2004).

Pensando-se na realidade que vivenciamos, não se trata de o indivíduo ser ou não ser "competente" para desenvolver determinadas atividades ou para ocupar determinados lugares na sociedade, mas envolve construções políticas, econômicas e sociais que possibilitem condições para que as pessoas, de modo equitativo, observadas as necessidades e a realidade de cada grupo social ou sujeito em particular, se realizem como seres sociais com capacidade criativa para contribuir com a coletividade.

Nessa perspectiva, são necessárias políticas públicas por parte do Estado para garantir o acesso ao conhecimento, a partir de um sistema educacional que organize uma formação em que o debate, a construção conjunta de conhecimentos, a promoção da humanização, da cidadania e da consciência de estudantes, profissionais da educação e demais integrantes da sociedade, a valorização de cada um neste processo (que supera, e muito, a relevância dada propositalmente, em função dos interesses de mercado, aos meios que podem ser utilizados como parte desse processo, como as TICs) devem ser priorizados. Além disso, aspectos como moradia, alimentação, condições de saúde, infraestrutura necessária para o desenvolvimento das atividades de estudo e outras questões também precisam ser contempladas no âmbito do Ensino Superior, especialmente em tempos de incentivo e aumento do uso das tecnologias nos contextos de ensino. Rezera, Belchior e Anjos (2022) defendem que,

À medida que são constituídas formas sociais de relacionamento, vida social, vida política e regulações sobre as mais diversas esferas da vida, as sociabilidades se complexificam, assim como as disputas e os antagonismos. No íterim dos lugares, dos posicionamentos, das estratégias de luta, de sobrevivência, de cooperação e de resistência, formam-se os laços sociais, e no espaço escolar não é diferente. [...] Desta maneira, a escola é um espaço privilegiado de aprendizado e exercício dos direitos, como também é um espaço de convivência com as diferenças e as diversidades dos sujeitos, pois é na escola que muitos vislumbram e desenham seus projetos de futuro. (REZERA; BELCHIOR; ANJOS, 2022, p. 126).

Destarte, a produção de conhecimento e o desenvolvimento gerados a partir do contexto universitário devem se fazer sentir na sociedade, para além da conquista do diploma acadêmico. Essa instituição deve impactar e transformar os modos de pensar e se comportar de seus alunos regulares e egressos. Todavia, tal resultado somente pode ser obtido por meio de mediações efetivas e assertivas, que consigam levar os estudantes à ampliação de suas zonas de desenvolvimento, abarcando aspectos referentes ao desenvolvimento cognitivo e ao desenvolvimento afetivo e social, com vistas à formação de seres humanos e profissionais éticos e conscientes (FARIA; VENÂNCIO; CAMARGO, 2020).

Assim, verifica-se que o uso de tecnologias nos contextos educativos completa alternativas em termos de instrumentos para operacionalização e até mesmo para realização de determinadas ações, contudo, as práticas educativas precisam ter como foco, sobretudo, o desenvolvimento social dos seres humanos como personalidades conscientes. Para isso, o estudante precisa estar em espaços educativos de socialização, intencionalmente organizados pelo professor, de modo que, a partir do contato com questões teóricas e debates, compreendam o significado e as inferências dos conhecimentos assimilados e os relacionem às suas práticas sociais e à história da sociedade como um todo.

Em última análise, entendemos que o ensino remoto, bem como a virtualização das atividades de ensino, tem limitações no que se refere à sua efetivação. É preciso, desse modo, ponderarmos em quais situações essas possibilidades de fato são aplicáveis, sem que, para isso, se prejudique a qualidade do processo educativo, visto que as vastas experiências que compõem o ensino presencial não têm como ser replicadas em sua totalidade no formato *on-line*, ainda que os professores lancem mão de diversas ferramentas digitais e os estudantes tenham todos os equipamentos e infraestrutura para acompanharem, algo que sabemos não ser real em país nenhum do mundo, ainda mais no Brasil.

Nesta seção 2, nosso escopo foi discutir a respeito da universidade pública na atualidade, elencando questões sobre a democratização, a virtualização do ensino, os seus impactos no campo educacional e as implicações políticas e práticas envolvidas nesse processo. Na seção 3, a seguir, apresentamos o levantamento das pesquisas atuais sobre a saúde mental de professores e a sua relação com o ensino remoto.

3 O ESTADO DO CONHECIMENTO: ENSINO REMOTO E SAÚDE MENTAL DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS

Eles queriam ensinar, no entanto condições objetivas traziam empecilhos para executarem a atividade docente. (CRISPIN; FACCI, 2020, p.169).

A saúde mental e o adoecimento psíquico na educação caracterizam-se como objetos de estudo cada vez mais presentes no âmbito acadêmico. Segundo Queiroz (2021), as pesquisas que tratam desse tema se ocupam de investigações relacionadas ao adoecimento em estudantes, em professores do Ensino Fundamental e Médio e, a pouco tempo, tem se expandido para investigações relacionadas à saúde e ao adoecimento de professores universitários. Em vista disso, nesta terceira seção, caracterizada como o estado do conhecimento, descrevemos estudos científicos (teses, dissertações e artigos) sobre ensino remoto e saúde mental docente no Ensino Superior, bem como o percurso que realizamos na busca dessas produções.

3.1 O QUE DIZEM OS PESQUISAS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O ENSINO REMOTO E A SAÚDE MENTAL DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR

O início de toda pesquisa é marcado por um processo de investigação que visa a identificar se determinado estudo já foi desenvolvido anteriormente. Tal busca é um passo importante porque objetiva comprovar o caráter relativamente inédito da investigação pretendida ou indicar novas perspectivas a respeito do tema proposto. Existe certa divergência quanto à nomenclatura adequada para esse tipo de pesquisa, alguns autores a denominam *estado do conhecimento*, outros *estado da arte* e, ainda, há os que consideram tais denominações como sendo sinônimas.

Romanowski e Ens (2006) pontuam que há uma distinção entre os procedimentos realizados em cada um dos tipos de estudo. Enquanto o estado do conhecimento se refere ao estudo de somente um setor de publicação das produções, limitando-se à pesquisa de artigos, de dissertações e de teses, por exemplo, o estado da arte compreende uma busca que engloba toda uma área do conhecimento e todos os tipos de produções realizadas, tais como periódicos, congressos, dissertações e teses.

Ambos os procedimentos de pesquisa são revisões críticas dos modos de produção no campo acadêmico, de modo a sistematizar produções realizadas durante um período e área de abrangência. Essa sistematização confere ao pesquisador uma maior compreensão e uma perspectiva panorâmica da produção científica existente sobre determinado tema, auxiliando-o a avaliar a relevância do tema, a observar as possíveis contradições e lacunas e constatar a diversidade metodológica existente (SILVA; SOUZA; VASCONCELLOS, 2021).

Em nosso estudo, optamos pela denominação de estado do conhecimento, que foi composto por publicações em língua portuguesa do tipo artigos, teses e dissertações, indexadas nas bases de dados da CAPES (Periódicos da CAPES e Catálogo Brasileiro de Teses e Dissertações da CAPES), SciELO, Google Acadêmico (Google Scholar) e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Tais plataformas foram escolhidas por reunirem e disponibilizarem às instituições de ensino e pesquisa no Brasil um vasto acervo científico, composto por produções nacionais e internacionais, sendo que, no caso específico do Portal de Periódicos da CAPES, esse se refere a um serviço financiado pelo governo brasileiro e socializa com pesquisadores e estudantes cadastrados 130 bases referenciais e mais de 45 mil títulos da produção científica nacional e internacional (PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES, 2020). Desse modo, tal ferramenta permite a leitura gratuita dos principais periódicos nacionais e internacionais de acesso pago, bem como possibilita o levantamento das bases e periódicos mais relevantes sobre uma temática inédita.

De acordo com Soares e Maciel (2000), pesquisas que adotam a metodologia de revisão do tipo estado do conhecimento têm grande relevância, sobretudo, por seu caráter necessário e permanente, auxiliando estudiosos e pesquisadores a compor um banco de dados que os beneficia por meio do contato, não apenas com dissertações e teses, mas também relatórios selecionados por categoria específica, bem como pelo cruzamento de diferentes categorias.

O estado do conhecimento consiste em um modo de construir pesquisa em paralelo ao movimento contínuo da história, pela identificação e pela explicitação dos caminhos da ciência, contribuindo para a integração de resultados, para a identificação de contradições e, principalmente, de lacunas, ou seja, questões que ainda não foram estudadas ou que as foram de modo insuficiente (SOARES; MACIEL, 2000). Esse tipo de revisão bibliográfica possibilita a realização de uma análise estruturada das tendências, das divergências e das convergências existentes na

literatura (SILVA; SOUZA; VASCONCELLOS, 2021). Nas palavras de Morosini e Fernandes (2014),

[...] estado de conhecimento é identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica. Uma característica a destacar é a sua contribuição para a presença do novo na monografia. (MOROSINI; FERNANDES, 2014, p. 155).

Nessa perspectiva, a busca que realizamos foi direcionada para o tema da saúde mental de docentes do Ensino Superior e a sua relação com o ensino remoto, abarcando um período de dois anos (2020 a 2021). A escolha desse recorte temporal pautou-se no fato de ser um tema recente, cuja discussão foi intensificada com o surgimento da pandemia da covid-19, que impactou diretamente os contextos educacionais. Esse levantamento foi realizado no segundo semestre de 2021, limitando-se ao tempo para realização dessa pesquisa (2 anos).

Análises do campo investigativo podem ser úteis, sobretudo, em função das intensas mudanças ocorridas na sociedade e dos avanços crescentes da ciência e da tecnologia. Nesse sentido, esse tipo de estudo pode indicar contribuições sobre rupturas sociais (ROMANOWSKI; ENS, 2006). Severino (2007) complementa:

A Pós-Graduação, como lugar de produção de conhecimento, tem compromissos sociais e políticos com a compreensão e busca de soluções para os problemas cruciais enfrentados pela sociedade. [...] o avanço do conhecimento deve ser articulado à investigação de problemas socialmente relevantes, considerando as demandas da sociedade brasileira. (SEVERINO, 2007, p. 32).

Nesse contexto, o processo de busca nas plataformas científicas respeitou os seguintes descritores: “saúde mental”, “docentes”, “ensino remoto”, “Ensino Superior”, escritos em língua portuguesa e combinados entre si pelo operador booleano “AND”, abrangendo produções das áreas de Educação e Psicologia.

Objetivamos, mediante esse levantamento, verificar a existência ou não de estudos publicados com o mesmo caráter de investigação que o nosso, ou que apresente ideia análoga a ele. Para isso, foram realizados os seguintes procedimentos:

- Descrição do objeto de estudo;
- Definição dos descritores para busca de estudos relacionados ao tema de investigação;
- Definição das bases de dados a serem pesquisadas;
- Estabelecimento de critérios para a seleção do material que compõe o estado do conhecimento;
- Levantamento de artigos, de dissertações e de teses catalogadas;
- Leitura dos títulos, das palavras-chave e dos resumos;
- Análise dos resumos para tabulação de dados a partir de categorias elencadas *a priori*;
- Leitura das informações contidas na tabela;
- Separação e posterior leitura na íntegra das produções encontradas que abordam a mesma temática da pesquisa ou que apresentem aproximações;
- Síntese geral.

Com base nesses procedimentos, realizamos a leitura dos resumos no intuito de identificar a existência de trabalhos com o viés epistemológico igual ou próximo ao nosso. Nas palavras de Moreira (2004), ao realizarmos uma "leitura inspeccional", conseguimos identificar quais estudos requerem uma leitura com maior aprofundamento e atenção, possibilitando a organização da produção de uma determinada área e auxiliando na compreensão do assunto. Além disso, para facilitar a elucidação das informações levantadas, foram criadas categorias definidas *a priori*, elencadas em forma de tabela para estruturar os dados coletados. As categorias utilizadas foram: título do trabalho, autor(a/es/as), objetivo da pesquisa, tipo de metodologia e resultados da pesquisa.

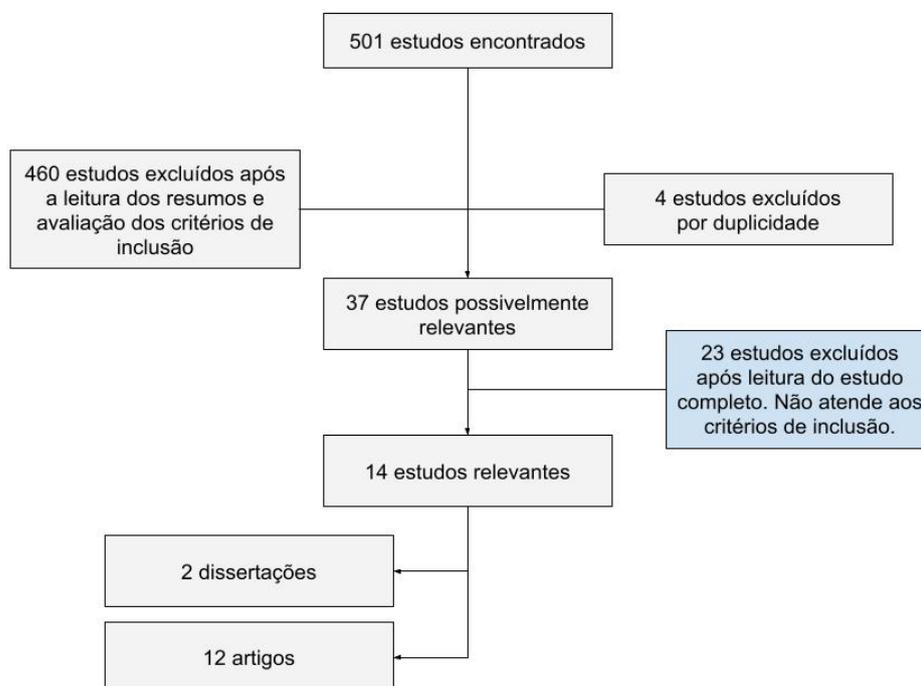
A busca ocorreu no segundo semestre de 2021. Localizamos 501 produções relacionadas ao tema, das quais cerca de 460 não correspondiam à perspectiva investigada e quatro trabalhos foram descartados por duplicidade. Ademais, publicações em outras línguas, que não a língua portuguesa, foram excluídas, visto que interessava ao presente estudo uma análise da temática em contexto nacional.

Vários dos estudos que não foram considerados estavam relacionados à Educação Básica, à saúde mental de discentes, à saúde mental docente descontextualizada do ensino remoto, aos processos de ensino e de aprendizagem e

à adaptação discente ao ensino remoto. Encontramos também trabalhos que abordam o ensino remoto e a inclusão de pessoas com deficiência visual, intelectual e com déficit de atenção e hiperatividade, outros ligados ao desafio no ensino e na aprendizagem da sexualidade em tempos de pandemia da covid-19. Verificamos ainda pesquisas com parâmetros comparativos entre o Brasil e outros países como Cuba, Espanha, Argentina e Portugal, no que se refere aos impactos da covid-19 na educação, investigações sobre o atendimento psicológico *on-line* à comunidade acadêmica em universidades durante a pandemia, a educação pública, a democratização e os aspectos políticos envolvendo o acesso ao Ensino Superior, a formação docente em tempos de pandemia e muitos outros.

Com base nos critérios estabelecidos, encontramos 37 trabalhos possivelmente relevantes, todavia, após a leitura do texto na íntegra, restaram 14 estudos, duas dissertações e 12 artigos. Esses apresentaram de fato contribuições para o tema, em vista do delineamento desta proposta. Os resultados desses procedimentos estão descritos no fluxograma a seguir.

Figura 1 - Fluxograma da revisão



Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2021).

3.1.1 Descrição e análise dos estudos

No Quadro 1 apresentamos a caracterização inicial dos 12 artigos selecionados para esse estado do conhecimento, por base de dados e constando informações referentes a revista de publicação. Destacamos que o Google Acadêmico, foi escolhido como uma das plataformas de busca, justificado pela escassez de pesquisas relacionadas a temática em questão nas demais plataformas. Com isso, embora tal biblioteca digital não seja considerada uma base científica como a SciELO e a Capes, pois não leva em conta o rigor das revistas científicas, ainda assim auxilia para uma visão mais ampla em relação ao alcance e a existência de estudos relacionados ao tema.

Quadro 1 - Caracterização dos artigos

Título do artigo	Base de dados	Periódicos/Qualis 2019
COVID-19, Mudanças em Práticas Educacionais e a Percepção de Estresse por Docentes do Ensino Superior no Brasil	Google Acadêmico	Revista Brasileira de Informática na Educação Qualis B3
Saúde Mental e Condições de Trabalho Docente Universitário na Pandemia da COVID-19	Google Acadêmico	Research, Society and Development Qualis A3
Do Ensino Presencial ao Remoto: Experiências dos Docentes do Bacharelado em Turismo Durante a Pandemia da Covid-19	Periódicos da Capes	Revista De Turismo Contemporâneo Qualis B3
Investigando os Impactos da COVID-19 no Ensino Remoto da Computação: Uma Análise no Nordeste do Brasil	Google Acadêmico	Brazilian Journal of Development Qualis B2
Saúde Mental de Docentes Universitários em Tempos de Covid-19	SciELO	Revista Saúde e Sociedade Qualis B3
COVID-19: Ensino Remoto Emergencial e Saúde Mental de Docentes Universitários	SciELO	Rev. Bras. Saúde Matern. Infantil. Qualis B2
Análise da Saúde Mental dos Professores de Uma Instituição de Ensino Superior em Meio a Pandemia	Google Acadêmico	Revista CPAQV

		Qualis C
Dores Osteomusculares e o Estresse Percebido por Docentes Durante a Pandemia da COVID-19	Google Acadêmico	Research, Society and Development Qualis A3
Impactos da Pandemia de Covid-19 no Lazer e no Trabalho do Professor Universitário em Home Office	Google Acadêmico	LICERE - Revista Do Programa De Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer Qualis B3
Residência é Residência, Trabalho é Trabalho: Estudo Quali-quantitativo Sobre o Trabalho Remoto de Professores Universitários Durante a Pandemia da COVID-19	Google Acadêmico	Research, Society and Development Qualis A3
Atenção à Saúde e Qualidade de Vida de Professores em Ensino Remoto: Relato de Experiência.	Google Acadêmico	Revista Conexão UEPG Qualis A4
Desafios do Ensino Superior Brasileiro em Tempos de Pandemia da COVID - 19: Repensando a Prática Docente	Google Acadêmico	Liinc em Revista Qualis A2

Fonte: com base nos Periódicos da CAPES/CNPq, SciElo e Google Acadêmico (2021).

No Quadro 2 estão alistados os 14 estudos selecionados e incluídos no estado do conhecimento desta pesquisa, abrangendo as dissertações. O Quadro 2, contém a autoria, o título, o ano de publicação, o tipo de estudo, as palavras-chave, a metodologia e os instrumentos e técnicas utilizados para coleta de dados. Esses encontram-se organizados por ano de publicação.

Quadro 2 - Trabalhos selecionados para o estado do conhecimento (2020 a 2021)

	Autor/Título/Ano	Tipo	Palavras-chave	Metodologia	Instrumentos e Técnicas
1	ARAÚJO, R. M. <i>et al.</i> Covid-19, Mudanças em Práticas Educacionais e a Percepção de Estresse por Docentes do Ensino Superior no Brasil. 2020.	Artigo	Pandemia; Covid-19; Educação a Distância; Ensino Superior; Estresse; Universidades.	Pesquisa qualitativa e quantitativa/estudo de campo.	Questionário.
2	MONTEIRO, B. M. M.; SOUZA, J. C. Saúde Mental e Condições de Trabalho Docente Universitário na Pandemia da Covid-19. 2020.	Artigo	Saúde mental; Universidade; Docentes; Condições de trabalho; Covid-19.	Pesquisa qualitativa e bibliográfica narrativa.	Levantamento de publicações indexadas em plataformas científicas.

3	QUEIROZ, V. B. Possibilidades de Enfrentamento ao Adoecimento do Professor Universitário. 2021.	Dissertação	Enfrentamento ao adoecimento; Psicologia Histórico-Cultural; Professor universitário.	Pesquisa qualitativa e exploratória/ estudo documental e de campo.	Questionário e entrevista semiestruturada.
4	MACHADO, M. C. O Peso de Estar em Casa: Uma Análise Acerca da Percepção das Profissionais Docentes em Relação a Sobrecarga de Trabalho no Home Office. 2021.	Dissertação	Home Office; Docentes; Mulheres; Covid-19.	Pesquisa quantitativa, descritiva e exploratória/ estudo de campo.	Questionário.
5	SILVA, M. H. <i>et al.</i> Do Ensino Presencial ao Remoto: Experiências dos Docentes do Bacharelado em Turismo Durante a Pandemia da Covid-19. 2021.	Artigo	Covid-19; Trabalho Docente; Ensino Remoto; Turismo.	Pesquisa qualitativa, exploratória, descritiva/ estudo de campo.	Entrevista semiestruturada.
6	SARMENTO, C. F. <i>et al.</i> Investigando os Impactos da Covid-19 no Ensino Remoto da Computação: Uma Análise no Nordeste do Brasil. 2021.	Artigo	Ensino Remoto Emergencial, Educação, Covid-19.	Pesquisa qualitativa e quantitativa, exploratória, estudo de campo.	Questionário.
7	GOMES, N. P. <i>et al.</i> Saúde Mental de Docentes Universitários em Tempos de Covid-19. 2021.	Artigo	Covid-19; Docentes; Saúde Mental.	Pesquisa Bibliográfica.	Ensaio teórico embasado na literatura sobre o tema.
8	SANTOS, G. M. R. F. dos; SILVA, M. E. da; BELMONTE, B. R. Covid-19: Ensino Remoto Emergencial e Saúde Mental de Docentes Universitários. 2021.	Artigo	Covid-19, Docente, Ensino superior, Saúde mental.	Pesquisa Bibliográfica.	Levantamento de publicações indexadas em plataformas científicas.
9	MEDEIROS, J. G. C. <i>et al.</i> Análise da Saúde Mental dos Professores de uma Instituição de Ensino Superior em Meio a Pandemia. 2021.	Artigo	Saúde Mental; Docentes; Coronavírus.	Pesquisa quantitativa, descritiva e exploratória/ estudo de campo.	Questionário.
10	MATTOS, J. G. S. de <i>et al.</i> Dores Osteomusculares e o Estresse Percebido por Docentes Durante a Pandemia da Covid-19. 2021.	Artigo	Covid-19; Docentes; Dor osteomuscular; Estresse psicológico.	Pesquisa transversal, quantitativa/ estudo de campo.	Questionários.

11	CONCEIÇÃO, V. M. da. Impactos da Pandemia de Covid-19 no Lazer e no Trabalho do Professor Universitário em Home Office. 2021.	Artigo	Atividades de Lazer; Professor Universitário; Covid-19.	Pesquisa qualitativa e quantitativa, exploratória/ estudo de campo e bibliográfico.	Questionário e levantamento de publicações indexadas em plataformas científicas.
12	ARAUJO, M. P. N. <i>et al.</i> Residência é Residência, Trabalho é Trabalho: Estudo Quali-Quantitativo sobre o Trabalho Remoto de Professores Universitários Durante a Pandemia da Covid-19. 2021.	Artigo	Docente universitário; Covid-19; Saúde do Trabalhador; Teletrabalho.	Pesquisa qualitativa e quantitativa/ estudo de campo.	Questionário.
13	FERNANDES, S. <i>et al.</i> Atenção à Saúde e Qualidade de Vida de Professores em Ensino Remoto: Relato de Experiência. 2021.	Artigo	Relações Comunidade-Instituição; Educação a Distância; Educação em Saúde; Docentes; Covid-19.	Pesquisa exploratória/estudo de campo/Interventiva.	Grupos de orientação, atividades de relaxamento e peças autoinstrucionais de reforço.
14	SILUS, A.; FONSECA, A. L. C.; JESUS, D. L. N. de. Desafios do Ensino Superior Brasileiro em Tempos de Pandemia da Covid-19: Repensando a Prática Docente. 2020.	Artigo	Ensino Remoto Emergencial; Educação Superior; Tecnologias.	Pesquisa qualitativa e quantitativa, descritiva e exploratória/estudo de campo, bibliográfico e documental.	Questionário.

Fonte: Elaborada pela pesquisadora com base nos Periódicos da CAPES/CNPq, SciElo e Google Acadêmico (2021).

Com relação à metodologia dos estudos, verificamos que três deles são qualitativos (uma dissertação e dois artigos), três são quantitativos (uma dissertação e dois artigos), cinco artigos são pesquisas quali-quantitativas e três não descreveram a abordagem utilizada.

De acordo com Fonseca (2002), estudos de cunho quantitativo têm como foco a linguagem matemática, a qual orienta o processo de descrição das causas de um fenômeno, bem como a relação entre as suas variáveis. Esse tipo de metodologia se baseia na objetividade de cunho positivista, a partir da análise de dados brutos, coletados com o auxílio de instrumentos padronizados.

A análise das pesquisas qualitativas, por sua vez, tem critérios científicos que se diferem da pesquisa quantitativa. Tal metodologia depende muito da capacidade e do estilo do pesquisador, visto que esse precisa constantemente tomar decisões

quanto ao modo como irá codificar, agrupar e organizar as categorias do estudo, a fim de possibilitar que as conclusões sejam coerentes e verificáveis. Além disso, o processo de análise é sistemático, mas não rígido, e seus procedimentos são compreensivos e não mecanicistas (GIL, 2008).

Ao encontro disso, Minayo (2002) destaca que a pesquisa qualitativa em Ciências Sociais

[...] responde a questões particulares; preocupa-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado; trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2002, p. 21-22).

Para Gil (2008), as pesquisas quantitativas encontram-se relacionadas a procedimentos estatísticos e são muito úteis, inclusive, nas pesquisas sociais, no entanto, o autor chama a atenção para o fato de que a crença absoluta nos resultados estatísticos pode comprometer seriamente um estudo. Assim, é essencial, que ao interpretar os resultados, o pesquisador vá além "[...] da leitura dos dados, com vistas a integrá-los num universo mais amplo em que poderão ter algum sentido. Esse universo é o dos fundamentos teóricos da pesquisa e o dos conhecimentos já acumulados em torno das questões abordadas." (GIL, 2008, p. 178).

Nesse sentido, o teórico ressalta que a

Quantidade e qualidade são características imanentes a todos os objetos e fenômenos e estão inter-relacionados. No processo de desenvolvimento, as mudanças quantitativas graduais geram mudanças qualitativas e essa transformação opera-se por saltos. (GIL, 2008, p. 13).

Ainda no que diz respeito à metodologia, dentre as publicações selecionadas para o estado do conhecimento, 11 correspondem à pesquisa de campo, sendo que duas delas envolvem também a pesquisa documental e três caracterizam-se como pesquisa bibliográfica.

Segundo Fonseca (2002), a pesquisa de campo consiste em investigações nas quais, além da revisão bibliográfica e/ou pesquisa documental, executa-se a coleta de dados com seres humanos, tendo em vista que a revisão de literatura possibilita que

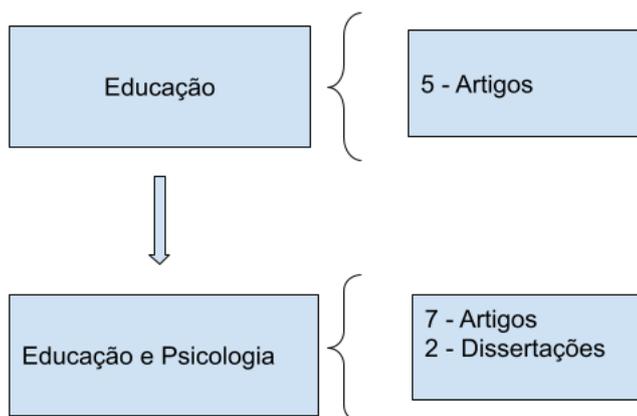
o pesquisador amplie seu olhar em relação ao que já existe publicado no meio científico acerca da temática.

Quanto à pesquisa documental, essa envolve caminhos semelhantes ao da pesquisa bibliográfica, porém, utiliza fontes mais diversificadas, sem tratamento analítico, a exemplo de tabelas estatísticas, relatórios, revistas, jornais, cartas, fotografias, filmes, documentos oficiais, pinturas, relatórios de empresas, programas de televisão e outros materiais (FONSECA, 2002).

No que diz respeito aos instrumentos e técnicas utilizados para coleta de dados, tem-se que: oito estudos utilizaram questionário; um estudo recorreu à entrevista; um valeu-se de questionário e entrevista; um é uma pesquisa interventiva e três deles são estudos de revisão de literatura.

Além disso, no que tange aos 14 estudos selecionados, cinco pertencem à área da Educação, oito deles abarcam tanto a área de Educação quanto a área de Psicologia. Dentre eles, uma dissertação refere-se à subárea da Psicologia Histórico-Cultural, referencial teórico que utilizamos. Na Figura 2, é possível visualizar a divisão desses trabalhos por área do conhecimento.

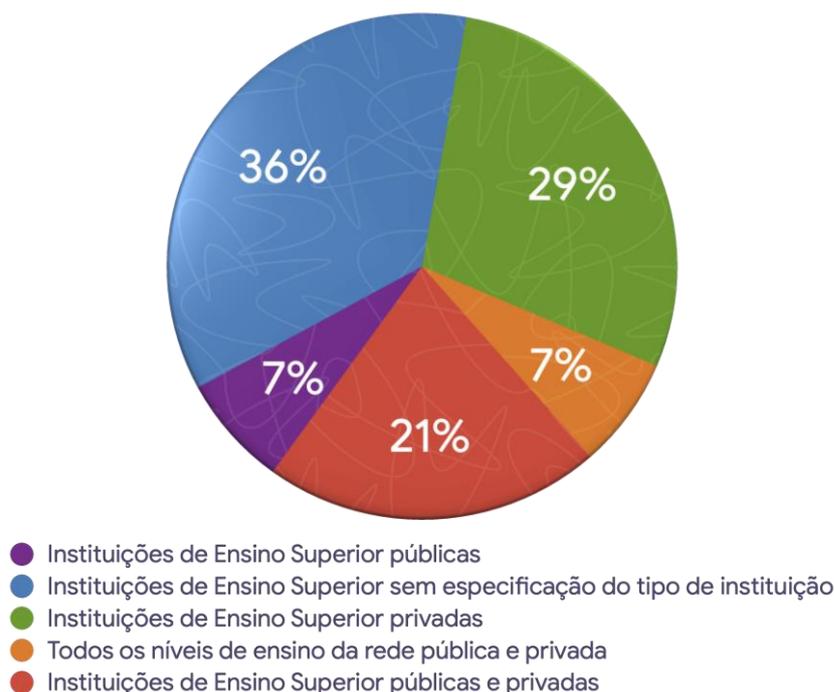
Figura 2 - Classificação dos estudos selecionados por área do conhecimento



Fonte: Elaborada pela pesquisadora (2021).

No Gráfico 1, apresentamos o perfil do público docente estudado por tipo de instituição (pública ou privada) e por nível de ensino.

Gráfico 1 - Perfil do público estudado por tipo de instituição e por nível de ensino



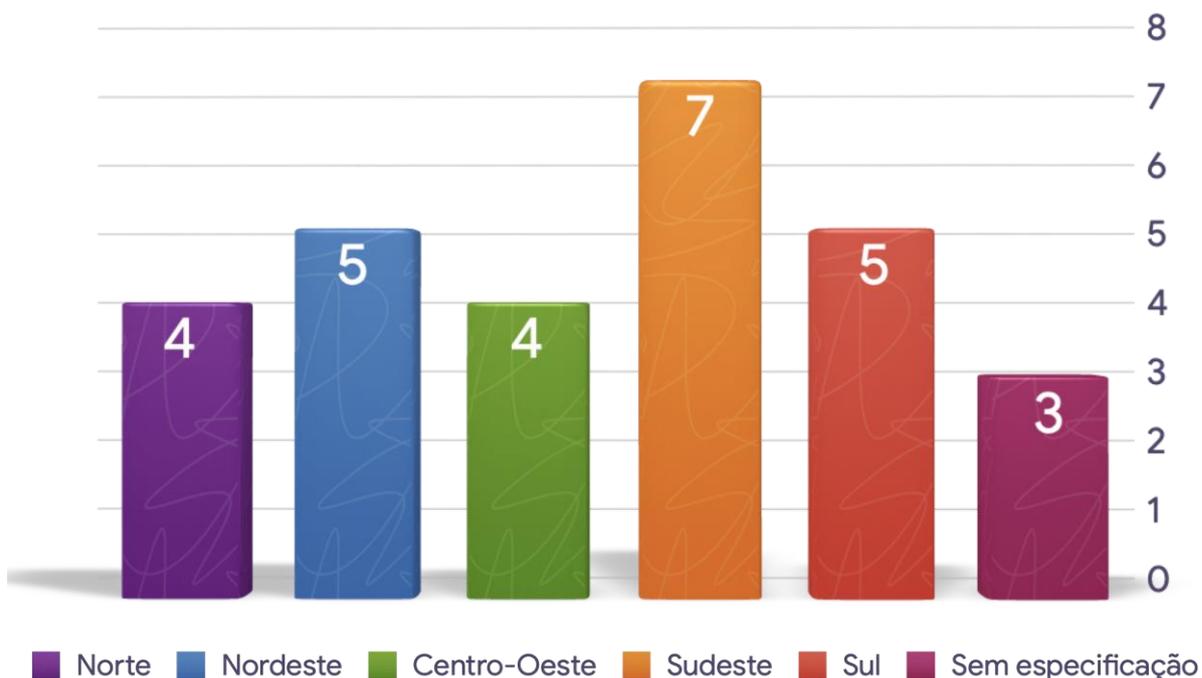
Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2022).

No que tange ao perfil do público estudado, tem-se que a maior parte dele é composto por docentes do Ensino Superior, sendo que apenas um estudo abarca professores de outros níveis de ensino, contudo, ainda assim, prevalecem entre os participantes da amostra docentes do Ensino Superior.

Foram pesquisadas tanto instituições públicas quanto privadas, predominando entre os estudos, amostras mistas de participantes. Destacamos que alguns trabalhos informam somente que os grupos investigados eram constituídos por docentes do nível superior de ensino, sem especificar o tipo de instituição, se pública, privada ou mista. Ademais, alguns desses se referem a pesquisas bibliográficas, abrangendo um levantamento em nível nacional e internacional, as quais encontram-se enquadradas entre os estudos com público não especificado, por envolver experiências de docentes brasileiros e estrangeiros.

No Gráfico 2, as amostras dos estudos selecionados foram classificadas por região do Brasil, havendo uma prevalência de participantes da região Sudeste, seguida pelas regiões Sul e Nordeste e, por último, pelas regiões Centro-Oeste e Norte. Com uma ocorrência menor, encontram-se as pesquisas que não apresentaram informação referente à região do país.

Gráfico 2 - Amostra por região do Brasil



Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2022).

Tendo em vista os aspectos observados, a partir dos 14 trabalhos selecionados, destacamos, inicialmente, o artigo de Araújo *et al.* (2020), que versa sobre as mudanças ocorridas nas práticas educacionais de professores do Ensino Superior em decorrência da pandemia da covid-19. Na sequência, descrevemos os demais estudos.

Araújo *et al.* (2020), no artigo *Covid-19, Mudanças em Práticas Educacionais e a Percepção de Estresse por Docentes do Ensino Superior no Brasil*, realizaram um estudo qualitativo e quantitativo a partir da aplicação de um questionário *on-line*, respondido por 456 professores universitários que estiveram/ estavam em isolamento social devido à pandemia da covid-19. No que se refere ao perfil dos sujeitos, 189 (41,4%) são professores de universidades públicas, 239 (52,4%) de universidades particulares e 28 (6,1%) são professores em ambas. Os objetivos dessa pesquisa foram compreender os fatores de estresse relacionados às mudanças repentinas e em caráter de contingência nas práticas de ensino na educação superior, decorrentes da pandemia, e verificar a percepção dos docentes sobre os sintomas de estresse associados ao período de distanciamento social.

Os autores buscaram ampliar a compreensão quanto: (i) à ocorrência ou não de sinais de estresse entre os docentes de Ensino Superior durante o período de

isolamento e migração de aulas remotas; e (i) às relações entre os níveis de sinais de estresse e outras variáveis relacionadas ao perfil pessoal, à atuação docente, ao contexto de isolamento, à experiência com ferramentas e métodos para ensino *on-line* e às relações de trabalho. Os resultados apontaram para a real existência da percepção de estresse entre os professores do Ensino Superior no Brasil que se mantiveram em atividades de ensino remoto durante o isolamento social. Observou-se, ainda, que os fatores de estresse aparecem mais em professores das áreas de Ciências Sociais e Jurídicas, seguidos pelos professores da área de Ciências da Saúde, sendo menos presentes em professores da área de Artes e Humanidades ou nos que atuavam em mais de uma área. Além disso, os pesquisadores constataram que aqueles que declararam um nível menor de habilidade no uso de tecnologia foram os que mais sentiram as variáveis de estresse durante a pandemia, além de observarem uma acentuada predominância na percepção dos fatores de estresse entre as professoras quando comparadas aos professores.

No que se refere às limitações da pesquisa, os autores mencionam o tamanho da amostra, que representou 0,10% dos docentes em exercício nas universidades brasileiras (BRASIL, 2019a). Ademais, o processo de coleta de dados se deu por conveniência, resultando em um percentual maior de respondentes das áreas de Ciências Exatas, da Terra e Ciências da Saúde, bem como um número mais elevado de sujeitos das regiões Sudeste e Sul, especialmente do estado de São Paulo, convergindo com o contexto de atuação dos autores da pesquisa.

O artigo de Monteiro e Souza (2020), "*Saúde mental e condições de trabalho docente universitário na pandemia da Covid-19*", consiste em uma revisão bibliográfica de artigos científicos publicados entre 2017 e 2020. Foram utilizadas as bases de dados da SciELO, do PubMed e da BVS, a partir dos descritores "Saúde Mental", "Universidade", "Professores", "Docentes", "Condições de Trabalho" e "Covid-19". O texto foi escrito a partir da reflexão crítica dos autores sobre a saúde mental de docentes das universidades no contexto da pandemia, e teve como objetivo discutir os fatores etiológicos, sintomas e desordens inerentes à saúde mental de docentes universitários, submetidos a condições de trabalho insalubres, no âmbito da covid-19. O artigo se estruturou nestes tópicos: conceito ampliado de saúde e saúde mental, condições de trabalho docente em tempos da pandemia da covid-19 e transtornos mentais em docentes universitários em tempos da pandemia da covid-19.

Os pesquisadores, a partir de uma análise sócio-histórica, apontam que as condições de trabalho dos docentes tanto são precarizadas como estão sofrendo precarização. Perceberam, ainda, a existência de relações entre classe e sexo, no concernente ao sofrimento mental em professoras universitárias. Eles concluem que tanto a pandemia como a falta de políticas públicas de saúde e sociais são responsáveis pelo sofrimento docente, chamando a atenção para o fato de que, em curto e em médio prazo, os professores devem alterar as formas de enfrentamento dessa realidade, evitando se autoculpabilizarem, e procurar estratégias para aumentar a resiliência, recorrendo, inclusive, à ajuda profissional em situações de desordens psicológicas.

A dissertação de Vanderlei Braulino Queiroz (2021), intitulada *Possibilidades de Enfrentamento ao Adoecimento do Professor Universitário*, foi balizada pelos pressupostos teóricos metodológicos da Psicologia Histórico-Cultural e do Materialismo Histórico-Dialético. A pesquisa adotou como instrumentos de coleta de dados o questionário *on-line* e as entrevistas semiestruturadas e interpessoais. Trata-se de uma investigação de natureza qualitativa, exploratória, realizada com docentes da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS).

No que se refere aos resultados, o autor destaca que houve um salto significativo no número de afastamentos e licenças dos professores por motivos de saúde, nos anos de 2017 a 2019, relacionados às doenças mentais e comportamentais, frequentemente associadas ao estresse, à insatisfação e à perda de sentido no trabalho. Ademais, Queiroz (2021) chama atenção para o fato de que tais doenças são reflexo da nossa sociedade capitalista, em que o sofrimento psíquico se faz mais presente em função do incentivo ao individualismo e das relações de trabalho cada vez mais intensificadas, alienantes e precarizadas. Concernente a isso, o autor enfatiza que a pandemia de covid-19, no Brasil, tem exacerbado tal precariedade e intensificado o trabalho do professor, com condições extenuantes e quase sempre jornadas que ultrapassam o tempo formal de trabalho.

O pesquisador também revela que a maioria dos professores que participaram de sua investigação mantém uma relação de sentido e significado com as atividades que realizam, possibilitando a satisfação e a identificação com o trabalho, por exemplo, conviver e dialogar com os alunos, ministrar aulas e realizar pesquisa. A insatisfação, por sua vez, aparece ligada à precariedade e a falta de infraestrutura

para a execução do trabalho, aspectos diretamente relacionados às ações administrativas e burocráticas.

Nas entrevistas, o autor constatou que os professores têm sentido dificuldade para delimitar o tempo de trabalho, em função do excesso de atividades, das demandas advindas de aplicativos de mensagens, não havendo, portanto, um respeito com o espaço temporal do trabalho docente. Outro aspecto ressaltado foi de que, em decorrência da pandemia, os professores foram obrigados a se reinventar e aprender a lidar com a tecnologia, sem ter para isso um preparo ou planejamento que pudesse contribuir para a superação de suas dificuldades. Os estudantes também foram penalizados com essa situação, pois muitos não dispunham de aparelhos tecnológicos ou outros recursos para frequentar as aulas remotas. A pandemia revelou de forma mais evidente as desigualdades e demonstrou que nem todos têm acesso à internet, pelo contrário, tal acesso é precário ou até mesmo inexistente.

Queiroz (2021) menciona os impactos da pandemia na saúde física e mental dos docentes, ocasionados pela diminuição das possibilidades de locomoção, pelos horários de folga e pelo aumento das horas de trabalho em frente ao computador. A pesquisa ressaltou que houve elementos positivos do ensino remoto, como o acesso dos professores a eventos e à divulgação dos seus trabalhos científicos, por meio das *lives* e congressos virtuais, oportunizando encontros que se dariam com maior dificuldade de outro modo. Em conclusão, salientamos que esse estudo não teve como foco a relação entre a saúde mental de professores universitários e o ensino remoto, uma vez que se referia mais especificamente às possibilidades de enfrentamento ao adoecimento do professor universitário. Contudo, os resultados e os posicionamentos apresentados contribuíram para a ampliação da reflexão e da discussão sobre o assunto, bem como para construção de um modo de pensar crítico no que se refere à saúde mental docente e à perspectiva desses profissionais quanto à pandemia, ao ensino remoto e aos impactos da forma de organização da sociedade capitalista na educação superior.

Outra pesquisa de mestrado localizada em nossa busca foi produzida por Michelle Castanho Machado (2021), intitulada *O Peso de Estar em casa: uma análise acerca da percepção das profissionais docentes em relação a sobrecarga de trabalho no home office*. O objetivo desse estudo foi investigar qual a percepção das mulheres docentes sobre a sobrecarga de trabalho durante o trabalho de *home office* em decorrência da pandemia da covid-19. A autora relata que a escolha do tema se deu

em função de que as mulheres podem ter acumulado mais tarefas domésticas ao executarem seu trabalho em casa, gerando, desse modo, uma sobrecarga. A pesquisa foi quantitativa, descritiva e exploratória, a partir do *Survey*. A coleta de dados foi realizada por meio de questionários eletrônicos, e a análise dos dados se deu por meio de técnicas estatísticas inferenciais, não sendo especificada a linha teórica norteadora da investigação.

A população do estudo foi composta por 568 mulheres docentes, de diversas cidades do estado do Rio Grande do Sul, de todos os níveis de ensino, tanto da rede pública quanto privada, que atuaram na modalidade *home office* durante a pandemia do Coronavírus no ano letivo de 2020. Dessas 568 participantes, 516 eram de instituições públicas, 45 de instituições privadas, seis trabalhavam em ambas e uma em uma instituição conveniada de natureza mista. Os resultados apontaram que a maior participação de professoras na pesquisa foi de nível superior (234 das 568 respondentes) e que as participantes indicaram percepção de acúmulo de funções no *home office* durante o ensino remoto na pandemia da covid-19, com ênfase na sobrecarga mental de trabalho e na jornada de trabalho, que teve um aumento de cerca de 2 horas por dia, quando comparada ao período anterior à pandemia, passando de 8 horas para, em média, 10 horas de trabalho diárias. Com relação às ações mais executadas, estão a realização de atividades de organização e o planejamento das aulas a serem ministradas. Dentre as ferramentas disponibilizadas no questionário, as mais citadas foram *WhatsApp*, *e-mail* e *Google Meet*. Os resultados apontaram para o fato de que as professoras têm buscado se adaptar ao uso de novas ferramentas e recursos tecnológicos, sendo que as docentes que lecionam para Ensino Fundamental II (de 6º a 9º ano) percebem maior carga de trabalho do que as que lecionam no Ensino Superior, embora todas tenham indicado percepção de sobrecarga de trabalho.

No artigo intitulado *Do ensino presencial ao remoto: experiências dos docentes do bacharelado em Turismo durante a pandemia da Covid-19*, Silva et al. (2021) investigaram a experiência de docentes no que diz respeito à implementação do ensino remoto, em decorrência da pandemia de covid-19. A pesquisa foi caracterizada como exploratória-descritiva, com abordagem qualitativa e método indutivo. Entrevistas semiestruturadas *on-line* foram utilizadas como instrumentos para coleta de dados, tendo sido entrevistados cinco docentes de duas instituições privadas de Ensino Superior do estado do Rio de Janeiro, todos de cursos presenciais de

Bacharelado em Turismo, no período de 21 a 28 de maio de 2020. Optou-se, exclusivamente, por realizar o estudo com docentes de IESs privadas, devido ao fato das públicas, até aquele momento, não terem retornado às atividades.

A sistematização e a análise de dados basearam-se na pesquisa de Estrada-Vila (2014), sobre fatores que favorecem à aprendizagem no Ensino Superior por meio de novas tecnologias, e na Análise de Conteúdo categorial-temática de Bardin (2011). As categorias foram construídas de forma indutiva a partir dos depoimentos verbais dos entrevistados. Como resultados, os autores identificaram oito categorias: (1) atitude e interesse; (2) características dos estudantes; (3) políticas da Instituição de Ensino Superior; (4) ferramentas e recursos tecnológicos; (5) treinamento; (6) capacitação docente; (7) ambiente de trabalho e trabalho de reprodução social; e (8) condições físicas e psicológicas. Os autores concluíram que o ensino remoto não só evidenciou o problema da desigualdade ao acesso à tecnologia, mas também trouxe à tona outras questões que afetam tanto docentes quanto discentes: a ambiência para estudos; a saúde mental-psicológica; e a falta de políticas públicas direcionadas à primeira infância, a fim de auxiliar mães e pais docentes. Portanto, esse conjunto de fatores dificultou o desenvolvimento das atividades desses profissionais e, conseqüentemente, pode ter prejudicado a formação dos estudantes.

No estudo realizado por Sarmiento *et al.* (2021) - *Investigando os impactos da Covid-19 no ensino remoto da computação: uma análise no nordeste do Brasil* -, o foco dos pesquisadores foi investigar se a formação técnica dos docentes de áreas afins à Computação facilitou a adaptação ao ensino remoto, bem como quais foram os impactos psicológicos percebidos por eles em virtude dessa atuação no período da pandemia. Os dados foram obtidos a partir da aplicação de um questionário *on-line*, baseado na proposta de Hodges *et al.* (2020), que trata de dois diferentes tipos de ensino: *on-line* e remoto. A amostra foi composta por 22 professores do Ensino Superior atuantes no Nordeste do Brasil e que estavam ministrando aulas remotas durante o período de junho a julho de 2020. A pesquisa foi exploratória, com abordagem quali-quantitativa.

Com relação ao referencial teórico, pautaram-se em vários autores que tratavam de análises sobre o ensino remoto no período da pandemia de covid-19 ou de relatos sobre as mudanças de ensino vivenciadas. Os resultados apontaram que a maioria dos professores participantes da pesquisa era do gênero masculino, com mais de 30 anos, sendo que 88,2% ministravam aulas em universidades públicas. Os

autores observaram que o fato de os docentes serem da área de Computação facilitou o processo de adaptação ao ensino remoto, no entanto, algumas preocupações foram relatadas pelos participantes, como: o aprendizado de novas ferramentas; a falta de material e infraestrutura adequada; a reestruturação das aulas; e a incerteza sobre o aprendizado discente. Ademais, os pesquisadores destacam que, dadas as modificações ocorridas na rotina de trabalho, foi possível perceber que os docentes estão sofrendo altas cargas de estresse com o ensino remoto, somadas a sentimentos de medo, de desconforto e de tristeza, especialmente no que tange ao distanciamento social.

Dentre as limitações observadas no estudo e mencionadas por Sarmiento *et al.* (2021), citam-se a quantidade de respostas obtidas, a qual foi considerada limitada, e a população participante, que, segundo eles, não representa a inteira comunidade docente do Nordeste, uma vez que professor dos estados de Alagoas e do Piauí não compuseram a amostra.

O artigo de Gomes *et al.* (2021), intitulado *Saúde mental de docentes universitários em tempos de Covid-19*, é um ensaio teórico, cujo foco centrou-se na saúde mental de docentes do Ensino Superior associada ao uso das TICs e ao trabalho em *home office*. O objetivo foi refletir sobre a saúde mental de docentes de IESs, sua relação com os eventos da covid-19 e com os processos de trabalho. Como resultados, os autores concluíram que atender às demandas laborais, reelaborar os processos de ensino-aprendizagem para a mediação tecnológica, além das vulnerabilidades associadas às questões de raça, de gênero e de desigualdade social, afetam a saúde mental dos docentes e chamam a atenção para a necessidade de as IESs acompanharem os profissionais no processo. As instituições, para os autores, devem ser sensíveis para reconhecer as potencialidades e as limitações docentes, além de promoverem capacitações para o uso das TICs e para o planejamento do trabalho em *home-office*, visando a identificar com antecedência sinais de sofrimento psicoemocional.

Ademais, a autocobrança configura-se como um importante elemento ligado aos problemas psicoemocionais, uma vez que remete à pressão que os docentes sofrem para se adaptar ao novo modelo de processo de trabalho. Tal reflexão nos parece essencial para subsidiar a conscientização e a sensibilização das IESs quanto à sua responsabilidade no acompanhamento das atividades profissionais docentes e de suas condições de saúde mental. Gomes *et al.* (2021) avaliaram literaturas

relevantes para compreender o problema, porém, o trabalho não descreve qual o referencial teórico utilizado, tampouco os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento da pesquisa.

Também em 2021, Santos, Silva e Belmonte, no estudo *Covid-19: ensino remoto emergencial e saúde mental de docentes universitários*, refletiram a respeito das experiências do ensino remoto emergencial pelo corpo docente universitário e os impactos na saúde mental desses profissionais durante a pandemia da covid-19. Para isso, os autores fizeram uma revisão bibliográfica respeitando o seguinte percurso metodológico: levantamento bibliográfico dos termos “Docente”, “Saúde Mental”, “Covid-19”, “Ensino Superior” nas línguas portuguesa, inglesa e espanhola, indexados nas Plataformas Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e Medical Subject Headings (MeSH). Foram pesquisados artigos científicos em formato eletrônico presentes nas bases de dados *Cumulative Index to Nursing & Allied Health Literature* (CINAHL), Web of Science Thomson Reuters (*Web of Science*), no Google Acadêmico (*Google Scholar*), na biblioteca virtual eletrônica SciELO e na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), tendo sido excluídos do levantamento artigos duplicados, dissertações e teses.

O estudo não mencionou qual o referencial teórico utilizado, mas que foi organizado respeitando duas abordagens temáticas: “O ensino remoto emergencial e as dificuldades / desafios dos docentes” e “A saúde mental dos docentes durante a pandemia da Covid-19”. Para Santos, Silva e Belmonte (2021), os docentes foram afetados com a migração emergencial para o ensino remoto, o que ocorreu de forma complexa, desestruturada e impositiva, repercutindo negativamente na vida dos professores e gerando aumento na carga horária, no ritmo e na diversidade do trabalho desenvolvido por esses profissionais. Como resultado, os docentes tiveram dificuldades para se adaptar às ferramentas tecnológicas e para conciliar as atividades conjugais, materno-familiares e domésticas na nova rotina diária.

Os autores ressaltaram que as novas exigências educacionais, impostas pelo sistema capitalista contemporâneo, evidenciam a precarização da atividade docente. Por isso, salientaram a importância de as IESs ampliarem o olhar biopsicossocial para o professor, atentando-se para o desenvolvimento de estratégias que visem a reduzir a sobrecarga intelectual, física e social desses profissionais. Por fim, propõem que as IESs promovam espaços de compartilhamento de experiências, de angústias, de

medos e de outros sentimentos que surjam, estimulando, desse modo, processos reflexivos em torno do equilíbrio físico e mental no ambiente educacional e fora dele.

Na sequência, apresentamos o estudo de Medeiros *et al.* (2021), denominado *Análise Da Saúde Mental dos Professores de uma Instituição de Ensino Superior em Meio a Pandemia*, cujo objetivo foi avaliar a qualidade da saúde psíquica de docentes de uma IES em meio à pandemia da covid-19. Trata-se de um trabalho exploratório, descritivo e quantitativo realizado em uma universidade privada do Norte do país. O referencial teórico não foi especificado, mas foram utilizados múltiplos autores. Participaram do estudo 25 docentes, com a faixa etária média de 40 anos, os quais responderam a um questionário *on-line* baseado no trabalho de *Brief Symptom Inventory* (BSI 18), que abarca 15 perguntas acerca das vivências na modalidade de ensino Regime Especial de Aprendizagem Remota (REAR), proposta pela instituição durante o período de pandemia.

Em vista disso, e considerando a média de idade dos docentes, os autores apontam que esse grupo, apesar de acompanhar a implementação da internet no país, em alguns momentos, apresentou resistência às mudanças pedagógicas tecnológicas, sobretudo pelo modo abrupto como isso ocorreu na pandemia. Os desafios do modelo de ensino a distância emergencial levaram mais da metade (52%) dos docentes de Medicina da IES investigada a cogitar a possibilidade de desistir de lecionar durante o cenário pandêmico.

O estudo identificou uma porcentagem igualitária nos aspectos positivos e negativos do grupo com relação à sua saúde mental pré-pandemia, destacando-se que a extensa jornada de trabalho contribui para o sofrimento psíquico e físico, bem como para a desqualificação da profissão docente. Muitos professores podem ter tido sua vida profissional prejudicada, diante da escassez de tempo e da intensificação do trabalho, afetando a sua atualização e requalificação para o mercado. Medeiros *et al.* (2021) acreditam que, devido ao fato de que a maior parte dos entrevistados ser do sexo feminino, é possível inferir que a mulher, nesse momento de pandemia, foi um grupo mais acometido, uma vez que exerce diferentes funções sociais, acarretando um maior número de obrigações atreladas à jornada de trabalho e colaborando para o aumento do nível de estresse.

Nesse contexto, verificou-se que 35% dos participantes negaram se sentir realizados com a docência, influenciados por fatores como a estagnação e a desvalorização, e 80% declaram estar sendo amparados pela instituição para atuar a

distância. Contudo, os autores destacam que 12% não responderam e 8% demonstraram não receber o amparo necessário. Segundo eles, é essencial um olhar amplo para a saúde mental desses docentes, tendo em vista que são expostos com frequência a longas jornadas de trabalho e à baixa valorização no mercado. Os autores ainda relatam que sintomas como o desequilíbrio emocional, sentimentos de preocupação, falta de confiança, medo, exaustão e ansiedade são recorrentes nesse meio. Enquanto alguns docentes procuram preservar a saúde mental, outros sentem que o adoecimento mental decorrente da autoaceleração e do controle da gestão desgasta suas vidas profissionais e pessoais.

No artigo *Dores osteomusculares e o estresse percebido por docentes durante a pandemia da Covid-19*, Mattos *et al.* (2021) analisaram se a pandemia da covid-19 ocasionou dores osteomusculares e estresse aos docentes universitários, segundo a percepção desses profissionais e considerando as mudanças drásticas ocorridas em suas rotinas. O estudo caracterizou-se como transversal de análise quantitativa, realizado com o corpo docente de uma IES privada, entre os meses de outubro e dezembro de 2020. Para a coleta de dados, os autores utilizaram três questionários: o sociodemográfico e profissional, o Questionário Nórdico de Sintomas Osteomusculares (QNSO) e a Escala de Percepção de Estresse-10 (PSS-10), aplicados de forma remota com o auxílio do *Google Forms*. A amostra foi composta por 51 participantes, sendo que a maioria era mulher (64,7%), com idade entre 31 e 49 anos (59,6%), casada (66,7%) e com filhos (58,8%). Além disso, os participantes tinham especialização e mestrado (41,2%), dois empregos (62,7%), uma carga horária total de mais 40 horas semanais (41,2%), uma renda mensal entre quatro e seis salários-mínimos (35,3%) e com tempo de trabalho na instituição de até cinco anos (58,8%). Observou-se que o período de atividade remota indica uma percepção de estresse acima da média em 45,1% dos participantes da pesquisa, sendo esse sintoma relacionado à existência de distúrbios osteomusculares no pescoço e ombros, nos últimos 12 meses.

Mattos *et al.* (2021) chamam a atenção para o fato de que, nesse período, os distúrbios osteomusculares localizados na parte inferior das costas foram os grandes responsáveis pela busca aos atendimentos profissionais de saúde. Os períodos prolongados de condições de trabalho desfavoráveis, como foi a realidade de muitos professores em trabalho remoto no período pandêmico, são fatores de risco à saúde desses trabalhadores, levando-os a procurarem ajuda de profissionais da saúde.

Concordamos com os autores, quando mencionam como um limitador do estudo a generalização dos achados, uma vez que a coleta de dados se restringiu a uma única IES e houve uma baixa adesão à participação na pesquisa. Além disso, percebemos que os autores não especificaram qual a linha teórica norteadora para o desenvolvimento do raciocínio.

Em seu estudo *Impactos da Pandemia de Covid-19 no Lazer e no Trabalho do Professor Universitário em Home Office*, Vagner Miranda Da Conceição (2021) buscou analisar os impactos da pandemia da covid-19 no lazer e no trabalho do professor universitário em *home office*. A pesquisa foi exploratória de natureza quali-quantitativa. A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de um questionário *on-line* com 44 professores universitários, sendo que a interpretação das questões ocorreu por meio da análise de conteúdo e estatística descritiva.

Foram selecionados artigos científicos nas bases de dados BVS e SciELO, a fim de correlacionar os dados com a literatura existente, a partir das palavras-chave “atividades de lazer”, “trabalho”, “covid-19”, “quarentena”, “docente” e “professor universitário”. Os resultados indicaram que 70,5% dos professores permaneceram desenvolvendo as mesmas atividades e na mesma situação de trabalho antes e durante a pandemia, porém, de forma remota (*home office*). Quanto ao tempo de trabalho diário em horas durante a pandemia, 38,6% dos professores assinalaram entre 8 e 12 horas e 20,5% acima de 12 horas diárias. Para 72,3% dos professores, a demanda de trabalho aumentou e, além disso, 75% dos profissionais tiveram uma redução no seu tempo para o lazer, se comparado ao período anterior à covid-19. No que se refere ao nível de satisfação com o tempo de lazer durante a pandemia, os dados mostram que 60,9% das respostas estão direcionadas à insatisfação.

O autor concluiu que a pandemia da covid-19 tem contribuído para o surgimento de novas estruturas nas vivências e nas experiências de lazer do professor universitário, as quais foram comprometidas pela justaposição das expressões do tempo restringindo-se a um único ambiente: o lar. Nesse sentido, o contato com o outro foi ressignificado e as diversas expressões da arte e do corpo em movimento, por vezes, deixadas de lado antes da pandemia, passaram a ser vistas como essenciais para a manutenção da saúde e da qualidade de vida.

Como um limitador do estudo, o pesquisador menciona o fato de a amostra ter sido por conveniência e, por isso, considerada como não representativa da população. Por fim, percebemos que tal estudo promove uma reflexão dos impactos não só das

atividades laborais, mas também das de lazer para o bem-estar humano, compreendendo essa relação de modo dialético e considerando esses sujeitos em suas distintas necessidades, pessoais e profissionais.

Araujo *et al.* (2021), em *Residência é residência, trabalho é trabalho: estudo quali-quantitativo sobre o trabalho remoto de professores universitários durante a pandemia da Covid-19*, buscaram compreender as condições objetivas e subjetivas vivenciadas por docentes universitários brasileiros frente ao trabalho remoto emergencial, durante a pandemia da covid-19. Trata-se de um estudo realizado com 508 docentes, de ambos os sexos, de IESs públicas e privadas das cinco regiões brasileiras. Esse trabalho compõe a pesquisa *Influência da pandemia da Covid-19 sobre a saúde mental e comportamento alimentar de discentes e docentes de instituições de Ensino Superior: um estudo de coorte*.

A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário desenvolvido na plataforma *SurveyMonkey*®. Os dados foram analisados a partir da perspectiva dos trabalhadores, com base em cinco categorias referentes às condições de trabalho remoto: (i) espaço de casa; (ii) da mudança do presencial para o remoto; (iii) sem queixas; (iv) reflexos no adoecimento; (v) mista. No tocante aos dados sociodemográficos, do domicílio e das condições de trabalho, esses foram analisados entre as categorias de relatos pelo teste Qui-quadrado de Pearson/Fischer. Verificou-se que a maioria dos docentes era do sexo feminino (65%), 40 anos ou mais (77%), casada (65%), com filhos (64%) e morava com até três pessoas (74%). Além disso, grande parte dos participantes tinha vínculo exclusivo com universidades públicas (79%), com tempo médio de atuação como docente de 16 anos e com titulação de doutorado (76%). Dentre os resultados constatados, os autores apontaram para a prevalência da segunda categoria (da mudança presencial para o remoto) nos relatos classificados, os quais indicaram dificuldades de interação social, aumento da demanda de trabalho, sentimento de exploração e falta de apoio institucional. Somam-se a isso aspectos relacionados à divisão dos papéis sociais que as mulheres desempenham, ocasionando entre elas um maior número de relatos de adoecimento, juntamente com os que atuam há mais tempo na docência e sem boa conexão à internet. Docentes mais velhos e com maior número de moradores no domicílio revelaram maior dificuldade no momento da mudança do trabalho presencial para o remoto.

Diante das informações expostas, para Araujo *et al.* (2021), a rotina de trabalho remoto emergencial requer políticas de prevenção de agravos e de proteção à saúde do trabalhador docente. No que tange ao referencial teórico utilizado para embasar as discussões, observou-se que vários autores foram citados, com destaque para Sokal, Trudel e Babb (2021).

Atenção à saúde e qualidade de vida de professores em ensino remoto: relato de experiência foi um estudo desenvolvido por Fernandes *et al.* (2021), cujo escopo foi relatar a experiência do projeto extensionista de Atenção à Saúde do Professor em Ensino Remoto, realizado pelo QualiMack – Programa de Qualidade de Vida e Saúde no Trabalho, do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Presbiteriana Mackenzie, no que se refere à transição repentina para o ensino remoto durante a pandemia da covid-19 e à saúde docente.

O estudo foi realizado no primeiro semestre letivo de 2021, e contou com a participação de 176 docentes do Ensino Superior pertencentes à respectiva instituição e 113 docentes pertencentes à comunidade externa. Três áreas de atuação foram exploradas: (i) grupos de orientação (palestras educativas e rodas de conversa); (ii) atividades de relaxamento com fisioterapia; (iii) criação e divulgação de peças de reforço das orientações disponibilizadas em aplicativos de mensagens e nas redes sociais. Foram realizados 20 encontros remotos, oito deles grupos de orientação, os quais tinham como intuito discutir e trocar experiências sobre as mudanças de comportamento e impactos sobre o bem-estar e saúde durante a pandemia, e 12 deles corresponderam às atividades de relaxamento, como a criação e a divulgação de peças autoinstrucionais de reforço, visando à realização de exercícios de alongamento, de fortalecimento, de relaxamento muscular voltados para alívio das tensões do dia a dia, bem como a orientações ergonômicas sobre adaptações para o teletrabalho.

Fernandes *et al.* (2021) utilizaram-se de estratégias baseadas na Educação em Saúde (ES) como meio de estimular hábitos saudáveis, o que, segundo os autores, oportunizou aos participantes compreender e desenvolver estratégias para lidar com as cobranças, com as incertezas, com os medos e com as expectativas do momento, assim como a possibilidade de diálogo com os pares favoreceu à percepção de significados comuns entre os docentes, contribuindo para a construção de conhecimento e para a adoção de hábitos que favorecem o bem-estar. Em vista disso, os autores sugerem aos profissionais de saúde e às instituições de ensino a inserção

de medidas de educação em saúde para docentes, buscando a promoção de saúde, o bem-estar, a prevenção e o controle do adoecimento.

Por fim, apresentamos o artigo de Silus, Fonseca e Jesus (2020), denominado *Desafios do Ensino Superior brasileiro em tempos de pandemia da Covid-19: repensando a prática docente*. A proposta foi apresentar e refletir sobre a prática docente na educação superior brasileira presencial e sobre os desafios didático-pedagógicos e socioemocionais advindos com o Ensino Remoto Emergencial (ERE). A pesquisa foi composta por uma amostra de 442 docentes do Ensino Superior brasileiro, de diferentes áreas de conhecimento e que estavam realizando o ERE no mês de julho de 2020.

Trata-se de um estudo descritivo, bibliográfico, documental e exploratório, ancorado nas teorias clássicas e contemporâneas da educação. Como instrumento de pesquisa, foi utilizado um questionário estruturado com perguntas fechadas e uma questão aberta, utilizando-se a ferramenta do *Google Forms*. A abordagem para análise dos dados coletados foi a quali-quantitativa. Quanto aos resultados, os autores observaram que a rotina se intensificou, causando um nível de estresse elevado entre os sujeitos da pesquisa. Dentre as três principais razões apontadas por eles, encontram-se o aumento de carga de trabalho com o ensino remoto (50,4%), o distanciamento social (37%) e a falta de participação/engajamento dos estudantes (20,8%). Com relação às questões pedagógicas ligadas ao uso das tecnologias, 64,4% dos docentes disseram estar preparados para lidar com o uso das tecnologias em suas aulas e 30,9% relataram estar pouco preparados. Ademais, 55,7% afirmaram receber formação continuada pela IES, 27% responderam que às vezes ou raramente recebem esse tipo de apoio e 17,3% nunca receberam qualquer ajuda nesse sentido.

Os pesquisadores também mencionaram que, devido à pandemia, foram desencadeados e intensificados sintomas de estresse e de ansiedade entre as pessoas, tais como: o sofrimento gerado pela preocupação com o adoecimento de familiares e amigos; o luto pela morte de pessoas próximas; a percepção de ameaça quanto ao possível contágio da covid-19, ou mesmo de qualquer outro tipo de doença que demandasse a necessidade de internamento hospitalar ou algo similar; a junção de funções profissionais e domésticas; a impossibilidade da realização de atividades de socialização e outros, que, associados, contribuem para o adoecimento psíquico dos sujeitos.

No tocante às possibilidades de melhora no ensino remoto, verificou-se que esses não se referem a questões pedagógicas, mas à infraestrutura e à acessibilidade necessária, como o acesso ampliado da internet para os estudantes, a maior interação das IESs com os estudantes e a melhoria dos dispositivos oferecidos pela IESs aos docentes e estudantes. Dentre os desafios observados, estão a escassez da formação continuada para os docentes, sendo que 44,3% afirmaram que são raras as formações ou que não há nenhuma formação.

Em última análise, os autores destacam que, com a pressão provocada pelas IESs para atendimento no ERE, os docentes estão buscando diferentes maneiras de interagir com os estudantes, incluindo demandas de cunho emocional, haja vista o estresse causado pelo acúmulo de atividades, a resistência ao ensino síncrono e assíncrono e as mudanças para a modalidade de trabalho em *home office*. Além disso, Silus, Fonseca e Jesus (2020) salientam que essa reflexão, deve perpassar as movimentações das IESs para formação docente nas ferramentas tecnológicas e metodológicas de ensino, abarcando também a emergente discussão sobre os aspectos socioemocionais desses profissionais, considerando os desafios inerentes a atividade de ensinar.

Descrevemos nesta seção os 14 estudos selecionados no estado do conhecimento. Das pesquisas, é possível identificarmos quatro temáticas centrais de análise: (i) dificuldade de adaptação às ferramentas tecnológicas; (ii) intensificação das atividades e da jornada de trabalho; (iii) vulnerabilidade nas relações de ensino; (iv) crescente processo de individualização e distanciamento nas interações sociais.

Observamos, ainda, que tais estudos aproximam-se em alguns aspectos da nossa pesquisa, pois discorrem sobre importantes questões referentes às vivências do ensino remoto na educação e no trabalho de docentes universitários, bem como sobre a saúde mental desses profissionais. Apesar disso, há muito ainda a se debater e investigar a respeito de tais temáticas, especialmente considerando a incipiência do assunto.

Além disso, pontuamos que, durante o levantamento e a leitura dos resumos e das informações tabuladas, percebemos a dificuldade em encontrar produções do tipo dissertações e teses voltadas ao tema desta pesquisa, bem como de artigos que apresentem a Psicologia Histórico-Cultural como referencial teórico. Não identificamos pesquisas de doutorado e nenhuma investigação na BDTD. No entanto, compreendemos que tal fato pode ser motivado pela recente implantação do ensino

remoto nos cenários educacionais. Assim, podemos afirmar que não foi possível localizar nenhuma pesquisa que versasse sobre o objeto proposto em nossa investigação.

Destarte, é válido ressaltar que, ao identificar possíveis lacunas do conhecimento, pode-se desenvolver novas pesquisas e contribuir para a compreensão do fenômeno estudado. Diante disso, é importante refletirmos criticamente sobre o contexto educacional brasileiro e sobre o trabalho dos docentes universitários na contemporaneidade, visto que esses vêm se deparando com muitos obstáculos, os quais têm se intensificado com o advento da pandemia da covid-19 e, de acordo com a literatura, isso corrobora para um maior sofrimento psíquico desses profissionais.

A análise dos estudos que compõem o estado do conhecimento desta pesquisa revelou que a utilização da metodologia quantitativa, desvinculada de uma análise qualitativa aprofundada, representa uma limitação significativa quando se trata de pesquisas realizadas na área das Ciências Sociais e com temáticas que envolvem a saúde mental dos sujeitos, em especial no campo da Educação, pois a complexidade existente em tais fenômenos pede um tratamento qualitativo dos dados. Além disso, percebemos que muitos deles não apresentam e/ou esclarecem com a devida importância a base teórica que utilizaram para a análise dos dados, bem como não estabelecem de forma clara a relação desses com a teoria.

Entendemos que tais estudos contribuem para a compreensão dos fatos sociais, contudo, é imperativo ressaltar que pesquisas com método qualitativo ou misto (quali-quantitativo) tendem a possibilitar análises mais completas acerca do fenômeno estudado, a exemplo, os impactos na saúde mental docente decorrentes do ensino remoto e da intensificação do uso de tecnologias no contexto do Ensino Superior. Ademais, pesquisas fundamentadas em uma perspectiva teórica consistente tendem a ser mais confiáveis e embasadas cientificamente.

Para Gil (2008),

A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc. Por outro lado, como a dialética privilegia as mudanças qualitativas, opõe-se naturalmente a qualquer modo de pensar em que a ordem quantitativa se torne norma. (GIL, 2008, p. 15).

Desse modo, uma teoria de base aumenta as chances de se identificar aspectos intrínsecos aos dados, os quais tendem a envolver informações complexas,

[...] um grupo de suposições sobre o efeito dos fatores sociais no comportamento e um sistema de proposições sobre a atuação de cada grupo. Assim, as teorias constituem elemento fundamental para o estabelecimento de generalizações empíricas e sistemas de relações entre proposições. (GIL, 2008, p. 179).

De forma geral, os estudos analisados nesta seção apresentam leituras que abarcam, em diferentes medidas, fatores relacionados às condições materiais, intelectuais e emocionais do ensino remoto e do adoecimento docente, tanto no que se refere aos sujeitos em particular quanto às IESs. Contudo, à luz da Psicologia Histórico-Cultural, a integração de tais condições caracteriza-se como fundamental para a real compreensão dos diferentes aspectos e determinantes do sofrimento psíquico nesses contextos.

Na próxima seção, abordamos a identificação do docente universitário com seu fazer profissional, aliada à prática social e às novas configurações de trabalho advindas com o ensino remoto e com a intensificação do uso de tecnologias digitais na educação. Também examinamos as repercussões de tal realidade sobre a saúde mental dos professores, abordando-se estratégias de enfrentamento ao sofrimento/adoecimento psíquico.

4 SAÚDE MENTAL DOCENTE NA CONTEMPORANEIDADE: A PRECARIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE TRABALHO E SUAS REPERCUSSÕES

De fato, a precarização do trabalho, o adoecimento e sofrimento dos professores no contexto atual, resulta das contradições engendradas na relação capital versus trabalho de modo geral, mas também nas singularidades que se processam em cada momento histórico do fazer da profissão na relação com a sociedade, Estado e educação. (FERNANDES, 2017 p. 10)

Ao longo desta seção, discutimos sobre o processo de adoecimento, com vistas à compreensão das inter-relações entre a singularidade do sujeito e o seu trabalho, considerando as relações de ensino, o ensino remoto e a saúde mental de professores universitários.

Iniciamos pela análise de aspectos referentes à construção da identidade docente, abordando temas como: desqualificação da profissão; insatisfação no trabalho; individualização e distanciamento interpessoal; escassez de formações para o ensino remoto; preocupação com a qualidade dos processos de ensino e de aprendizagem.

Na sequência, discorreremos sobre as configurações de trabalho e a saúde mental docente na atualidade, dentre as quais se destacam: aumento da jornada de trabalho; dificuldade de adaptação às ferramentas tecnológicas; falta de infraestrutura; excesso de atividades em função das demandas advindas de aplicativos sociais; redução de tempo de lazer, especialmente entre as mulheres; elevado nível de estresse e sofrimento psíquico; e outros fatores decorrentes da dinâmica de funcionamento da sociedade contemporânea.

Por fim, debatemos as estratégias de enfrentamento ao sofrimento e ao adoecimento psíquico de professores universitários.

4.1 A IDENTIDADE DOCENTE NO TRABALHO E NAS RELAÇÕES DE ENSINO

O processo de trabalho envolve, dialeticamente, o objeto, o trabalhador e as condições de trabalho. Ao passo que desenvolve uma atividade profissional, o sujeito transforma não somente o seu objeto de trabalho em algo novo ou diferente, mas também a si próprio. O homem modifica a sua identidade, torna-se aquilo que faz e,

por conseguinte, humaniza-se à medida que vivencia a sua práxis. Nesse sentido, as interações entre professores e alunos constituem o fundamento das relações de ensino, embora elas sejam, antes de qualquer coisa, relações de trabalho entre esse profissional e "seu objeto de trabalho" (TARDIF; LESSARD, 2008).

Sob esse ponto de vista, vivenciamos uma sociedade em constante transformação digital, em que novos modelos envolvendo diversos dispositivos tecnológicos têm sido utilizados sem que se domine completamente seus recursos e que se tenha uma compreensão clara sobre tal fenômeno. "Trata-se tipicamente de uma situação em que a realidade ocorre em uma velocidade maior do que o seu entendimento [...]" (CARVALHO *et al.*, 2021, p. 2).

Essa realidade caracteriza-se pela valorização da produção, da gestão e do armazenamento do conhecimento e da informação. Com isso, os profissionais se veem impelidos a se adequar a um novo modelo de interação, o qual envolve relações remotas e exige contínuo aperfeiçoamento no que se refere à manipulação e ao uso das tecnologias. Tal modelo apresenta mudanças profundas nos processos de trabalho e impõe configurações específicas sobre a subjetividade humana, o que se reflete também no trabalho do professor. Urt (2012) argumenta que

O significado do trabalho do professor é formado pelo seu objetivo de ensinar, tendo como finalidade a apropriação do conhecimento pelo aluno, consciente das condições reais e objetivas do processo ensino-aprendizagem. Pensando no sentido subjetivo do trabalho docente, é preciso estar atento ao que motiva e ao que incita o trabalho do professor, ou seja, qual é o sentido pessoal da atividade para o professor. A unidade básica do trabalho docente seria o sentido que tem para o professor as ações que ele realiza em seu trabalho. (URT, 2012, p. 32).

Pensando nisso, sistemas simbólicos e emoções manifestam de modos diferentes a subjetividade que se produz a partir do encontro de singularidades, tanto referente aos sujeitos individualmente quanto às instâncias sociais, com contextos multidimensionais. Essas circunstâncias atuam como produtoras de sentido, por meio da história subjetiva de seus protagonistas e dos processos de subjetivação dos espaços sociais em que se constitui a ação social, incluindo as instituições e as formas de integração macrossocial do ser humano (GONZÁLEZ REY, 2016).

A consciência humana se realiza associada às relações de produção, por meio da atividade do sujeito, e representa as condições concretas de sua vida, delimitadas

pelas influências advindas das relações sociais e do desenvolvimento social e histórico da humanidade. Assim, o sujeito assume posições específicas, nos vários espaços sociais que vivencia, e, por meio das relações, expressa suas necessidades. Quando, porém, por diferentes motivações, ele recusa suas possibilidades de pensar e de intervir sobre a realidade, acaba por negar também a si próprio, visto que todo ser humano está vinculado aos processos sociais à medida que sua singularidade reflete as necessidades do sistema.

Por esse viés, podemos entender que as transformações ocorridas no mundo do trabalho, especialmente nos últimos anos, impactam a consciência dos professores a partir da tentativa de efetivação de suas atividades de trabalho, haja vista que o incentivo ao produtivismo e à competitividade, associados à necessidade constante de flexibilização e de disponibilidade, independente de tempo e espaço, contribuem para o sofrimento e para o adoecimento desses profissionais no exercício de suas profissões. Além disso, há uma crescente dificuldade de reconhecimento de si como professor, considerando o modo como tal profissão tem sido vista e valorizada atualmente, e da sua identificação como categoria e coletividade.

O docente, que até pouco tempo era visto como um profissional essencial à sociedade, agora se vê impelido a lutar pela valorização de seu trabalho, pressionado a se ajustar a um modelo laboral que se aproxima ao da indústria. Tal realidade remete ao esvaziamento da educação e ao distanciamento do saber voltado à emancipação humana e à coletividade. No Ensino Superior, como em qualquer outro nível de ensino, esse movimento gera resultados prejudiciais para o professor, que percebe sua práxis cada vez mais distante do compromisso social assumido por ele ao escolher a sua profissão.

No tocante a isso, Vigotski (2003) atribui à educação um lugar fundamental no processo de constituição da personalidade humana como síntese de multideterminações, e aponta que cabe ao professor o papel de organizador e regulador do meio social educativo, a fim de possibilitar condições para que o aluno possa, a partir de suas experiências, se desenvolver. Isso não significa, contudo, que o objetivo final da educação seja a adaptação do sujeito ao ambiente já existente, mas consiste na construção de um ser humano que consiga refletir a ponto de enxergar além do seu próprio meio, isto é, de desenvolver uma personalidade consciente socialmente.

A esse propósito, na universidade, o professor, na condição de mediador do processo educativo, tem o papel de estimular o estudante à formação de conceitos científicos e proporcionar-lhe o contato com conhecimentos próprios da área acadêmica escolhida. Trata-se de desafiar e disponibilizar recursos para que valores profissionais e humanos surjam, visando à construção conjunta de condições concretas que possibilitem a esse sujeito adentrar à sociedade e ao mercado de trabalho com dignidade.

Nas universidades públicas, os docentes desenvolvem atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, além de funções de cunho administrativo. Cada uma dessas atribuições contém em si um conjunto de tarefas que exige constante preparação, atualização, de modo que há uma pressão contínua sobre esse profissional decorrente, dentre outras coisas, dos processos de qualificação e produção científica, do desenvolvimento de carreira, do relacionamento com discentes e da sobrecarga de trabalho, sem, muitas vezes, o devido reconhecimento. Tais circunstâncias resultam, frequentemente, em um significativo impacto sobre a estrutura psíquica desses trabalhadores.

A trajetória profissional do professor do Ensino Superior também é algo que requer esforço constante, pois a continuidade dos estudos, por intermédio de cursos de aprimoramento, de especializações, de programas de pós-graduação *stricto sensu* em nível de mestrado e doutorado, além de, em alguns casos, de pós-doutorado, é essencial para que construa a sua identidade como profissional e se mantenha apto ao mercado de trabalho. O percurso de capacitação docente é extenso e, por isso, exige do trabalhador boa autoestima, motivação e disponibilidades para conciliar as mudanças sociais com sua vida pessoal e profissional.

Soma-se a isso o fato de que as características referentes à saúde mental se relacionam, de modo direto, ao período em que a pessoa se encontra, visto que a vida pessoal e a vida laboral não podem ser separadas por completo. Assim, determinadas experiências, associadas ao estágio em que se encontra na carreira, impactam o sujeito de formas distintas, a depender de aspectos relacionados à sua vida pessoal. Um exemplo disso são as diferentes percepções e visões de mundo e de saúde de professores que estão em início e ou fim de suas carreiras. Tal fato se deve, entre outras coisas, à diferença de idade, a qual afeta diretamente a saúde física e, conseqüentemente, a saúde mental, uma vez que ambas estão em constante relação.

Nesse sentido, de acordo com Sikes (1985 *apud* BOTH *et al.*, 2014), em um estudo sobre a história de vida profissional e pessoal de professores, o qual buscou relacionar a idade cronológica dos docentes ao fatos pessoais e profissionais importantes a fim de delimitar cinco etapas dos ciclos vitais dessa categoria, verificou que alguns fatores se destacam em cada faixa etária: de 21 a 28 anos de idade tem-se a exploração da vida adulta, o início da busca por uma estabilidade, preocupações com a indisciplina, devido à ausência de autoridade, e o domínio do conteúdo; de 28 a 33 anos, ocorre a transição entre o surgimento da estabilidade no posto de trabalho, para alguns professores, e a procura de novo emprego para outros, destacando-se uma maior preocupação com o ensino em detrimento do domínio do conteúdo; de 30 a 40 anos, os professores tendem a apresentar uma maior capacidade física e intelectual, indicando um aumento da ambição, da energia e da autoconfiança. Nesse momento, o docente tende a ser mais competente com o seu trabalho e a buscar melhorias na carreira, entretanto, no caso das mulheres, pode acontecer em paralelo uma tensão ligada à maternidade; de 40 a 50-55 anos de idade, geralmente, os professores têm muitas responsabilidades na instituição educativa, e com isso apresentam posturas maduras. No entanto, tal informação não pode ser relativizada, visto que alguns docentes não se adaptam às mudanças metodológicas e administrativas de ensino, podendo tornar-se duros, críticos e cínicos diante do processo educativo; de 50 a 55 anos, por sua vez, esses profissionais, normalmente, estão em período de aposentadoria ou se preparando para isso, apresentam uma tendência a relaxar mais no que diz respeito à disciplina e à cobrança das atividades com os estudantes.

Chamamos a atenção, contudo, ao fato de que, no período atual, após a reforma previdenciária que impactou as leis e os direitos trabalhistas, com o estabelecimento da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019¹², muitos docentes e demais trabalhadores da educação sofreram com mudanças estruturais em suas carreiras, o que significou um prolongamento no período de efetivo exercício e, por consequência, um tempo maior para a aposentadoria. Além disso, muitos profissionais enfrentam reduções salariais, por causa da aposentadoria,

¹² Essa Emenda Constitucional alterou o sistema de previdência social e estabeleceu regras de transição e disposições transitórias (BRASIL, 2019b).

o que demanda mudanças significativas em seus modos de vida, evidenciando o efeito direto das políticas públicas na saúde do trabalhador.

De acordo com Machado (2021), o docente, ao longo de sua carreira, é exposto a diversos fatores psicossociais, que, acumulados, agem como estressores em potencial para sua saúde psíquica, tais como: a realização de atividades curriculares que envolvam o trato direto com pessoas e com seus problemas particulares; a participação no projeto político-pedagógico e em reuniões de conselho e colegiado; a organização de projetos interdisciplinares; o acompanhamento do aprendizado dos estudantes; e o gerenciamento de sua integração com colegas e com a comunidade universitária em geral. Existem, ainda, outras tarefas relacionadas à ação docente e que, adicionadas à desvalorização e à desqualificação dessa classe profissional, podem gerar sofrimento e até mesmo o adoecimento desses sujeitos.

Essa lógica relacional se opõe à ideia de ciência como uma construção coletiva, pautada na cooperação entre as pessoas, e origina uma atmosfera de competição que prejudica a relação do docente com seu trabalho e com os discentes, os quais são diretamente afetados pelo modo de se sentir e de atuar do professor, por vezes, sobrecarregado e insatisfeito. O ato de ensinar pode se tornar custoso ao profissional e remeter ao sacrifício e à abdicção da realização de atividades voltadas para o seu lazer e desenvolvimento cultural. Outrossim, pode ocasionar sentimentos de ansiedade, desânimo e frustração, afetando os cuidados consigo mesmo e, por consequência, com a qualidade do processo de ensino, ao passo que o ambiente acadêmico tende a se tornar cada vez menos amistoso e solidário às demandas de inclusão social.

Corroborando com tal percepção, professores do Ensino Superior relatam que, nos últimos anos, a universidade brasileira tem sofrido com a crescente perda de autonomia e de qualidade, uma consequência direta do aumento da participação privada nessa etapa educativa, da subordinação à gestão, da introdução de novos valores e critérios de produtividade acadêmica, da intensificação do trabalho e da redução extrema e sucessiva de verbas governamentais para manutenção das instituições públicas e das pesquisas. Em função dessas condições, os docentes acabam trabalhando com atividades que podem ser contabilizadas, visando à produtividade, ao funcionamento dos cursos e à viabilidade de execução de seus projetos acadêmicos. Contudo, embora se perceba um grande esforço com relação ao exercício profissional, também são observados posicionamentos que evidenciam

frustrações, em função dos recorrentes e intermináveis obstáculos para efetivação do trabalho e da percepção da perda de espaço nos processos decisórios acerca do futuro da universidade (BORGES, 2019).

Não obstante a esses aspectos, a desqualificação da atividade realizada e a desvalorização social da profissão também afetam os professores e podem ser percebidas, entre outras circunstâncias, por meio das perdas salariais, prática cada vez mais frequente de contratos temporários e falta de concursos públicos. Essas ações têm como foco a multifuncionalidade dos trabalhadores e a intensificação das atividades laborais, expressas pela propensão imposta pela transformação digital e novos modelos de negócio. Assim, consolida-se uma submissão à gestão, baseada na pressão psicológica direcionada ao aumento da produtividade e da desqualificação do ensino. Tal movimentação leva à falta de empregos, desencadeia o desmonte da legislação trabalhista e a desestrutura a categoria, impactando tanto as relações de trabalho quanto os espaços da vida privada dos professores.

Diante de tais condições, o trabalho passa a se caracterizar como uma atividade geradora de sofrimento psíquico, dadas as relações estabelecidas pelos homens em função dele. Nesse cenário, quando adoecido, no e pelo trabalho, o docente deixa de se importar com coisas que antes o interessavam e encontra dificuldade para regular seu comportamento, haja vista que a sua subjetividade e a sua identidade são construídas na execução das atividades de trabalho, além de produzir representações da realidade e de si, sob o engendramento de inter e intra-relações, em conformidade com os significados e sentidos sociais e individuais. Nas palavras de Leão (2020),

Para o entendimento das funções psicológicas no trabalho, devemos considerar que [...]. Os estados emocionais sinalizam o interesse do sujeito por um objeto nas diversas relações. [...] É como emoção que o sentido pessoal da atividade demonstra os interesses do sujeito pelo objeto e o relaciona com a possibilidade de êxito da atividade condicionada pelas relações sociais. (LEÃO, 2020, p. 384-385).

O professor, como um trabalhador intelectual, tem como principal ferramenta suas capacidades cognitivas e emocionais, as quais são fundamentais para que possa desenvolver sua atividade de ensinar e estabelecer com os estudantes um relacionamento interpessoal satisfatório, que contribuirá com a qualidade tanto processo educativo quanto da saúde mental de ambos. Nesse sentido, a relação de

afetividade é primordial, uma vez que, por meio dela, o estudante poderá se sentir estimulado a construir conhecimento.

Todavia, as circunstâncias da vida moderna, por meio do incentivo à inovação e ao efêmero, têm contribuído demasiadamente para a exacerbação do individualismo, para o estímulo à competitividade e para a falta de solidariedade, além de favorecer tentativas psicológicas de adequação à coletividade, por meio do enquadre aos padrões de consumo ditados pelo mercado econômico. Nesses casos, os sujeitos tendem a desenvolver uma falsa sensação de integração e segurança, afastando-se cada vez mais de sua singularidade e de uma consciência de classe que propicie a emancipação humana. De acordo com a PNPS,

[...] a promoção da saúde deve considerar a autonomia e a singularidade dos sujeitos, das coletividades e dos territórios, pois as formas como eles elegem seus modos de viver, como organizam suas escolhas e como criam possibilidades de satisfazer suas necessidades dependem não apenas da vontade ou da liberdade individual e comunitária, mas estão condicionadas e determinadas pelos contextos social, econômico, político e cultural em que eles vivem. (BRASIL, 2018, p. 8).

Sob esse ponto de vista, percebe-se, cada vez mais, um rompimento dos laços sociais e um maior isolamento dos indivíduos, pois a lógica individualista é acompanhada da ideia de que o sucesso ou o fracasso depende, exclusivamente, do sujeito e desconsidera as determinações provenientes do modelo de produção social em vigor. Associada a isso há a propagação da visão de que as soluções para os problemas advêm de escolhas individuais, distanciando, ainda mais, os professores e os demais membros da sociedade da percepção e do reconhecimento de que pertencerem à uma classe. Isso dificulta a visão com relação aos determinantes sociais envolvidos na constituição de suas subjetividades e identidades profissionais e, por consequência, enfraquece significativamente a sua luta. Harvey (2008) pontua que,

Nesse contexto que o individualismo possessivo e o empreendedimentismo, a inovação e a especulação criativos podem florescer, embora isso também implique uma proliferação fragmentação de tarefas e responsabilidades, bem como uma transformação necessária das relações sociais que chega a ponto de forçar os produtores a ver os outros em termos puramente instrumentais. (HARVEY, 2008, p. 100).

Desse modo, a literatura que versa sobre esse tema e as experiências vivenciadas nos levam ao entendimento de que o individualismo é produto do sofrimento psíquico e de uma lógica de trabalho que, aos poucos, encerra no sujeito sua motivação para agir. Assim, o docente, diante das violências a que está submetido frequentemente no exercício de sua profissão, tanto pelos poderes de gestão quanto pelo ambiente de trabalho, se vê impelido a encontrar meios para enfrentar a sua prática e a minimizar os prejuízos à sua saúde física e mental. Todavia, ao não conseguir fazer isso em conjunto com outros sujeitos, opta por fazê-lo sozinho, desencadeando quadros de adoecimento.

Concomitante a isso, Bianchetti e Valle (2014) indicam que as tecnologias digitais, apesar de contribuírem em alguma medida para encurtar as distâncias, abreviar os tempos, facilitar o acesso à base de dados e fornecer *softwares* sofisticados para tratamento de dados de pesquisa, criam margem para a invasão do espaço-tempo dos professores, interferindo na sua qualidade de vida e de trabalho, pois passam a ser solicitados “em qualquer hora e lugar”. O estudo realizado por esses pesquisadores foi anterior ao fenômeno da pandemia, e já demonstrava o impacto das TICs na vida docente, algo que foi agravado com o cenário pandêmico. Além disso, na visão dos autores, o professor está perdendo seu papel de transmitir e configurar conhecimento, não só porque as ferramentas tecnológicas conferem ao educando à de informações, mas principalmente no sentido de prover a possibilidade de que ele consiga se orientar como um ser social.

Temos observado, de fato, nos últimos anos, um movimento ascendente de mercantilização da educação no Ensino Superior, situação na qual o discente é considerado um cliente e ao professor cabe a posição de ser o responsável por suprir as suas necessidades e as da sua família, algo que se dá de modo mais intenso na Educação Básica e no ensino privado. Esse novo modo de enxergar o processo de ensino afeta as relações pedagógicas e influencia de modo negativo a reputação do docente. Nesse sentido, há uma desvalorização não só do docente, mas também das instituições de ensino, tal como a universidade, que refletem e reproduzem a sociedade em que estão inseridas.

Esper *et al.* (2020) destacam que o sentido social da docência no Ensino Superior consiste na atuação no campo da ciência, com o objetivo de produzir conhecimento e transformar a realidade. Tal perspectiva permite que o professor seja

criativo e, assim, conquiste, no exercício da profissão, possibilidades de construção de sentido de vida e bem-estar. A formação que o docente disponibiliza aos estudantes ultrapassa a ideia de prepará-los para atuar em suas áreas profissionais, promovendo o desenvolvimento psíquico e mobilizando a capacidade de reflexão.

Ao olhar a profissão docente e seu significado, é possível atribuir ao professor uma atuação refletida e consciente, contudo, as autoras alertam:

O sentido pessoal da atividade do homem não corresponde, em sua totalidade, com o significado social de tal atividade, porque o homem não trabalha para satisfazer suas necessidades, mas sim as do capital. Mesmo aquele sujeito classificado como individualista, está lutando para corresponder aos interesses, às metas, aos propósitos e aos projetos que lhe são impostos. Isso nos leva a refletir sobre a predominância do quantitativo sobre o qualitativo e o produtivismo acadêmico. (ESPER *et al.*, 2020, p. 204).

Nos casos em que o professor identifica, nas suas relações de trabalho, limitações para o desenvolvimento de práticas que considera essenciais e inerentes ao seu papel, esse tende a se sentir frustrado e com pouca vontade de continuar atuando. Além disso, ao não encontrar modos de reverter ou modificar tal realidade, passa a enxergar sua profissão como um peso, havendo uma separação entre aspectos relacionados ao sentido e ao significado de sua atividade, descaracterizando sua ação de educar.

Nessas condições, a vida do homem não se divide apenas entre o seu próprio conteúdo e o conteúdo alienado, pois o ser humano, em sua totalidade, estabelece uma luta interior que representa a resistência do sujeito à própria relação que o submete. Nesse movimento, o professor pode não ter clareza com relação ao fato de que o sentido e as significações estão estranhos umas às outras. Contudo, isso se revela a ele "[...] sob a forma de processo de [...] contradições da consciência, ou [...] problemas de consciência. São eles os processos de tomada de consciência do sentido da realidade, os processos de estabelecimento do sentido pessoal nas significações." (LEONTIEV, 2004, p. 136).

A reflexão e a tomada de consciência sobre as suas ações possibilitam ao docente criar, expandir e modificar sentidos pessoais, o que pode o auxiliar na reelaboração e na imaginação de meios e instrumentos diferenciados, bem como no planejamento e no desenvolvimento de afetos e emoções que o guiem e transformem a sua personalidade. Esse fato tem o potencial de oportunizar a ele uma perspectiva

renovada quanto ao modo de ver o mundo e de perceber o futuro, relacionada diretamente à ressignificação do valor que atribui a si próprio e ao que faz.

Está implícita ao planejamento da atividade de trabalho docente a avaliação sobre o quanto ela condiz com as necessidades que percebe com relação à sua prática e aos objetivos que deseja alcançar a partir dela. Devido a isso, os meios, os instrumentos e as operações têm que ser suficientes e coerentes com a atividade que desenvolve, pois ela funciona como um sistema no qual, mediante à alteração de qualquer uma das unidades, há um comprometimento de sua coerência que pode acarretar a ruptura de sentido e de valor de todo o resto. Como exemplo, podemos citar o tempo necessário para a avaliação, para a análise do modo como foram executadas as ações de ensino e para a comparação dessas com a aprendizagem (MARINO FILHO, 2020).

De acordo com Marino Filho (2020), esses são fatores fundamentais para que o professor possa rever os seus métodos e, se necessário, alterar sua prática com vistas a uma melhor aprendizagem dos alunos. Entretanto, impelido pela exigência do produtivismo, ele quase não tem tempo para o estudo e tampouco consegue tê-lo para experimentar e escolher os conceitos, meios e instrumentos que pretende utilizar. Outrossim, o docente pode experimentar conflitos de valores, mesmo nos casos em que o resultado do seu trabalho corresponda às expectativas sociais, por ser algo que ele não gostaria de fazer, algo imposto por uma força externa e que se opõe aos seus princípios éticos.

Assim, quando esse profissional alcança o seu objetivo na atividade, consegue ver a si próprio naquilo que realiza e, com isso, orientar-se de forma coerente, a partir de objetos que satisfazem suas necessidades e que envolvem sentidos afetivos, emocionais e cognitivos positivos para sua existência. Entretanto, nos casos em que isso não ocorre, o professor tende a agir apenas no campo da reprodução, sem refletir criticamente sobre a atividade, o que impossibilita ações que colaborem para a sua transformação.

Nesse contexto, Marino Filho (2020) explica que

Ser sujeito significa estar sujeitado a determinadas ordenações socioculturais e, ao mesmo tempo, sujeitar a si como pessoa que orienta, executa e controla suas ações. Toda manifestação da personalidade atende a essas duas condições da existência do sujeito como ser cultural. Uma condição é a de suportar as demandas, ordenações, controle e dominação, entre outras coisas, da sua cultura;

a outra responde à *necessidade de criar* alternativas psicológicas mediadas pela construção de sentidos para a sua situação. Assim, a saúde, o sofrimento e o adoecimento psicológico estão diretamente ligados a essas condições, suas interações e transformação mútua. (MARINO FILHO, 2020, p. 92-93, grifos do autor).

A atenção ao sofrimento psíquico, desse modo, não pode se pautar na responsabilização individual e em tratamentos focados na medicalização e unicamente em questões clínicas, descontextualizados da realidade de vida dos sujeitos. Pelo contrário, precisa ser, antes de tudo, um ato político, associado à compreensão teórica e prática do processo de adoecimento, visto que o ser humano, ao nascer, caracteriza-se pelas suas condições biológicas e no seu processo de desenvolvimento pelas condições sociais e culturais. Concordamos com Vygotsky (1930), ao afirmar que a segunda sobressai a primeira, ao passo que as influências biológicas representam uma parte reduzida quando comparadas às complexas leis que norteiam o desenvolvimento social humano.

Para o autor russo, a vida de uma sociedade não se configura como um todo único e uniforme, uma vez que a própria sociedade se subdivide em diferentes classes. Do mesmo modo, não é possível afirmar que as personalidades humanas, em sua composição, representam algo homogêneo e uniforme, ainda que se fale de sujeitos que vivenciam o mesmo período histórico, pois o caráter de classe, a natureza de classe e distinções de classe são os reais responsáveis pela formação dos perfis humanos. Portanto, as diversas contradições internas, presentes em diferentes sistemas sociais, conseguem sua expressão pelo tipo de personalidade e pela estrutura da psicologia humana existentes naquela época.

Em suma,

[...] se no princípio o indivíduo foi transformado em uma fração, no executor de uma função fracionária, em uma extensão viva da máquina, então ao término, às próprias exigências da indústria requererão uma pessoa plenamente desenvolvida, flexível e que seja capaz de alterar as formas de trabalho, de organizar o processo de produção e de controlá-lo. (VYGOTSKY, 1930).

Nessa direção, de modo simultâneo ao avanço do capitalismo, há uma divisão progressiva do trabalho e um desenvolvimento distorcido do potencial humano, em que a fonte de degradação da personalidade corresponde à forma capitalista de organização da sociedade, a qual exerce uma influência unilateral e incapacitante,

que atrasa o desenvolvimento pessoal do ser humano. No tocante a isso, Laurell (1982) contempla que a compreensão do caráter social das doenças encontra-se representada pelo tipo e pela frequência em que acometem a coletividade. Esses fatos podem ser verificados pela observação das diferentes classes existentes na sociedade, haja vista que as condições de saúde se alteram de acordo com as transformações e as especificidades de cada período histórico. Assim, em alguns modelos de sociedade, como a capitalista, "[...] as concepções biológicas hegemônicas ocultam o caráter social do sofrimento psíquico, individualizando e culpabilizando o sujeito que adocece e torna-se incapaz de trabalhar e contribuir para a acumulação do capital." (SANTOS *et al.*, 2020, p. 225).

O professor, ao ser exposto a condições e relações de trabalho precárias na universidade, acaba não se reconhecendo em sua condição de docente e, com isso, aproxima-se de um processo de individualização, no qual passa a compreender o seu sofrimento como natural e não social. Diante disso, adota comportamentos de conformismo, indiferença e passividade em função da sua realidade, aspectos que o afetam profissional e pessoalmente.

Por esse viés, percebemos que as instituições de ensino estão pressionadas para executar um ensino aligeirado, funções burocráticas e produções que respondem muito mais às exigências do sistema do que às reais necessidades de professores e estudantes. O resultado são avaliações que priorizam o quantitativo em detrimento do qualitativo, os números ao invés do ser humano e do conteúdo de sua obra.

O docente, nessa conjuntura, não se vê mais como parte do processo de humanização do estudante, pois, perante tais condições de desenvolvimento das atividades pedagógicas, tem poucas oportunidades para se apropriar das elaborações mais desenvolvidas criadas pelo ser humano, ou seja, para se humanizar. Assim, ao atuar em uma instituição que tem como propósito maior a socialização dos conhecimentos, mas que não lhe possibilita que cumpra a sua função de ensinar, esse sujeito pode se sentir desgastado e adoecido. O adoecimento, muitas vezes, pode representar "[...] uma forma de resistência ao processo de sucumbir às péssimas condições de trabalho, pode ser uma forma de não compactuar com uma sociedade que desvaloriza o trabalhador e o conhecimento." (FACCI *et al.*, 2017, p. 130).

No contexto atual, embora a função docente na universidade contemple múltiplas funções - o planejamento de aulas, a observação da evolução dos estudantes no processo de aprendizagem, o desenvolvimento de projetos de extensão

e participação em grupos de estudo, orientações diversas, atividades administrativas e burocráticas -, são as retaliações sofridas pelas IESs e por sua categoria profissional que causam ao docente maior sofrimento psíquico. Nesse sentido, podemos inferir que, por meio do pouco investimento financeiro e dos cortes orçamentários, essas represálias agem de forma a precarizar a infraestrutura das universidades, as carreiras e as condições de trabalho dos professores, sobrecarregando-lhes.

Em um estudo realizado por Santos (2020) sobre o ensino *on-line* durante a pandemia da covid-19 em Portugal, o autor constatou que os principais desafios encontrados pelos docentes se referem a: questões comunicacionais, tais como monólogos digitais e exaustão psicológica; aspectos pedagógicos, como a falta de competências, avaliação e sobrecarga de trabalhos; a impossibilidade de aulas práticas; as incompatibilidades das novas exigências laborais com a vida pessoal; a gestão de conflitos; e elementos tecnológicos, como a carência de recursos e a tecnofobia. Nesse sentido, o pesquisador salienta a percepção dos docentes sobre a observação do empobrecimento da troca de experiências entre professor e aluno, a qual compromete a relação e prática pedagógica, haja vista que muitos profissionais relatam que o ensino a distância não substitui a educação escolar moderna, pois essa caracteriza-se como um processo de formação humana integral, que se desenvolve de forma plural e omnilateral.

O estudo supracitado ainda indica que os professores expressam o desejo de que a situação seja temporária e reconhecem que os processos de ensino-aprendizagem exigem a simultaneidade e não a sincronicidade, considerando que as aprendizagens fundamentais só são possíveis por meio da interação pessoal e da troca de experiências, isto é, da expressão e da partilha de sentimentos e emoções, algo que para eles é distorcido no ambiente virtual. Para muitos, o ensino em contexto de sala de aula corresponde a uma parte central da experiência de aprendizagem, pois, por meio dele, é possível compartilhar vivências, sentimentos e conhecimentos (SANTOS, 2020). Santos, Silva e Belmonte (2021) pontuam que

A ausência da interação e da relação interpessoal natural e física, face a face, bem como a ação de desativar câmera e áudio em videoconferências, consolida a lógica unidirecional do ensino e aumenta ainda mais a percepção dos professores de estarem falando sozinhos. (SANTOS; SILVA; BELMONTE, 2021, p. 247).

O distanciamento social, evocado pelo ensino remoto, limita a interação humana e a proximidade da vivência física, da potência, da confluência de sentimentos e da demonstração de afeto entre os sujeitos, aspectos que são inerentes ao ensino presencial e ao processo pedagógico de ensinar e aprender. Em muitos casos, observamos que, por vezes, foi/é necessário realizar a aula com as câmeras desligadas, a fim de melhorar a conexão de internet e/ou preservar a privacidade. Essa realidade demonstra as novas formas de relações sociais, indiferentes e desprovidas da relação dialógica, essencial para o processo de formação e desenvolvimento da consciência humana.

Ainda nesse sentido, não podemos deixar de considerar que a carga de trabalho aumentou significativamente com o ensino remoto, advinda dos treinamentos sobre novos recursos tecnológicos, das reuniões de equipe, de estratégias de avaliações, da produção e disponibilização de material didático, das respostas às mensagens de alunos e colegas em diversos grupos de *WhatsApp*, além das preocupações com a evasão de estudantes. Assim, os professores passaram a cumprir todas essas exigências e demandas, de modo urgente, como se elas estivessem partindo deles próprios, focados em um processo educacional que, aos poucos, foi reduzido à transmissão de conhecimentos e ao cumprimento de protocolos.

Nesse cenário, os docentes vivenciam o esvaziamento dos espaços de encontro, de trocas afetivas e de conhecimento que antes se davam não apenas nas salas de aula, mas também em outros ambientes de convivência, entre os professores e desses com os estudantes. Falcão, Messias e Andrade (2020) alertam para a precarização de

[...] atividades socialmente “nobres”, mas em processo de perda de referenciamento para alguns de seus trabalhadores. Tratar-se-ia, nesse caso, de processo de precarização da atividade de trabalho por meio do qual a caracterização de “precário” não mais estaria circunscrita a características inerentes à atividade, como o esvaziamento anteriormente aludido, mas a um processo complexo referente ao relacionamento dos trabalhadores com seus coletivos e gêneros profissionais. (FALCÃO; MESSIAS; ANDRADE, 2020, p. 84-85).

Para os autores, seria ingênuo pensar que uma atividade de trabalho se torna precária devido a questões intrínsecas, assim como o é atribuir e/ou acreditar que a

superação de tal precariedade pode se dar, unicamente, a partir de questões extrínsecas. Do mesmo modo, deve-se superar a ênfase na dinâmica endopsíquica dos indivíduos-trabalhadores, pois, segundo essa linha de raciocínio, bastaria que o sujeito tivesse à sua disposição opções de “empoderamento” para enfrentar os desafios e obstáculos e para reverter a precarização de sua atividade de trabalho, o que sabemos que é insuficiente.

4.2 AS NOVAS CONFIGURAÇÕES NO TRABALHO E A SAÚDE MENTAL DO DOCENTE UNIVERSITÁRIO

Durante os anos de 1980, países com sistema capitalista testemunharam grandes transformações no mundo do trabalho, as quais ocasionaram uma intensa crise para a classe dos trabalhadores, a qual compreende aqueles que vivem da sua força de trabalho. Tais alterações impactaram profundamente a subjetividade desse trabalhador e contribuíram para a atual configuração da sociedade, não só com relação à sua estrutura produtiva, como também à política.

O fordismo foi o meio pelo qual o processo de trabalho e a indústria se consolidaram, cujos elementos constitutivos eram fornecidos pela produção em massa, a partir da linha de montagem e de produtos mais homogêneos. Esses formatos de trabalho tinham como características centrais: o controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista¹³; a produção em série correspondente ao modelo fordista¹⁴; o trabalho parcelar; as funções fragmentadas; a separação entre a elaboração e a execução no processo de trabalho; a existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas; a constituição e consolidação do operário-massa, dentre outras dimensões (ANTUNES, 2006).

Nesse contexto, na década de 1980, ocorreram algumas mudanças advindas do grande salto tecnológico, da automação, da robótica e da microeletrônica, que

¹³ O taylorismo é um modelo de organização do processo produtivo criado por Frederick Taylor. Seu principal objetivo é aumentar a produtividade reduzindo o tempo (SOUSA, 2022).

¹⁴ O fordismo foi um modelo de produção industrial desenvolvido pelo empresário estadunidense Henry Ford, no início do século XX. Ele aperfeiçoou uma prática que já existia na Europa, desenvolvida por Frederick Taylor, e a adaptou para suas indústrias automobilísticas. Com os ajustes realizados, tais como a linha de montagem e a padronização dos produtos fabricados, a produtividade tornou-se intensa e o tempo de produção muito baixo, resultando em um modelo de sucesso no início de sua implementação (MATIAS, 2022).

passaram a inserir o universo fabril e a se desenvolver nas relações de trabalho e de produção do capital. Nas palavras de Antunes (2006), "[...] vive-se, no mundo da produção, um conjunto de experimentos, mais ou menos intensos, mais ou menos consolidados, mais ou menos presentes, mais ou menos tendenciais, mais ou menos embrionários." (ANTUNES, 2006, p. 23).

Depois da segunda guerra mundial, o taylorismo/fordismo cedeu espaço a um novo modelo econômico de produção, denominado toyotismo. Originado no Japão nos anos de 1950, trata-se de um modelo econômico de produção que exige dos trabalhadores multifuncionalidade, versatilidade e qualificação, diferente dos citados anteriormente que não exigiam dos profissionais escolarização ou uma qualificação técnica. Além disso, no toyotismo, os profissionais realizam movimentos repetitivos em suas ocupações, tendo que alcançar o ritmo das máquinas e, assim, não interromper a produção em grande escala. Tal característica tornou o trabalho humano exaustivo, pouco criativo e sistemático (CARVALHO, 2014).

Posteriormente, de acordo com Carvalho (2014), em decorrência do rompimento do modelo taylorista/fordista e toyotista, houve uma crise na economia mundial que inaugurou uma nova forma de reorganização do capital, baseada, principalmente, na globalização e na reforma do Estado sob os pressupostos neoliberais. A defesa era pela diminuição do Estado e seus investimentos nos setores públicos, assim como a ascensão progressiva dos processos de privatização. O século XX foi tomado por reestruturações nas esferas políticas, sociais e educativas decorrentes das transformações econômicas do século XIX, culminando na reestruturação produtiva do século XXI, no crescimento e no surgimento de demandas no contexto das instituições sociais, inclusive nas instituições de educação.

Diante disso, as recentes e significativas transformações no mundo do trabalho afetam diretamente o contexto da educação e evidenciam o desequilíbrio existente entre a valorização do trabalho desenvolvido pelo professor e a carga de responsabilidades atribuída a ele, acarretando uma sobrecarga emocional que afeta a sua saúde. Além disso, o excesso de trabalho, a partir de atividades mediadas pela tecnologia, se consolida com a intensificação das demandas, as quais extrapolam os espaços de trabalho e desencadeiam sentimentos de cansaço e de falta de tempo para a realização de atividades essenciais para a sobrevivência humana, como a convivência familiar e social.

Nesse processo, a percepção com relação ao tempo é afetada pelo acúmulo de tarefas e pelas horas excedentes despendidas nas atividades laborais. O que se vê é uma conexão com o trabalho praticamente em tempo integral, comprometendo, desse modo, a vida dos sujeitos e o tempo que têm para o lazer. Antunes e Alves (2004) alertam que

[...] são enormes as evidências do domínio *do capital na vida fora do trabalho, que colocam obstáculos ao desenvolvimento de uma subjetividade autêntica, ou seja, uma subjetividade capaz de aspirar a uma personalidade não mais particular nem meramente reduzida à sua "particularidade". A alienação/estranhamento e os novos fetichismos que permeiam o mundo do trabalho tendem a impedir a autodeterminação da personalidade e a multiplicidade de suas qualidades e atividades.* (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 349, grifos dos autores).

No sistema capitalista, os significados de tempo e de espaço estão em constante processo de mudança. As forças de poder dominante, tanto ideológicas quanto políticas, subordinam-se ao controle do contexto material da experiência social e pessoal. Devido a isso, os significados atribuídos ao tempo, ao espaço e ao dinheiro são fundamentais para a manutenção do poder político, tornando-se o domínio dos espaços e tempos essenciais para a busca do lucro. Harvey (2008) argumenta que

A progressiva monetização das relações na vida social transforma as qualidades do tempo e do espaço. A definição de um "tempo e um lugar para tudo" muda necessariamente, formando uma nova estrutura de promoção de novos tipos de relações sociais. (HARVEY, 2008, p. 208).

Em prol de uma "organização espacial eficiente", o capitalismo tem feito esforços constantes, visando à redução dos tempos de giro¹⁵, acelerando os processos sociais, ao mesmo tempo em que diminui horizontes temporais da tomada de decisões significativas. Há, contudo, algumas barreiras a essa tendência, tais como as habilidades de trabalho e, por isso, caracteriza-se uma tentativa de superá-las a partir de inovações técnicas e organizacionais aplicadas à sua diminuição e, de frente a isso, a flexibilidade e a adaptabilidade dos trabalhadores se torna vital para o

¹⁵ A eficiência na organização remete ao tempo de produção, associado com o tempo de circulação da troca, compondo o conceito do "tempo de giro do capital". Nesse sistema, quanto mais rápida for a recuperação do capital posto em circulação, maior será o lucro obtido (HARVEY, 2008).

desenvolvimento capitalista. Por esse olhar, "[...] os trabalhadores, em vez de adquirirem uma habilidade para toda a vida, podem esperar ao menos um surto, senão muitos, de desabilitação e reabilitação no curso da vida." (HARVEY, 2008, p. 210).

A sobrecarga e a intensificação do ritmo de trabalho, aliadas à flexibilidade e à competitividade que acontecem na sociedade e justificadas sobre o "pano de fundo" de mudanças, da reestruturação e das novas políticas de gestão, acabam por influenciar o sofrimento e o adoecimento dos trabalhadores (BARRETO, 2005). "O exercício da flexibilidade exigida nesta fase do capitalismo solicita uma preparação psicológica, um apelo à pessoalidade, sendo que é nesta pessoalidade e isolamento individualista que cada trabalhador é atacado." (SOUZA, 2011 *apud* ALMEIDA, 2018, p. 113). A flexibilidade soma-se à intensificação do trabalho, expressa por meio da exigência de que o trabalhador combine várias tarefas, o que culmina em sua desestabilização e polivalência como profissional.

Ao encontro disso, o trabalho docente, realizado no período da pandemia da covid-19, veio acompanhado da necessidade de buscar, por meio da ciência, respostas a como lidar com a doença, além das incertezas advindas de "[...] ações governamentais desprovidas da ética e do compromisso com a integridade científica e proteção à vida" (PORTELINHA *et al.*, 2021, p. 2), e do impacto decorrente das dificuldades que o ensino remoto impôs ao processo de ensinar e aprender diante das desigualdades da sociedade. As IES, nesse contexto, migraram repentinamente do ensino presencial para o ensino remoto, sendo necessário que os professores executassem e mantivessem as atividades de ensino, independente de suas condições e das condições que os estudantes dispunham para acompanhar esse movimento. Docentes e discentes passaram a atuar de suas casas, tendo que lidar com a falta de acesso à internet de qualidade, com as limitações de recursos pessoais e materiais para acompanhar e executar as aulas no estilo remoto, além das dúvidas sobre a real efetivação desse modo de ensino, haja vista sua aligeirada implantação, a qual não permitiu o aprendizado prévio e um domínio de qualidade sobre as ferramentas utilizadas.

Houve uma reestruturação no modo de ensinar e de estabelecer contato com os estudantes; professores sofreram diversas pressões, tais como aprender urgentemente a usar as plataformas digitais e adaptar os conteúdos presenciais para o sistema remoto, visando à realização de seus trabalhos e à garantia de que os alunos tivessem acesso aos conteúdos produzidos. Desse modo, em função da

necessidade de inovação para o seu ofício, o docente enfrenta o desafio advindo do desconhecido e se vê impelido a estabelecer outros laços e relações para continuar exercendo sua profissão.

Medeiros *et al.* (2021) relatam que a autoaceleração tem contribuído para o adoecimento mental de professores e que esses a atribuem ao elevado nível de controle exercido pela gestão, desgastando e impactando suas vidas profissionais e pessoais. Sintomas como insegurança, preocupação, desequilíbrio emocional, medo, exaustão e ansiedade são recorrentes no meio acadêmico, diante da pressão e do sentimento de insuficiência, em partes influenciado pelas estruturas inadequadas para o ensino, pelo crescente número de evasão entre os estudantes e pela falta de habilidades para lidar com as tecnologias no preparo e na gravação das aulas, resultando em um elevado número de docentes em sofrimento.

Conceição (2021) verificou que, durante o ensino remoto, no período de pandemia da covid-19, 20,5% dos professores de uma IES relataram trabalhar mais de 12 horas diárias e 38,6% entre 8 e 12 horas. O autor também destaca que 72,3% dos professores relataram que a demanda de trabalho aumentou durante a pandemia e 75% dos profissionais tiveram uma redução no seu tempo de lazer, sendo que 60,9% se sentem insatisfeitos com isso.

Nessa conjuntura, “[...] a inspiração toyotista imposta pelos critérios de obtenção da mais valia absoluta e relativa expressas pela ocupação das vinte e quatro horas do tempo do trabalhador são retomados no ambiente acadêmico [...]” (FORATTINI; LUCENA, 2021, p. 44), assim como as formas de envolvimento expressas pela negação da jornada de trabalho. O resultado disso é o envolvimento mental dos trabalhadores, conquistando as suas subjetividades e o aumento dos processos de estranhamento e de alienação.

Condições de trabalho alienadas se opõem a um processo de desenvolvimento saudável do ser humano, pois podem levá-lo a vivenciar sua atividade profissional, apenas como um modo de ganho financeiro e não como uma forma de fazer e ter sentido na vida dos outros e na sua própria, isto é, de exercer contribuições e mudanças sociais. Destarte, no trabalho remoto, a flexibilização invade a vida pessoal do professor, e ele passa a ser só mais um entre os muitos produtos da sociedade capitalista.

Segundo Leontiev (2004), na divisão social do trabalho, o produto torna-se uma mercadoria, um objeto cuja única função é a troca. Esse produto caracteriza-se por ser impessoal e independente do homem que o produz. Continua o autor:

A divisão social do trabalho tem igualmente como consequência que a atividade material e intelectual, o prazer e o trabalho, a produção e o consumo se separem e pertençam a homens diferentes. Assim, enquanto *globalmente* a atividade do homem se enriquece e se diversifica, a de cada indivíduo *tomado* à parte estreita-se e empobrece. (LEONTIEV, 2004, p. 294, grifos do autor).

Para Carvalho e Martins (2020), as forças antidualéticas advindas da expansão totalitária da forma mercadoria têm se tornado um obstáculo cada vez maior para a constituição da personalidade das pessoas, intensificando o esvaziamento e os processos de alienação no trabalho. Nas palavras de Alves (2010), “[...] quanto mais o trabalhador se gasta trabalhando, tão mais poderoso se torna o mundo objetivo alheio que ele cria frente a si, tão mais pobre se torna ele mesmo, [...] tanto menos coisas lhe pertencem como suas próprias.” (ALVES, 2010, p. 6).

Em pesquisa realizada com docentes de uma universidade pública no Brasil, Queiroz (2021) observou que o trabalho alienado, precarizado e intenso, tal qual tem se mostrado na atual sociedade, pode gerar adoecimento entre os docentes, especialmente em função dos conflitos entre o sentido e o significado da atividade desenvolvida. Segundo o autor, houve um salto significativo nos anos de 2017 a 2019 no número de afastamentos e licenças dos professores, ocasionados por motivos de saúde, destacando-se as doenças mentais e comportamentais, haja vista que essas, recorrentemente, se relacionam a sentimentos de estresse, de insatisfação e de perda de sentido no trabalho. Tal fato justifica-se pelo discurso neoliberal agressivo, que desvaloriza as ciências humanas e o trabalho realizado nas universidades, especialmente nas públicas. Rocha (2021) pontua que

[...] os trabalhadores vendem sua força de trabalho – como uma mercadoria – a um sistema baseado na produção em massa (capitalismo). Nesse modelo de sociedade, a intenção reside no aumento da produtividade e, conseqüentemente, do capital. Isso desencadeia a exploração de um grande contingente de pessoas, que são submetidas a condições desumanas de existência. Quando tratamos de condições desumanas de existência, remetemos à jornada de trabalho dos professores, [...]. Seguindo a lógica capitalista de mercado, a educação também se aproxima do objetivo de reprodução da organização das relações com base na divisão de

classes, voltando-se, em muitas ocasiões, a formações pragmáticas pouco aprofundadas de perspectivas críticas, bem como à competição de mercado entre instituições escolares. (ROCHA, 2021, p. 116).

Na educação, sob o amparo do "aprender a aprender", a força de trabalho incorpora a lógica da multifuncionalidade do trabalhador "desespecializado". As instituições educacionais se preparam com modos de ensinar inflexíveis, e os professores têm seu trabalho cada vez mais subtraído por diferentes formas de "automação" do ensino. Os estudantes, por sua vez, perdem o significado do trabalho devido a concepções teóricas que o "desmaterializam" e "mitificam", transformando-o em um "não trabalho" e influenciando a formação das personalidades" (CARVALHO; MARTINS, 2020).

Há, portanto, na sociedade atual, a preferência por atividades que promovam o desenvolvimento de "competências" que fazem referência a necessidades externas ao sujeito e cujos resultados favorecem a produção do capital em detrimento dele próprio e de sua vida. Ao ter o sentido do seu trabalho determinado pelo valor de seu salário, e não pelo conteúdo do que produz, o trabalhador tem o desenvolvimento de sua personalidade cerceado, raramente encontrando em sua atividade de trabalho motivação para apropriar-se de conhecimentos, valores e habilidades que lhe agreguem como ser humano.

Em situações nas quais o sujeito não consegue unir sentido e significado de suas ações, há uma tendência à cisão entre esses e o conteúdo produzido pelo sujeito por meio de sua atividade, evidenciando-se a condição alienadora. No caso da docência, o trabalho passa a ser visto pelo professor como algo estranho; ele deixa de encontrar sentido no que realiza, distanciando-se de uma atuação que o motive e impulse em direção ao conhecimento e à emancipação humana.

A prática do ensino remoto, no contexto pandêmico, exigiu a adaptação, a flexibilidade e a "competência" para lidar com o uso de tecnologias, gerando um aumento das condições precárias de trabalho e da insegurança diante da necessidade de realizar uma educação a partir de meios digitais. Além disso, afetou significativamente as relações interpessoais, tanto no que diz respeito ao vínculo entre professor e aluno, quanto entre os próprios professores e, com isso, depreciou-se e fragmentou-se ainda mais a mobilização para o trabalho coletivo.

Araujo (2021) destaca que os relatos sobre o adoecimento em docentes universitários durante o ensino remoto são mais frequentes no sexo feminino, uma

vez que as mulheres precisam lidar com a frágil divisão entre os diversos papéis que desempenham. Ademais, observa-se um maior número de casos de adoecimento entre os professores(as) que atuam há mais tempo na docência, que têm mais idade, que não têm uma rede de internet de qualidade e que moram com outras pessoas no mesmo domicílio, os quais declararam maior dificuldade no momento da mudança do trabalho presencial para o remoto (ARAÚJO, 2021).

Os docentes também enfrentam desafios ao delimitarem o espaço doméstico e o espaço de trabalho inerentes às atividades de ensino remoto realizadas em *home office*, as quais foram intensificadas pela falta de disponibilidade de espaços adequados destinados para as ações laborais. Em seu estudo, a autora supracitada identificou que a maioria dos participantes (54%) precisa improvisar diversos espaços, muitas vezes sem a estrutura apropriada e acesso à internet compatível, para atender às demandas dos múltiplos usuários de suas residências. Tal realidade gera conflito de interesses, pois, por um lado, o professor busca uma atuação de qualidade, mas, por outro, há um desequilíbrio entre o trabalho e a saúde desse profissional, levando-o ao desgaste mental e ao sofrimento psíquico.

Alves e Rodrigues (2010) revelam que os índices de adoecimento mental não são diferentes entre homens e mulheres em termos globais, no entanto, as mulheres apresentam risco duas vezes maior que os homens de sofrer com questões relacionadas à depressão e/ou à ansiedade. Em países menos desenvolvidos, isso está associado, com frequência: a situações de violência conjugal, a pouca autonomia, à dificuldade no acesso à educação, repercutindo negativamente na saúde mental e física dessas mulheres por meio de um maior risco de depressão, de ansiedade e de suicídio, à somatização e às queixas ginecológicas. Os autores alertam para o fato de que o gênero influencia muitos determinantes referentes à saúde mental, dentre eles a posição socioeconômica, o acesso a recursos, os papéis e o status sociais.

Nesse sentido, muitas proposições têm surgido com a intenção de explicar a prevalência de depressão e de ansiedade nas mulheres, especialmente ligadas a fatores biológicos, como questões hormonais. Todavia, os fatores sociais e psicológicos são primordiais para compreensão dessa realidade, pois se destacam por meio dos múltiplos papéis que a mulher desempenha e das muitas responsabilidades de cunho familiar, laboral e pessoal atribuídas a ela.

Não obstante a isso, historicamente as docentes são as principais responsáveis pelas atividades domésticas, algo que se agravou no contexto do trabalho e ensino remoto durante a pandemia. Nessa situação os tempos sociais passam a não ter uma delimitação clara, e os espaços da casa e do trabalho tornam-se um só. Assim, o trabalho, que deveria exercer um papel de humanização, se caracteriza como umas das principais fontes de adoecimento psíquico, em uma sociedade com sujeitos cindidos em seu significado e sentido, dentre outras coisas, por classes sociais e relações de gênero. A análise de tais contradições se impõe como fundamental para a compreensão dos processos de saúde e doença, abarcando questões econômicas, políticas e sociais.

Concomitante a isso, aspectos como a idade, o tempo de atuação profissional, a má conexão de internet e o elevado número de moradores por domicílio externam as desigualdades sociais e são características recorrentes na maior parte da população brasileira, inclusive no público acadêmico.

Tal realidade impõe aos professores a necessidade de enfrentamento imediato dos desafios quanto à metodologia e à adaptação tecnológica, e demonstra que o sofrimento psíquico se faz cada vez mais presente nos contextos educacionais, sejam eles presenciais ou remotos. Novos tempos são acompanhados de novas formas de viver, de sobreviver e de adoecer, próprias deste momento histórico, levando-nos a reflexões sobre a educação do ser humano, a sua saúde mental e o seu desenvolvimento psíquico.

No que diz respeito a esse assunto, Facci, Leonardo e Alves (2020) afirmam que a maioria dos docentes (66%) que compuseram seu estudo tem algum tipo de doença, sendo as mais citadas a ansiedade e a depressão. Além disso, 68,66% utilizaram algum tipo de medicamento no último ano e 41% dizem que as condições de trabalho foram determinantes para o seu adoecimento. Esses professores foram entrevistados pelos autores antes da pandemia da covid-19, mas já naquele momento revelaram o adoecimento e a medicalização. Inferimos, com base nisso, que esses profissionais estão “adoecendo” ainda mais atualmente e, como consequência, buscam nas medicações o alívio de suas dores e de sofrimentos.

Os inúmeros desafios do dia a dia têm levado muitos professores, e uma parcela significativa da população brasileira, a fazer uso de psicofármacos de modo excessivo, como uma tentativa de acabar com o sofrimento e resolver os problemas de saúde decorrentes do trabalho, porém, isso mascara as condições objetivas que

desencadeiam o adoecimento. É preciso, portanto, reconhecer que há na contemporaneidade um processo de medicalização imoderado da vida, em suas diferentes esferas, em que aspectos coletivos são tratados como se fossem individuais e aspectos sociais, políticos e econômicos, muitas vezes, são reduzidos a questões biológicas. Não ignoramos a relevância dos fatores biológicos e suas implicações na saúde do professor, mas consideramos que "[...] se o trabalho não oferece potencial emancipador, trabalhadores devem recusar e resistir ao labor que aliena e gera sofrimento [...]" (SOUZA *et al.*, 2021, p. 143); do contrário, veremos tais condições determinarem seus modos de ser e de estar no mundo, causando-lhes mal-estar e sofrimento.

O trabalho é considerado central tanto para o processo de humanização como para a produção do lucro nos interesses da sociedade capitalista. As relações sociais antagonistas e o caráter da produção gerados a partir dessa contradição podem resultar no que Viapiana (2017) denomina de processos críticos relacionados à produção da depressão, dentre os quais estão: a extração de mais-valia; a mudança na composição orgânica do capital; a “captura da subjetividade” e a interiorização do controle; o princípio da “polivalência” e multifuncionalidade; a flexibilidade e a flexibilização do processo de trabalho; a subsunção da sociabilidade ao capital e a exploração da força de trabalho, levando ao enfraquecimento na luta política e econômica em tempos de acumulação flexível; o individualismo contemporâneo; e a subsunção do tempo e do espaço.

A polivalência, aliada à flexibilidade e à falta de delimitação do espaço e do tempo de trabalho, se expressa mais como multifuncionalidade do que como uma diversificação das atividades que o trabalhador desenvolve. Ademais, a autora salienta que a lógica da “polivalência”, da flexibilidade e da imersão dos trabalhadores em seus trabalhos, sem delimitações claras em relação ao tempo e aos espaços, intensifica o ritmo de trabalho, ao demandar que esses façam múltiplas funções, sob constantes rearranjos, justificados pela velocidade do desenvolvimento tecnológico, ainda que não aconteça o aumento da jornada de trabalho (VIAPIANA, 2017).

Sob tais circunstâncias, vemos um trabalhador tenso e fatigado, sendo responsabilizado por múltiplos atos alienados e demandando esforços contínuos para se adaptar às sucessivas mudanças no processo de trabalho, como é o caso da maioria dos professores universitários diante das constantes modificações sofridas pela área educacional. A somatória de todos esses aspectos pode resultar em uma

série de consequências à saúde desses profissionais, tais como os transtornos mentais, o elevado nível de estresse, os distúrbios do sono, os problemas digestivos, disfunções osteomusculares e até mesmo a ideação e a tentativa de suicídio.

Levando em conta tais aspectos, Mattos *et al.* (2021) apontam que o período de atividade remota remete a uma percepção de estresse acima da média entre o público docente, bem como ao aumento dos distúrbios osteomusculares no pescoço e ombros desses profissionais. Os autores destacam que a exposição a períodos prolongados de condições de trabalho desfavoráveis leva os professores a procurar ajuda de especialistas em saúde. Para além desses aspectos, Araújo *et al.* (2020), identificaram questões associadas à prática do ensino *on-line* como a tecnofobia (comportamento de fuga de novas soluções tecnológicas), a sobreidentificação tecnológica (a tecnologia consome mais tempo do sujeito do que ele deseja) e o technostress (ansiedade e pressão mental em decorrência da exposição e do envolvimento excessivos com a tecnologia).

No que diz respeito aos transtornos mentais como a depressão, esses são caracterizados, entre outros fatores, por alterações na personalidade do indivíduo, as quais afetam sua motivação, seus interesses e suas necessidades. O motivo perde aos poucos a sua função de estimular o sujeito, passando a uma função unicamente sinalizadora, refletindo baixa energia e dificuldade na realização de suas atividades. "Com a negação de um motivo extrínseco, gerador de sofrimento, sem o advento de outro motivo que incite a atividade, produz-se uma inação." (ALMEIDA, 2020, p. 196).

Ainda há outras questões que se referem à sociabilidade, que foi/está comprometida com a atual conjuntura da sociedade. Nessa realidade, o trabalhador tende a estar disponível integralmente para o trabalho, de alguma forma "conectado" à instituição. Os contatos constantes com alunos e colegas por meio de celulares e e-mail, mesmo que fora do horário de expediente, enquadram-se na ideia de uma jornada de trabalho estendida e repercutem significativamente na vida afetiva, modificando relacionamentos e empobrecendo a participação social e política.

Jorge *et al.* (2021), pautadas em uma pesquisa realizada com docentes de centros acadêmicos, públicos e privados, afirmam que a maioria dos docentes está sofrendo com transtornos de ansiedade, sobretudo as mulheres. A ansiedade foi verificada em todas as faixas etárias, mas principalmente entre as pessoas com idade acima de 55 anos. As grandes causas identificadas pelas autoras são as preocupações em excesso ocasionadas, em parte, pelas mudanças repentinas em

decorrência da pandemia da covid-19, mas, principalmente, pelas modificações advindas do mundo do trabalho. Professores e alunos passaram a ter contato preferencialmente por aparelhos eletrônicos, gerando insegurança entre os docentes quanto ao nível de interesse do aluno, se ele realmente está presente em aula, se compreende os conteúdos, entre outras indagações recorrentes na fala dos profissionais.

Esses fatores somam-se a outros, tais como a necessidade de cumprir metas com prazos cada vez menores, o excesso de pressão para a entrega de demandas e a instabilidade econômica do país. Tais aspectos contribuem significativamente para o aumento da ansiedade no trabalho e corroboram para os altos níveis de estresse e desgaste emocional, resultando em uma possível diminuição de desempenho, tanto pessoal quanto profissional desse trabalhador.

É válido ressaltar que a ansiedade faz parte do dia a dia do ser humano e, por meio dela, o sujeito expressa sentimentos de dúvida, de curiosidade, de insatisfação e de insegurança com relação ao futuro. Tais manifestações podem caracterizar-se como um estado de alerta, indicando a necessidade de preservação da vida diante de diferentes situações, sejam elas vivências concretas ou ideias, que possam representar ameaças à sua integridade. No entanto, quando a ansiedade não atua mais como um sinal, porém, interfere de modo negativo na realização das atividades cotidianas da pessoa, acarretando prejuízos para a sua saúde física e mental, ela deixa de ser "normal" e passa a ser uma ansiedade patológica.

Na atualidade, portanto, a ansiedade desempenha uma função social, pois compõe a própria evolução da sociedade. Na medida em que, de modo constante em todas as áreas, a busca por melhores performances é intensificada, colabora-se para o aumento do sofrimento e adoecimento psíquico, especialmente relacionado à depressão, à Síndrome de Burnout, ao suicídio e a outras realidades estreitamente vinculadas à pressão da competitividade no trabalho e as configurações da sociedade capitalista.

O professor, ao ser responsável, por meio da realização de atividades e do contato interpessoal, por parte significativa da formação e dos processos de apropriação de novos conhecimentos de outras pessoas, está em uma condição de maior vulnerabilidade e predisposição ao desenvolvimento de transtornos mentais, que, associados aos agravos na condição física - as Lesões por Esforços Repetitivos

(LER) e as osteomusculares -, acentuam os quadros de estresse e da Síndrome de Burnout.

Para Cruz *et al.* (2010),

As mudanças no mundo do trabalho provocadas pelo processo de globalização da economia, a sofisticação tecnológica, a decadência das relações humanas cooperativas que são substituídas por aspectos competitivos e de busca de recompensas extrínsecas ao próprio trabalho fazem surgir no trabalhador sentimentos de insegurança, ansiedade e diminuição da auto-estima do indivíduo e de grupos sociais. Quando esses sentimentos são intensos e permanentes, e as características da função no trabalho também contribuem para a manutenção destas condições, o indivíduo apesar de tentar repetidamente soluções para essas questões, somado ao desgaste dos constantes fracassos, está vulnerável ao surgimento da síndrome de burnout. Esta síndrome é um agravo à saúde predominantemente relacionado ao desgaste profissional na relação com o trabalho. (CRUZ *et al.*, 2010, p. 155).

Mesmo diante de situações como as mencionadas pelos pesquisadores, Queiroz (2021) sustenta que a maioria dos docentes mantém uma relação de sentido e significado com as atividades que realizam e se sentem satisfeitos quanto ao convívio, ao diálogo com os alunos, à realização das aulas e à pesquisa. Por outro lado, relatam insatisfação no que se refere à precariedade e à falta de infraestrutura para a execução do trabalho, bem como dificuldade para delimitar o tempo de trabalho, em função do excesso de atividades e das demandas advindas de aplicativos sociais, não havendo um respeito ao espaço e ao tempo do trabalho docente.

Ainda assim, a despeito do desgaste com o trabalho burocrático, os docentes investigados por Queiroz (2021) demonstram interesse em: cultivar uma vida para além das suas obrigações acadêmicas e da universidade, em que possam ficar com suas famílias, amigos; ver televisão, séries, documentários e filmes; realizar exercícios físicos; descansar e viajar. Entretanto, nas circunstâncias atuais, a disponibilidade para essas atividades, para si e para as suas vontades tornou-se um simples espaço para reprodução da força de trabalho.

É nesse contexto, tomado pelas mudanças nos processos de ensino e de aprendizagem, com a inclusão de novas tecnologias e estratégias pedagógicas, que nos deparamos com sujeitos lutando e resistindo, alguns com o intuito de sobreviver e superar o que lhes é imposto pelas forças externas e outros almejando se adaptar

ao que lhes é exigido pelo poder dominante do capital, a fim de assegurar seu salário. Isso é reforçado por Antunes (2009):

[...] com o advento do capitalismo houve uma transformação essencial que alterou e complexificou o trabalho humano. Essa dupla dimensão presente no processo de trabalho que, ao mesmo tempo *cria e subordina, emancipa e aliena, humaniza e degrada, oferece autonomia, mas gera sujeição, libera e escraviza* [...]. (ANTUNES, 2009, p. 49, grifos do autor).

A esse respeito, o trabalho na contemporaneidade tem sido responsável por altas taxas de sofrimento e de adoecimento, especialmente, em decorrência da organização de seus processos a partir do modo de produção capitalista, no qual nos encontramos inseridos. As condições de vida e a forma como o trabalho está sendo organizado contribuem para o aumento das desigualdades sociais, bem como para a miséria e para a degradação do ser humano, criando modos de adoecer e levando ao agravamento de quadros de saúde. Assim, consideramos importante a análise da realidade em sua totalidade, evitando visões simplistas e reducionistas sobre o sofrimento/adoecimento dos sujeitos, além de compreender esse processo em suas múltiplas determinações, biológicas, psicológicas e, principalmente, sócio-históricas.

4.3 ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO

Buscamos, no decorrer deste estudo, abordar, de modo inerente às discussões sobre a saúde mental docente, aspectos referentes a estratégias e às possibilidades de lidar com o sofrimento psíquico, observando-se suas diferentes determinações. Neste subitem, aprofundamos esse debate e ressaltamos que ele deve ser pensado em contínua relação com a prática social. Trata-se de um processo de busca permanente de maior liberdade e transformação, todavia, não apenas da liberdade individual, mas sim de toda a sociedade, por meio da construção de uma práxis democrática. É, pois, na cooperação com o outro que acontecem a superação e a emancipação do ser humano, associadas às condições concretas de vida.

Concordamos com González Rey (2016), quando afirma que o sujeito individual está ligado ao curso dos processos sociais por meio de sua subjetividade. Portanto, ao considerarmos o caráter singular dessa subjetividade, percebemos que o sujeito representa, continuamente, uma opção de mudança por meio de sua ação particular,

a qual pode iniciar novos processos de subjetivação, como visto no decorrer da história.

Por esse viés, toda e qualquer forma de enfrentamento à precarização do trabalho docente, bem como do adoecimento psíquico desses profissionais, deve abarcar aspectos individuais e coletivos e envolver a participação das pessoas que estão em sofrimento. Nesse sentido, Queiroz (2021) aponta que a resistência ativa se mostra mais efetiva em detrimento dos modos de enfrentamento individuais. O autor esclarece que, quando as ações desenvolvidas são para a manutenção da saúde ou para evitar que ela piore, caracterizam-se como resistência, porém, quando são de caráter coletivo e não buscam apenas manter, mas também promover a saúde, são consideradas como resistência ativa.

A resistência ativa se caracteriza por ações cujo caráter é mais propositivo e com maior capacidade de produzir mudanças no modo de produção da sociedade, posto que comportam relações de sociabilidade humana, com potencial de possibilitar às pessoas a ampliação da consciência de sua realidade social, culminando em ações mais fortalecidas e efetivas de intervenção nessa realidade (QUEIROZ, 2021).

Por outro lado,

[...] a precarização da atividade de trabalho diz respeito à diminuição ou ao comprometimento do poder de agir do trabalhador, em termos dos meios a seu dispor para, em diálogo com seu coletivo de trabalho, usufruir de referência e poder contribuir inovadoramente para esse mesmo coletivo, em prol de seu próprio desenvolvimento psicossocial. [...] Tal perturbação pode originar-se tanto do distanciamento abusivo entre o trabalho prescrito e o trabalho realizado – sabendo-se que uma coincidência perfeita, ou mesmo quase perfeita, é um ideal por definição inatingível – quanto do isolamento do indivíduo-trabalhador em relação a seu coletivo. A plena realização da função psicológica do trabalho, que repousa sobre a assunção do preceito da centralidade do trabalho, repousa sobre a existência das dialogias simultâneas indivíduo – alter/ indivíduo, coletivo/indivíduo, cultura e história/indivíduo. (FALCÃO; MESSIAS; ANDRADE, 2020, p. 98-99).

Dialogando com esses autores, Almeida (2018) evidencia que a modificação dos índices de sofrimento psíquico submete-se, em primeiro lugar, à transformação dos modos de vida em que são produzidos. Contudo, a pesquisadora chama a atenção para o fato de que, simultaneamente ao envolvimento com projetos coletivos que visam à emancipação humana e à superação das relações sociais capitalistas, faz-se necessário construir respostas terapêuticas que encorajem e possibilitem às

pessoas em sofrimento desenvolver - a partir da ampliação, da melhora dos seus vínculos com o mundo e do alcance de níveis mais elevados de consciência e domínio da própria conduta - maior autonomia, novos motivos e interesses.

Assim, tanto as ações direcionadas à redução da precarização e da intensificação do trabalho quanto as que visam à promoção da saúde e ao bem-estar físico e psíquico do professor universitário são importantes, não só para esses profissionais, representados pela organização sindical e outras entidades, mas também para as instituições de ensino, uma vez que, quando o docente se sente bem emocionalmente, esse tende a reencontrar a satisfação no ato de lecionar e renova suas energias no sentido de continuar desempenhando o seu papel de transformar e estimular a aprendizagem e o desenvolvimento de seus alunos. Apenas quando o professor se encontra saudável psiquicamente é que consegue criar estratégias efetivas de ensino e investir nos cuidados de si.

A esse propósito, em 2003 surgiu, na América Latina, o Movimento Universidades Promotoras de Saúde (UPS), com os objetivos de impulsionar os marcos operacionais de promoção da saúde previstos pela Carta de Ottawa¹⁶ e de contribuir para o desenvolvimento de uma cultura de Promoção da Saúde, tanto no que se refere aos ambientes universitários como à comunidade externa. Para isso, a UPS toma como base os Determinantes Sociais da Saúde (DSS) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Esse movimento tem avançado politicamente, por meio da realização de eventos, publicações científicas, elaboração de documentos, aumento do número de instituições filiadas etc. Dentre as ações empreendidas, destacam-se: a realização de oito Congressos Internacionais, os quais ocorreram em países como Chile (2003); Canadá (2005); México (2007); Espanha (2009); e o surgimento de 11 estruturas da Rede Nacional UPS, abarcando o Brasil (ARROYO, 2018).

¹⁶ Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, realizada em Ottawa, no Canadá, em 1986. "A saúde é o maior recurso para o desenvolvimento social, econômico e pessoal, assim como uma importante dimensão da qualidade de vida. Fatores políticos, econômicos, sociais, culturais, ambientais, comportamentais e biológicos podem tanto favorecer como prejudicar a saúde. As ações de promoção da saúde objetivam, através da defesa da saúde, fazer com que as condições descritas sejam cada vez mais favoráveis." (BRASIL, 2002, p. 20).

Os DSS incluem fatores como o ambiente de trabalho e os serviços de saúde e educação, e os ODS englobam elementos como saúde e bem-estar para todos, a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, a igualdade de gênero, o trabalho decente, a paz, a justiça e as instituições eficazes, a fim de proporcionar o acesso à justiça para todos e de construir instituições inclusivas e responsáveis socialmente (BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007; NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2022).

A UPS visa, sobretudo, a estimular o compromisso político e institucional com a Promoção da Saúde, com vistas a integrá-la aos valores e à visão da universidade, de tal modo que passe a fazer parte do seu plano estratégico. Contudo, a operacionalização dessa abordagem implica o envolvimento de profissionais e estudantes, bem como a elaboração de um programa formal e sistematizado de atividades de Promoção da Saúde, associado a questões sociais, às ações intersetoriais e às políticas públicas favoráveis à saúde (ARROYO, 2018).

Concernente a isso, Bernardes (2021) pondera que as ações de saúde mental e bem-estar direcionadas aos docentes precisam ter um viés abrangente e contínuo, envolvendo atividades de autocuidado, como o exercício físico, relacionamentos interpessoais de qualidade e autoconhecimento, para que o professor consiga se autorregular e estabelecer limites entre sua vida pessoal e profissional. Além disso, essas ações devem ser associadas ao conhecimento e ao acesso a redes formais de apoio, haja vista que culturas de confiança costumam ter um efeito favorável à saúde mental e ao bem-estar no trabalho docente, a exemplo dos programas de assistência aos servidores, disponibilizados por algumas universidades.

Nesse sentido, requer-se um olhar mais flexível às demandas docentes. Para evitar quadros de adoecimento psíquico, como o estresse, esses profissionais necessitam de apoio em suas limitações e dificuldades, bem como de segurança no planejamento institucional para a utilização e implantação do ensino remoto. Tais ações podem ser executadas por meio da realização de um acompanhamento do desenvolvimento de habilidades para o uso das tecnologias, com a finalidade de compreender a realidade mais ampla de atuação que envolve as diferentes formas de reagir a elas, além de ofertar infraestrutura adequada aos docentes e aos discentes para a execução de suas atividades *on-line*.

Ademais, Monteiro e Souza (2020) acrescentam que, com relação à classe e ao sexo, no que diz respeito ao sofrimento mental em professoras universitárias, não somente a pandemia complicou as condições de trabalho dessas profissionais, mas

também a falta de políticas públicas de saúde e sociais intensificaram o sofrimento docente. Os autores sugerem que, em curto e médio prazo, as professoras devem buscar evitar a autculpabilização, desenvolvendo estratégias para aumentar a sua resiliência e recorrer à ajuda profissional em situações de desordens psicológicas.

Nesse contexto, professoras e professores sentem-se afetados com a necessidade de atender às demandas laborais, de adaptar os processos de ensino-aprendizagem para a mediação tecnológica e, ao mesmo tempo, de lidar com as vulnerabilidades associadas, entre outras coisas, às questões de gênero e desigualdade social, comprometendo sua saúde mental. Enfatizamos, portanto, a relevância de as instituições universitárias acompanharem esse processo com sensibilidade, a fim de reconhecer as potencialidades e as limitações dos docentes, além de identificar, antecipadamente, a necessidade de formação complementar e, sobretudo, os sinais de sofrimento psicológico.

Outro aspecto que nos parece fundamental para a saúde mental dos professores se refere à formação profissional continuada. Esse aperfeiçoamento tem potencial para deixá-los mais confiantes e seguros em sua atuação, no entanto, só será efetiva se houver um planejamento intencionalmente elaborado que considere a prática social. Nenhuma formação, independentemente da área, pode ser analisada descolada da realidade social, pois não se trata de uma “prática” de sujeitos isolados, mas de um conjunto de pessoas que vivenciam um dado período histórico. Nessa perspectiva, as contradições existentes entre o *dever ser* da referida formação e as possibilidades concretas para sua efetivação precisam ser consideradas. De acordo com Martins (2010), “[...] a materialização do referido *dever ser* não pode prescindir da luta pela superação das condições que lhe impõem obstáculos.” (MARTINS, 2010, p. 14, grifos da autora).

Antes de qualquer proposição ser feita para a formação profissional do professor, é fulcral observar as necessidades científicas específicas dessa classe de trabalhadores, tais como ter espaço para discutir questões do trabalho e organizar jornadas de trabalho compatíveis ao tempo de preparação de aulas, de realização das demandas acadêmicas e de desenvolvimento das atividades ligadas à extensão, à pesquisa e à qualificação. Somente diante desse reconhecimento será possível que o professor seja o intelectual gerenciador de sua própria prática, tenha autonomia e condições psicológicas e materiais suficientes para pensar, executar e avaliar seu

fazer profissional em conjunto com os estudantes e com os demais atores da educação.

O compromisso do Estado para com a formação de professores, associado às questões de saúde mental na universidade, precisa considerar a valorização profissional e as condições de trabalho, dentre elas o salário, o plano de carreira, os direitos previdenciários e a competitividade. Esses aspectos, se negligenciados, levam ao adoecimento de docentes, à perda da qualidade do Ensino Superior, bem como favorecem à iniciativa privada, a qual vê na educação um grande potencial de mercado (MELO; ROSSETTO; LIMA, 2018; TEIXEIRA; BARCA 2019; ESPER *et al.*, 2020; LUZ; MAQUÊA, 2020).

Para Monteiro e Souza (2020) e Araujo *et al.* (2021), a política, a docência e o sofrimento mental encontram-se intimamente associados, ao passo que as medidas político-governamentais afetam a saúde da população, direta e indiretamente. Dessa maneira, os autores esclarecem que a conscientização e a militância política são peças fundamentais no combate aos problemas que atingem os docentes universitários na contemporaneidade, enfatizando a importância de se exercer a cidadania, isto é, de lutar por justiça social e por condições dignas de trabalho, como uma forma de promover saúde.

Em vista disso, a PNPS indica temas que devem ser tratados como prioritários quando o assunto é saúde, dentre eles: a formação e educação permanente em promoção da saúde; a alimentação adequada e saudável; as práticas corporais e atividades físicas; o enfrentamento ao uso abusivo de álcool e de outras drogas, por meio da cultura da corresponsabilização e autonomia da população e do desenvolvimento de ações educativas, legislativas, econômicas, ambientais, culturais e sociais; o estímulo à cultura da paz e dos direitos humanos, a partir da mobilização e da articulação de ações que estimulem a convivência, a solidariedade, o respeito às diversidades, à vida e o fortalecimento de vínculos; a promoção da articulação da Rede de Atenção à Saúde com as demais redes de proteção social, a fim de produzir informação qualificada e com potencial para gerar intervenções individuais e coletivas e contribuir para a redução das violências; o incentivo ao desenvolvimento sustentável, que possibilita a produção social da saúde, mediante a interação entre saúde, meio ambiente e desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2018).

Antonini (2018) acredita que é possível atingir a saúde positiva em locais de trabalho, desde que se estabeleçam estratégias para a construção de políticas

públicas saudáveis nas esferas dos governos, a partir da criação de ambientes favoráveis à saúde, nos quais se busque a diminuição dos riscos de adoecimento, a melhoria das condições de trabalho e o reforço das parcerias entre os trabalhadores com seus sindicatos e associações, definindo-se estratégias para a Promoção da Saúde. Ademais, a autora defende a importância da emancipação dos trabalhadores, por meio do desenvolvimento de habilidades pessoais relacionadas a aspectos de saúde e qualidade de vida, indicando a reorientação dos serviços de saúde do trabalhador com foco em ações de Promoção da Saúde.

O trabalho, desse modo, pode ser fonte de emancipação e constituinte da subjetividade e da identidade dos professores, entretanto, quando impossibilita experiências que ultrapassem a sua prática e restringe os modos de vida, o que se tem é uma atividade alienante e provocadora de sofrimento. Destarte, para que haja transformação, é fundamental que as discussões transcendam os espaços físicos das IESs e adentrem outras esferas sociais, tratando da problemática do sofrimento/adoecimento docente com vistas à construção de estratégias políticas e terapêuticas eficazes para a promoção da saúde mental na universidade.

É fato que a relação reconhecida e propagada entre teoria e prática permite a formação acadêmica alinhada à realidade social na qual a universidade está inserida, por isso, é fundamental a existência de espaços que possibilitem o diálogo e a reflexão sobre a relação professor-aluno, “[...] com o olhar posto sobre a sociedade nas suas mais variadas formas de organização, o que, dizendo de outra forma, seria o contexto de formação em suas evocações mais humanas.” (LUZ; MAQUÊA, 2020, p. 105).

Concordamos com Vianna (2012), ao afirmar que a saúde é silenciosa e dificilmente a percebemos quando está em sua plenitude. Na realidade, quase sempre nos lembramos dela somente em situações nas quais o adoecimento já se instaurou. Em ambos os casos, trata-se de uma experiência vivenciada no íntimo do corpo individual, físico e psicológico. Portanto, precisamos nos atentar aos sinais manifestados pelo nosso corpo de forma total, como assevera a autora,

Ouvir o próprio corpo é uma boa estratégia para assegurar a saúde com qualidade, pois não existe um limite preciso entre a saúde e a doença, mas uma relação de reciprocidade entre ambas; entre a normalidade e a patologia, na qual “os mesmos fatores que permitem ao homem viver (alimento, água, ar, clima, habitação, trabalho, tecnologia, relações familiares e sociais) podem causar doença, se agem com determinada intensidade, se pesam em excesso ou faltam,

se agem sem controle". Essa relação é demarcada pela forma de vida dos seres humanos, pelos determinantes biológicos, psicológicos e sociais. (VIANNA, 2012, p. 4).

Nesse contexto, culpabilizar o sujeito pelo seu adoecimento só faz mascarar as mazelas do sistema político e econômico, retirando a responsabilidade do Estado com relação às condições materiais de vida que influenciam nos processos de saúde-doença. A luta pelo reconhecimento do trabalho do professor deve ser uma batalha traçada de modo conjunto, por todos aqueles que valorizam e acreditam que a educação, não apenas forma o ser humano para além da informação, mas, principalmente, no percurso educacional, a partir da construção do conhecimento e do saber crítico, das relações interpessoais e das trocas de experiências entre estudantes e desses com os professores. É por essa via que o sujeito se humaniza e se desenvolve psíquica e profissionalmente como ser social, pela coletividade e na união com os "outros sociais".

Reconhecemos que as TICs contribuem para a evolução do acesso ao conhecimento e para facilitar alguns processos ligados ao trabalho do professor e ao ensino. Todavia, no cenário educativo brasileiro, a sua utilização vem sendo feita de modo equivocado e distorcido, priorizando interesses de mercado em detrimento da qualidade das relações e do desenvolvimento humano. Características como a humanização e a socialização estão cada vez mais distantes dos processos formativos, que tendem a supervalorizar conhecimentos técnicos, direcionados ao acompanhamento das transformações digitais e a ignorar as implicações éticas advindas com tais conhecimentos, bem como o desenvolvimento político necessário a qualquer pessoa que almeja uma participação e integração social crítica.

Assim, do mesmo modo que os processos de saúde-doença não surgem e nem permanecem no âmbito de um indivíduo apenas, também não se constrói um profissional qualificado formando-o para atuar isoladamente, sem o desenvolvimento de uma consciência relacionada ao todo, que lhe permita ir além de si próprio.

Defendemos que as vivências de ensino e de aprendizagem nos contextos educacionais devem priorizar, sobretudo, a humanização do sujeito, professor e aluno, sendo que as tecnologias só poderão de fato acrescentar ao desenvolvimento da humanidade se servirem a esse fim. Portanto, ainda que estejamos falando de profissionais extremamente qualificados em termos técnicos, se trata, em sua

essência, de um ser humano que depende das relações sociais para continuar existindo.

Por fim, diante desta realidade, recomendamos observar a saúde, os sinais do corpo e da mente, por vezes agitada. Eles poderão ser grandes aliados no percurso e na compreensão do que para nós significa e ainda significará essa nova forma de vivenciar a educação e, especialmente, os modos como experimentamos a nós mesmos e aos outros nas relações intra e interpessoais mediadas pelas TICs.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deste caráter profundamente humano da luta dos trabalhadores, desta destruição da competitividade e restituição das relações de cooperação se desprende um dos mais importantes bens ou valores de uso para a saúde que é o bem da organização política. Cada vitória no sentido da organização é uma expressão da solidariedade, é um resgate da maior potência criadora de uma sociedade que vai perdendo as barreiras nocivas do privado, é definitivamente uma vitória no controle dos processos inscritos numa sociedade de classes, processos esses que "danificam" a saúde e agridem o homem física e mentalmente. (BREILH, 1991, p. 187).

Com base nas investigações e análises realizadas nesta pesquisa, entendemos que a saúde mental e o processo de adoecimento psíquico encontram-se diretamente associados às condições concretas de vida de cada indivíduo, o que demanda a compreensão de tal fenômeno a partir de um olhar para o desenvolvimento humano em sua totalidade e complexidade.

O modo como cada pessoa vivencia o sofrimento relaciona-se a uma construção social, ligada às gerações anteriores, a questões políticas e econômicas, mas, sobretudo, à sua história pessoal e à dimensão de sua singularidade. Não são aceitáveis, sob o nosso ponto de vista, portanto, que teorias sejam postas à frente da pessoa, ainda menos que ela seja "enquadrada" em categorias de cunho diagnóstico, sem que seja beneficiada de alguma forma. Caso contrário, servirá mais ao interesse da suposta normatização e naturalização do sofrimento do que a promoção da saúde e do bem-estar humano. Compartilhamos da visão de González Rey (2016):

Considero o sujeito - como considero a subjetividade - tanto em nível social como em nível individual, como aquele indivíduo ou grupo que legitima seu valor, que é capaz de gerar ações singulares e que mantém sua identidade através dos vários espaços de contradições e confrontações que necessariamente caracterizam a vida social. É impossível pensar a subjetividade a partir de uma perspectiva histórico-cultural separada do sujeito, pois, como ocorre com relação à sociedade, o sujeito representa o momento vivo do processo de subjetivação. (GONZÁLEZ REY, 2016, p. 168).

Ao realizarmos a pesquisa, a fim de explorar as relações entre o ensino remoto, a saúde mental e as atividades de trabalho dos professores no contexto da educação

superior, à luz da Psicologia Histórico-Cultural, foi possível concluir que o sofrimento e/ou adoecimento psíquico origina(m)-se na prática da vida social diária, especialmente vinculados às relações e às condições de trabalho e aos determinantes sociais. Em detrimento da concepção médica tradicional que prioriza aspectos de cunho biológico, compreendemos que os processos de saúde-doença se realizam em uma unidade biológico-social, assim como a constituição da subjetividade.

Em resposta aos objetivos específicos elencados neste trabalho - (i) identificar na literatura elementos inerentes ao uso das tecnologias digitais na educação, que contribuem para o desgaste mental e sofrimento psíquico dos professores; (ii) debater sobre as condições relacionadas à prática do ensino remoto em Instituições de Ensino Superior Públicas; (iii) analisar as modificações na atividade de trabalho do professor universitário, advindas ou intensificadas com o ensino remoto, considerando as implicações a saúde mental desses profissionais -, destacamos aspectos como: a dificuldade de adaptação dos docentes às ferramentas tecnológicas; a intensificação das atividades e da jornada de trabalho; a percepção e o surgimento de vulnerabilidade nas relações de ensino; e o crescente processo de individualização e distanciamento nas interações sociais.

Nessa realidade, a partir dos estudos analisados, inferimos que o professor se sente pressionado a estar disponível integralmente para o trabalho e a se manter “conectado” à instituição. Por vezes, realiza jornadas de trabalho estendidas e, recorrentemente, se vê em contato com alunos e colegas por meio de celulares e e-mail, mesmo após o fim do expediente, o que repercute em sua vida afetiva e tende a prejudicar e empobrecer seus relacionamentos e sua participação social e política. Esses fatores somam-se a outros, tais como: a necessidade de cumprir metas com prazos cada vez menores; o excesso de pressão para a entrega de demandas; e a instabilidade econômica do país. Tais questões contribuem significativamente para o aumento da ansiedade e colaboram para os altos níveis de estresse, de desgaste emocional e de prejuízos no desempenho pessoal e profissional.

Mediante tais constatações, identificamos que o avanço tecnológico tem afetado a forma como as pessoas se relacionam umas com as outras, inclusive nos ambientes laborais, ocasionando intensas transformações que interferem no modo como elas se percebem e na imagem que criam de si e do outro. Essas mudanças repercutem nos processos sociais e individuais, incluindo os relacionados à saúde mental.

Ao refletirmos sobre a literatura utilizada no referido trabalho e sobre nossa prática profissional, estabelecemos relações entre o uso das TICs e a prática da docência em contexto remoto no Ensino Superior, a partir de constatações de como se dá o processo de interação, humanização e sociabilização dos atores envolvidos nesta realidade, bem como da qualidade das relações de ensino e de trabalho diante de tais condições de efetivação. Compreendemos que os recursos utilizados pelo professor para realizar a aula - vídeos, livros, aplicativos, reportagens, filmes, entre outros - diferem-se da aula propriamente dita e não substituem o papel do professor, posto que sua presença permite a observação e a consideração das condições inerentes aos alunos e possibilita que busque elementos para compensar as dificuldades e para potencializar as capacidades, propiciando, assim, relações de ensino mais satisfatórias para a concretização do que se entende como uma prática pedagógica promotora da emancipação humana.

Ademais, a organização socioeconômica desigual existente em nosso país reproduz-se de modos diferentes quanto ao acesso que cada estudante tem à internet e à tecnologia, bem como sobre questões relacionadas às especificidades e às particularidades de cada ser humano (faixa etária, condições de moradia, sexo, ocupação, renda familiar etc.), fatores fundamentais para os processos educativos e que se tornam bastante complexos de serem observados em ambientes educativos virtuais, em que aproximação é limitada por aparatos tecnológicos.

Com relação a tal aspecto, ao tratarmos sobre a virtualidade na educação, entendemos que essa forma de estabelecer contato social faz surgir, sobretudo, vínculos humanos frágeis e afeta a convivência tanto do professor com o aluno quanto entre os pares. Soma-se a isso o fato de que a universidade age, por meio da transmissão de conhecimentos e da sociabilidade, para promover o desenvolvimento e a transformação da consciência daqueles que dela participam, o que torna os encontros do dia a dia uma oportunidade de trocas coletivas e permite, entre outras coisas, o estímulo à criatividade, o fortalecimento das relações humanas e o compartilhamento de diferentes culturas e realidades sociais, em um processo contínuo de humanização.

Defendemos que as TICs devem ser usadas para o benefício do ser humano, como instrumentos de trabalho e não como obstáculos ao ensino e à aprendizagem. Portanto, as IESs devem atuar no sentido de combater ações que utilizem o desenvolvimento tecnológico para promover as diferenças socioeconômicas e, por

isso, ao recorrerem a tais ferramentas, precisam fazê-lo de modo autônomo e consciente, observando as condições de sua aplicabilidade mediante as realidades e necessidades dos estudantes e do corpo docente. Do contrário, contribuirão para maior evasão, sofrimento e adoecimento do público acadêmico como um todo.

Para que os estudantes vivenciem práticas sociais significativas e inclusivas na universidade, o papel do professor é fundamental, pois, intencionalmente, pode organizar as relações sociais ali existentes. Por outro lado, como apontado por Saviani (2022), nos casos em que as ações pedagógicas atuam na direção de manter o *status quo* e os interesses de mercado, a partir da reprodução de conteúdos fragmentados e distantes das necessidades e interesses dos estudantes, configurar-se-ão em uma prática em favor da alienação humana.

Concernente a isso, para além da literatura aqui discutida, há, na realidade, uma crescente desvalorização da profissão docente, especialmente de profissionais da rede pública, algo que não é exclusivo do campo da educação, mas que vem afetando significativamente a motivação e a identificação dessas pessoas com as carreiras escolhidas e com o lugar que tem ocupado na sociedade. Tal realidade remete ao esvaziamento e à depreciação do serviço público, em detrimento do investimento na educação e nos interesses sociais e coletivos. Esse movimento acarreta resultados negativos aos docentes e os impacta de formas distintas, a depender, entre outras coisas, do momento da carreira em que se encontram e de aspectos relacionados à sua vida pessoal. Não obstante a isso, na contemporaneidade, os professores se veem impelidos a se adequarem a um modelo de sociedade que envolve o incentivo ao produtivismo, à competitividade e à necessidade constante de flexibilização e de disponibilidade, independentemente do tempo e do espaço.

Essa lógica relacional pode prejudicar o ato de ensinar, tornando o trabalho custoso ao professor, pois remete à ideia de sacrifício e de abdicação da realização de atividades voltadas ao seu lazer e ao desenvolvimento cultural. Outrossim, colabora para o surgimento de sentimentos de desânimo e de frustração e afeta o seu comportamento de autocuidado, a sua relação com os discentes e, por consequência, a qualidade do processo de ensino, visto que, nessas circunstâncias, o ambiente acadêmico tende a se tornar pouco amistoso e menos aberto à inclusão social.

A desqualificação da atividade docente também tem sido evidenciada por meio das perdas salariais, da escassez de concursos públicos e da prática cada vez mais

frequente de contratos temporários. Essas ações remetem à multifuncionalidade dos trabalhadores e à intensificação das atividades de trabalho, consolidando uma tendência à submissão à gestão, a qual é baseada na pressão psicológica e focada na produtividade. Esse cenário desencadeia, entre outros aspectos, o desmonte da legislação trabalhista, a desestruturação da categoria, a diminuição na qualidade da educação e o aumento dos problemas relacionados à saúde física e mental da população.

Observamos que são necessárias políticas públicas que valorizem os professores, a educação e a saúde pública e que garantam o acesso ao conhecimento, por meio de um sistema educacional organizado e de qualidade cujas prioridades sejam o debate, a construção conjunta e a cidadania. Por esse viés, aspectos como a moradia, a alimentação, as condições de saúde, o saneamento básico, a infraestrutura para efetivação das atividades de estudo, e outras questões, precisam ser contempladas no âmbito do Ensino Básico e Superior, especialmente em tempos de incentivo e de aumento do uso das tecnologias.

Almejamos, por meio deste trabalho, contribuir para a construção de políticas sociais e educacionais voltadas a diminuição dos índices de adoecimento psíquico em professores do Ensino Superior brasileiro e para a construção de políticas de promoção da saúde mental que englobem os contextos educacionais, além de evidenciar a estreita relação existente entre a educação, a saúde e o trabalho como áreas em constante interação e que permeiam a constituição da personalidade.

Conscientes disso, ressaltamos que a universidade brasileira, imersa em uma sociedade marcada pela desigualdade social e pela diversidade de seu povo, se constituiu, ao longo da história, por movimentos contraditórios, de lutas e disputas de classe. São essenciais, desse modo, o reconhecimento e a apropriação do seu lugar na estrutura social do país e do mundo, atuando, sobretudo, para ampliar o contato das pessoas com conhecimentos científicos, promover a expansão de vivências socioculturais, de experiências de sociabilização e do exercício da cidadania, por meio da troca, do respeito às diferenças e da garantia de direitos.

Compreendemos que muitas são as inquietações advindas desse "outro" meio social presente nos contextos de educação com o advento do ensino remoto, no entanto, a partir das investigações e análises realizadas neste estudo, sugerimos a elaboração e o acompanhamento de políticas educacionais e de saúde internas as universidades, que conversem entre si, a fim de potencializar ações que abarquem

as diferentes realidades existentes nas IESs do Brasil, de modo a considerar as especificidades regionais, o perfil do público universitário e a democratização que vem ocorrendo na educação superior nas últimas décadas. Tais informações são essenciais, pois conhecer melhor esse público significa atendê-lo com maior qualidade e, conseqüentemente, resulta numa melhor saúde mental de docentes e discentes e em um maior desenvolvimento político-econômico do país.

Faz-se fundamental, ainda, a promoção de ambientes educacionais que propiciem condições de trabalho mais saudáveis aos docentes, justificadas, não só pela importância que esses exercem como profissionais em nossa sociedade, mas, principalmente, pela relevância dos contextos educativos de Ensino Superior na construção de uma consciência de classe e de um comprometimento social entre os seres humanos. Defendemos que um processo educativo de qualidade ocorre pelo diálogo, pela aceitação das diferentes opiniões, pela contradição e pelo respeito à diversidade, a partir de uma prática pautada na ética e nas reais condições das pessoas envolvidas e, de modo algum, deve nortear-se pelo senso comum, por discursos de ódio, de preconceito e de descaso com o sofrimento humano. Desse modo, todo ser humano tem o direito de lutar por aquilo que acredita e merece, desde que reconheça seus limites; aos governantes, como representantes do povo e ocupantes de cargos públicos, cabe exercer o seu papel de servir ao povo.

Esta pesquisa indica implicações a serem consideradas pelo poder público, pela gestão das IESs, por profissionais da educação e por estudantes, visando à promoção da saúde mental nos ambientes universitários, à prevenção de agravos e ao cuidado necessário à qualidade das relações de ensino. Um olhar atento e flexível às necessidades dos professores, diante dos desafios que se colocam, é de extrema importância. As políticas de promoção da saúde precisam adentrar cada vez mais as IESs e passar a fazer parte da cultura universitária. Toda e qualquer forma de enfrentamento à precarização do trabalho docente, bem como ao adoecimento psíquico desses profissionais, deve envolver aspectos individuais e coletivos e precisa incluir a participação dos sujeitos em sofrimento.

Os professores necessitam de apoio em suas dificuldades, que envolvem a organização, a estruturação de um planejamento institucional para a utilização de TICs e para a realização do ensino remoto, fato constatado pelo estudo realizado por Gomes *et al.* (2021). Trata-se do desenvolvimento de ações direcionadas à redução da precarização e do ritmo de trabalho, bem como da disponibilização de instrumentos

e formações que lhes possibilitem exercer suas funções com maior tranquilidade e segurança. Tais ações podem ser efetivadas por um acompanhamento do desenvolvimento de habilidades para o uso das tecnologias, o qual deve ter como principal objetivo compreender a realidade da atuação docente de forma ampla, observando as particularidades de cada professor e oferecendo a infraestrutura adequada para que docentes e discentes executem suas atividades de trabalho e de estudo.

Enfatizamos, ainda, a importância de as IESs manterem-se sensíveis nesse processo, a fim de reconhecer e identificar, antecipadamente, sinais de sofrimento psicológico. As instituições, ao fazerem isso, também são beneficiadas, pois, quando o docente se sente bem emocionalmente, tende a reencontrar a satisfação no ato de lecionar e a empenhar-se mais para a aprendizagem e desenvolvimento de seus alunos.

Com relação a isso, entendemos que qualquer proposição a ser feita para a formação profissional do professor deve observar, primeiramente, as demandas existentes para esses trabalhadores, tais como: a necessidade de espaço para debates e o estabelecimento de jornadas de trabalho compatíveis com as demandas acadêmicas, com o tempo necessário à preparação de aulas e ao desenvolvimento de atividades de extensão, de pesquisa e de qualificação profissional. Apenas mediante esse reconhecimento é que o professor poderá ter a autonomia, as condições psicológicas e materiais adequadas para refletir, planejar, executar e avaliar sua prática, em conjunto com estudantes e demais atores da educação.

Em síntese, culpabilizar o sujeito pelo seu adoecimento só faz encobrir os problemas do sistema político-econômico e dispersar o olhar que é necessário às condições concretas de vida que influenciam nos processos de saúde-doença. Como ressalta Almeida (2020), quando a sociedade investe em tentativas de ajustamento, em explicações que naturalizam o sofrimento psíquico e, em prescrições indiscriminadas de psicofármacos, colabora para condições de vida adoecedoras e mascara os reais problemas que precisam ser combatidos.

Por isso, reconhecemos que as TICs contribuem para facilitar o acesso às informações e as pessoas, ainda que de modo virtual, bem como para o desenvolvimento de alguns processos ligados ao trabalho do professor e ao ensino. Entretanto, constatamos que, no cenário educativo brasileiro, a sua utilização vem acontecendo de forma equivocada, pois muitas vezes a educação é colocada como

produto, em função de interesses de mercado, em detrimento do zelo pela qualidade das relações de ensino e do desenvolvimento humano sustentável.

Após as ações empreendidas nesta investigação, verificamos como limitação a dificuldade de localizar pesquisas que relacionem as temáticas ensino remoto e saúde mental, para além do período de pandemia da covid-19. Soma-se a isso a escassez de estudos com essa temática que se pautem na Psicologia Histórico-Cultural, o que apesar de ser uma limitação, também demonstra uma lacuna teórica para a qual esta pesquisa contribui cientificamente. Além disso, entendemos que tal estudo pode ser ampliado para uma análise que contemple investigações em língua estrangeira, a fim de obter uma visão global sobre as publicações científicas existentes.

Em última análise, compreendemos que o ensino remoto se apresentou como uma alternativa ao período de distanciamento social imposto pela pandemia, entretanto, neste momento de pós-pandemia, faz-se fundamental o desenvolvimento de estudos, análises e avaliações sobre a referida estratégia e sua real aplicabilidade na educação superior pública brasileira.

Os debates aqui apresentados demonstram uma realidade que pode acarretar a gradativa diminuição da qualidade das relações de ensino e o aumento de quadros de adoecimento psíquico, inclusive, um crescimento nos pedidos de afastamentos e licenças. Assim, entendemos a importância de diálogos, de reflexões e de ações que ultrapassem o olhar patologizante, adentrando-se a discussões que envolvam os determinantes sociais do sofrimento e do adoecimento psíquico, de modo a superar a ideia de responsabilização única do indivíduo, rumo a uma atuação coletiva em saúde. Almejamos, desse modo, que as análises desenvolvidas contribuam para avanço das discussões nessa perspectiva.

Sugerimos, para estudos posteriores, a união dos constructos saúde mental docente e discente na universidade, em que se busque uma compreensão acerca das implicações dessa relação nos processos de ensino e aprendizagem e quais os níveis de influência do estado de saúde mental de um sobre o outro. Além disso, é possível averiguar e expandir o perfil do público discente atendido pela universidade pública no Brasil, respeitando as características regionais e peculiares de cada instituição, a fim de se analisar e desenvolver políticas públicas internas que garantam uma maior qualidade de vida na universidade.

Finalizamos esse trabalho chamando ao diálogo os trabalhadores que, muitas vezes, se "conformam" com a falta de tempo para o lazer, com o excesso de trabalho, com as baixas remunerações e até mesmo com as doenças decorrentes de rotinas desgastantes e desumanas. Os profissionais da educação, que passam anos de suas vidas estudando, construindo uma prática de atuação sólida e fundamentada e que, por vezes, acabam se deparando com situações nas quais veem a ciência e suas pesquisas serem desacreditadas, com base em justificativas infundadas, credíes populares, *fake news* ou até em meros preconceitos. Convidamos para reflexão os profissionais da saúde mental que estão sobrecarregados de trabalho e preocupados com os rumos que a sociedade tem tomado e junto com ela, a crescente de casos de doenças psíquicas. Os estudantes universitários e as suas famílias, que estão adoecendo dia a dia em função das grandes exigências advindas de uma sociedade que prega o consumismo, a meritocracia e que oferece, para tudo isso, o trabalho em condições precárias e soluções "mágicas" e imediatistas, que nada mais são do que parte desse processo de influenciar, manipular e alienar, afastando o ser humano, e especialmente os jovens, do seu potencial de emancipação e do seu lugar como principais agentes de transformação da sociedade: *vocês são realmente muito importantes para o futuro da sociedade, por isso, lutem pelos seus direitos de ter uma educação pública de qualidade, e isso envolve poder contar com professores em condições físicas e emocionais saudáveis.*

Por fim, como seres sociais, conscientes de que nossa evolução perpassa aspectos de saúde e de educação, esperamos que este estudo possa inspirar outros pesquisadores que, assim como nós, acreditam e lutam por uma educação humanizadora e politicamente situada.

REFERÊNCIAS

- ABRAFI. Associação Brasileira das mantenedoras das faculdades. CNE aprova parecer com diretrizes para reorganização dos calendários escolares e realização de atividades não presenciais pós retorno. **ABRAFI**, 28 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.abrafi.org.br/index.php/site/noticiasnovo/ver/3214>. Acesso em: 17 set. 2022.
- ABRANTES, A. A.; BULHÕES, L. Idade adulta e o desenvolvimento psíquico na sociedade de classe: juventude e trabalho. *In*: MARTINS, L. M.; ABRANTES, A. A.; FACCI, M. G. D. (orgs.). **Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice**. Campinas: Autores Associados, 2017, p. 241-265.
- AITA, E. B. *et al.* Aprendizagem e desenvolvimento na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural. *In*: TULESKI, S. C. CHAVES, M.; LEITE, H. A. (orgs.). **Materialismo histórico-dialético como fundamento da psicologia histórico-cultural: método e metodologia de pesquisa**. 2. ed. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2019, p. 181-198.
- ALMEIDA, M. R de. **A formação social dos transtornos do humor**. 2018. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Botucatu, 2018.
- ALMEIDA, M. R de. Os transtornos do humor à luz da teoria da determinação social do processo de saúde-doença e da psicologia histórico-cultural. *In*: FRANCO, A. F.; TULESKI, S. C.; MENDONÇA, F. W. (orgs.). **Ser ou não ser na sociedade capitalista: o materialismo histórico-dialético como método da psicologia histórico-cultural e da teoria da determinação social dos processos de saúde e doença**. Goiânia: Phillos, 2020, p. 191-199.
- ALVES, A. A. M.; RODRIGUES, N. F. R. Determinantes sociais e econômicos da saúde mental. **Rev. Port. Saúde Pública**, v. 28, n. 2, p. 127-131, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://reader.elsevier.com/reader/sd/pii/S0870902510700031?token=21E45C73A1B66CE591EE84A9578841BA302EB05A4FD5BE136AB9BAD57322B868843462E8DE23D35F911FE97C841EFD0D&originRegion=us-east-1&originCreation=20220603194537> . Acesso em: 03 jun. 2022.
- ALVES, A. M. O método materialista histórico-dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 9, n. 1, p. 1-13, 2010. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/422/400> . Acesso em: 16 jul. 2022.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2014.
- ANDIFES. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **Relatório de atividades das Instituições Federais de Ensino Superior no ano letivo de 2020**. Brasília: ANDIFES, 2021. Disponível em:

<https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2021/08/Acesse-o-Relatorio-de-Atividades-das-Instituicoes-Federais-de-Ensino-Superior-no-ano-letivo-de-2020.pdf> . Acesso em: 11 set. 2022.

ANTONINI, F. O. **Promoção da saúde do trabalhador docente dos Institutos Federais de Educação**. 2018. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho (1995). 11 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ANTUNES, R. O trabalho, sua nova morfologia e a era da precarização estrutural. **Theomai**, n. 19, p. 47-57, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/124/12415104007.pdf> . Acesso em: 09 jun. 2022.

ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/FSqZN7YDckXnYwfqSWqgGPp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 mai. 2022.

ARAUJO, M. P. N. *et al.* Residência é residência, trabalho é trabalho: estudo qualitativo sobre o trabalho remoto de professores universitários durante a pandemia da COVID-19. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 9, p. 1-16, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/18068/16089> . Acesso em: 02 jun. 2022.

ARAÚJO, R. M. de. *et al.* COVID-19, Mudanças em Práticas Educacionais e a Percepção de Estresse por Docentes do Ensino Superior no Brasil. **Revista Brasileira de Informática na Educação**, v. 28, p. 864-891, 2020. Disponível em: <http://ojs.sector3.com.br/index.php/rbie/article/view/v28p864/6744#:~:text=Baixar%20este%20arquivo%20PDF>. Acesso em: 05 jun. 2022.

ARROYO, H. V. El Movimiento de Universidades Promotoras de la Salud. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 31, n. 4, p. 1-4, out/dez. 2018. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/RBPS/article/view/8769>. Acesso em: 16 out. 2022.

BARRETO, M. A.; ABREU, C. C.; ALMEIDA, G. R. Psicologia e Educação: Mediações em Tempos de Pandemia. *In*: NEGREIROS, F.; FERREIRA, B. O. (org.). **Onde está a Psicologia Escolar no meio da pandemia?** São Paulo: Editora Pimenta Cultural, 2021, p. 66-90.

BARRETO, M. M. S. **Assédio moral**: a violência sutil-análise epidemiológica e psicossocial no trabalho no Brasil. 2005. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

BERNARDES, P. M. Análise psicológica da saúde mental de professores da rede pública de ensino. *In*: SOUZA, J. C. P de.; CAVALCANTE, D. R. C.; FIGUEIREDO, S. C. G. de. (orgs.). **A saúde mental em discussão**. Belo Horizonte: Poisson, 2021, p. 150-166.

BIANCHETTI, L.; VALLE, I. R. Produtivismo acadêmico e decorrências das condições de vida/trabalho de pesquisadores brasileiros e europeus. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 82, p. 89-110, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/McWkP54pFcYWp9t9Y48YftJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jun. 2022.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006. Disponível em: https://arquivos.cruzeirodosuleducacional.edu.br/principal/old/revista_odontologia/pdf/setembro_dezembro_2006/metodologia_pesquisa_bibliografica.pdf. Acesso em: 04 jul. 2022.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de Psicologia. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

BORGES, R. B. M. **Tramas acadêmicas**: docentes frente às transformações no trabalho nas pós-graduações em psicologia. 2019. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

BOTH, J. *et al.* Bem-estar do trabalhador docente de Educação Física da região sul do Brasil de acordo com os ciclos vitais. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 28, p. 77-93, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbefe/a/c5PsNg7s645RbCHjNPgy4hw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 out. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da república federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 14 out. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm . Acesso em: 14 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **As cartas da promoção da saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartas_promocao.pdf. Acesso em: 14 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm . Acesso em: 18 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS)**. Anexo I da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude.pdf. Acesso em: 14 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo da Educação Superior 2018**: notas estatísticas. Diretoria de Estatísticas educacionais. Brasília: MEC, 2019a. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/censo_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf. Acesso em: 14 out. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019**. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Brasília: Presidência da República, 2019b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm . Acesso em: 14 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 343, de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Brasília: MEC, 2020a. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>>. Acesso em: 04 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020. Brasília: MEC, 2020b. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de--16-de-junho-de-2020-261924872> . Acesso em: 04 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Como é transmitido?** Ministério da Saúde, 2021a. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/como-e-transmitido> . Acesso em: 01 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **O que é a Covid-19?** Ministério da Saúde, 2021b. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>. Acesso em: 01 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sintomas**. Ministério da Saúde, 2021c. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/sintomas>. Acesso em: 01 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2020**: notas estatísticas. Brasília, 2022.

BREILH, J. **Epidemiologia: economia, política e saúde**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista/HUCITEC, 1991.

BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. **Physis: revista de saúde coletiva**, v. 17, p. 77-93, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/msNmfGf74RqZsbpKYXxNKhm/?format=pdf&lang=p>. Acesso em: 10 out. 2022.

CARVALHO, A. C. C. **Trabalho docente e adoecimento de professores do ensino fundamental em um município da zona da mata mineira**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2014.

CARVALHO, R. B. *et al.* Transformação digital: desafios na formação de um constructo e cenários para uma agenda de pesquisa. **Revista de Administração Mackenzie - RAM**, São Paulo, v. 22, n. 6, p. 1-15, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ram/a/np8sSHsx7KGrbfyPQr3Qksv/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 16 jul. 2022.

CARVALHO, S. R. de.; MARTINS, L. M. Idade Adulta, trabalho e desenvolvimento psíquico: a maturidade em tempos de reestruturação produtiva. *In*: MARTINS, L. M.; ABRANTES, A. A.; FACCI, M. G. D. (orgs.). **Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice**. Campinas: Autores Associados, 2020, p. 267-292.

CASTRO, E. A; QUEIROZ, E. R. de. Educação a distância e ensino remoto: distinções necessárias. **Rev. Nova Paideia-Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**, Brasília, v. 2, n. 3, p. 3 - 17, 2020. Disponível em: <http://ojs.novapaideia.org/index.php/RIEP/article/view/40>. Acesso em: 04 set. 2022.

CHAUÍ, M. **Escritos sobre a Universidade**. São Paulo: UNESP, 2001.

CONCEIÇÃO, V. M. da. Impactos da Pandemia de Covid-19 no Lazer e no Trabalho do Professor Universitário em Home Office. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 24, n. 3, p. 490-526, set. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/36337/28430> . Acesso em: 31 mai. 2022.

COSTA, F. G.; MAQUÊA, V.; MANCHOPE, E. C. P. O professor do ensino superior público, a pandemia, e a barata, de Clarice Lispector. *In*: MANCHOPE, E. C. P. *et al.* (orgs.). **Educação superior na (pós)pandemia: práticas em construção em universidades brasileiras**. Cascavel-PR: Edunioeste, 2020, p. 91-102.

CRISPIN, C. S.; FACCI, M. G. D. Significado social, sentido pessoal e readaptação docente: reflexões à luz da psicologia histórico-cultural. *In*: FACCI, M. G. D.; URT, S. C. (orgs.). **Quando os professores adoecem: demandas para a psicologia e educação**. Campo Grande: UFMS, 2020, p. 141-174.

CRUZ, R. M. *et al.* Saúde docente, condições e carga de trabalho. **Revista Electrónica de Investigación y Docencia (REID)**, n. 4, p. 147-160, jul. 2010.

Disponível em:

<https://revistaselectronicas.ujaen.es/index.php/reid/article/view/1024/863> . Acesso em: 05 jun. 2022.

DASSOLER, O. B.; CALIMAN, G. Educação, sociabilidade e socialização: múltiplas perspectivas. **Revista De Educação ANEC**, Brasília, v. 41, n. 154, p. 142-156, 2017. Disponível em: <https://revistas.anec.org.br/index.php/revistaeducacao/article/view/25>. Acesso em: 19 set. 2022.

DELARI JUNIOR, A. Questões de método em Vigotski: busca da verdade e caminhos da cognição. *In*: TULESKI, S. C.; CHAVES, M.; LEITE, H. A. (orgs.). **Materialismo histórico-dialético como fundamento da psicologia histórico-cultural: método e metodologia de pesquisa**. 2. ed. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2019, p. 37-70.

DERBLI, M. Uma breve história das revisões do DSM. **ComCiência**, Campinas, n. 126, p. 1-2, 2011. Disponível em: <http://comciencia.scielo.br/pdf/cci/n126/n126a06.pdf> . Acesso em: 18 mar. 2022.

DIAS, M. S. L.; PEREIRA, A. C. A importância da constituição do sujeito em Vigotski para o ensino superior. *In*: FARIA, P. M. F., CAMARGO, D., VENÂNCIO, A. C. L (orgs.). **Vigotski no ensino superior: concepção e práticas de inclusão**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020, p. 82-94.

DOTTA, S. *et al.* A mediação em aulas virtuais síncronas via webconferência. **Revista Brasileira de Informática na Educação**, v. 22. n. 1, p. 56-66, 2014. Disponível em: <http://ojs.sector3.com.br/index.php/rbie/article/view/2384/2472>. Acesso em: 18 set. 2022.

ESPER, M. B. S. B. *et al.* Produções sobre o sofrimento/ adoecimento do professor universitário: reflexões a partir da psicologia histórico-cultural. *In*: FACCI, M. G. D.; URT, S. C. (orgs.). **Quando os professores adoecem: Demandas para a psicologia e a educação**. Campo Grande: Editora UFMS, 2020, p. 177-214.

FACCI, M. G. D. Atividade docente e o desenvolvimento psicológico dos alunos: contribuição da psicologia histórico-cultural. *In*: URT, S. C.; CINTRA, R. C. G. G. (orgs.). **Identidade, formação e processos educativos**. Campo Grande-MS: Life, 2012, p. 85-106.

FACCI, M. G. D. *et al.* Uso de medicamentos ou medicalização dos professores? Uma discussão sobre as relações de trabalho e adoecimento. *In*: FACCI, M. G. D.; URT, S. C. (orgs.). **Precarização do trabalho, adoecimento e sofrimento do professor**. Teresina: EDUFPI, 2017, p. 101-136.

FACCI, M. G. D.; LEONARDO, N. S. T.; ALVES, E. R. S. Retrato do adoecimento e da medicalização de docentes no ensino superior: algumas reflexões. *In*: INSFRAN, F. F. N. *et al.* (orgs.). **Fraturas expostas pela pandemia: escritos e experiências em educação**. Campos dos Goytacazes-RJ: Encontrografia, 2020, p. 182-200.

FALCÃO, J. T. R.; MESSIAS, J. S.; ANDRADE, L. R. M. de. O trabalho precário e o

trabalho precarizado. *In*: FERREIRA, M. C.; FALCÃO, J. T. da R. (orgs.). **Intensificação, precarização, esvaziamento do trabalho e margens de enfrentamento**. Natal: EDUFRN, 2020, p. 78-103.

FARIA, P. M. F. de.; VENÂNCIO, A. C. L.; CAMARGO, D. de. O ensino superior sob a perspectiva histórico-cultural: repensando as contribuições de Vigotski. *In*: FARIA, P. M. F., CAMARGO, D., VENÂNCIO, A. C. L. (orgs.). **Vigotski no ensino superior: concepção e práticas de inclusão**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020, p. 227.

FERNANDES, M. D. E. Prefácio. *In*: FACCI, M. G. D.; URT, S. C. (orgs.). **Precarização do trabalho, adoecimento e sofrimento do professor**. Teresina: EDUFPI, 2017, p. 7-11.

FERNANDES, S. *et al.* Atenção à saúde e qualidade de vida de professores em ensino remoto: relato de experiência. **Revista Conexão UEPG**, v. 17, n. 1, p. 1-16, 2021. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/conexao/article/view/19566/209209215523> . Acesso em: 17 jul. 2022.

FERREIRA, M. C.; FALCÃO, J. T. R. Trabalho em Contexto de Pandemia, Saúde Mental e Qualidade de Vida no Trabalho: Diretrizes Essenciais. *In*: MORAES, M. M. de. (org.). **Os impactos da pandemia para o trabalhador e suas relações com o trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 2020, p. 23-34.

FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das Ifes - 2018**. Brasília: FONAPRACE, 2019. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf> . Acesso em: 26 set. 2022.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FORATTINI, C. D. Adoecimento e sofrimento docente na perspectiva da precarização do trabalho. **Laplage em Revista**, Sorocaba, v. 1, n. 2, p. 32-47, mai./ago. 2015. Disponível em: <https://oaji.net/articles/2016/2779-1452556088.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, N. P. *et al.* Saúde mental de docentes universitários em tempos de Covid-19. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 1-7, dez. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sausoc/2021.v30n2/e200605/>. Acesso em: 03 jun. 2022.

GOMES, R. M. Determinação social do processo saúde-doença: alguns elementos conceituais. *In*: FRANCO, A. F.; TULESKI, S. C.; MENDONÇA, F. W. (orgs.). **Ser ou não ser na sociedade capitalista: o materialismo histórico-dialético como método da psicologia histórico-cultural e da teoria da determinação social dos processos de saúde e doença**. Goiânia-GO: Editora Phillis, 2020, p. 149-162.

GONZÁLEZ REY, F. L. **O social na psicologia e a psicologia social**: a emergência do sujeito. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2016.

GONZÁLEZ REY, F. L. **Subjetividade e saúde**: superando a clínica da patologia. São Paulo: Cortez, 2011.

HAMADA, I. A. Práxis, trabalho e educação. *In*: BERNARDES, M. E. M.; BEATÓN, G. A. (orgs.). **Trabalho, educação e lazer**: contribuições do enfoque histórico-cultural para o desenvolvimento humano. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades, 2017, p. 85-108.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural (1989). 17 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HENRIQUE, E. *et al.* Os processos de saúde-doença na sociedade capitalista: uma questão de gênero? *In*: FRANCO, A. F.; TULESKI, S. C.; MENDONÇA, F. W. (orgs.). **Ser ou não ser na sociedade capitalista**: o materialismo histórico-dialético como método da psicologia histórico-cultural e da teoria da determinação social dos processos de saúde e doença. Goiânia: Editora Phillos, 2020, p. 163-190.

JORGE, E. E. *et al.* Níveis de ansiedade em docentes perante a pandemia de orthocoronavirinae (Covid-19). *In*: ZAGO, M. C. (org.). **Saúde mental no século XXI**: indivíduo e coletivo pandêmico. Guarujá: Editora Científica, 2021, p. 178-200.

KENSKI, V. M. Novas tecnologias na educação presencial e a distância I. *In*: BARBOSA, R. L. L. **Formação de educadores**: desafios e perspectivas. São Paulo: Editora da Unesp, 2003. p. 91-107.

LAURELL, A. C. La salud-enfermedad como proceso social. **Revista Latinoamericana de Salud**, Xochimilco (México), v. 2, n. 1, p. 7-25, 1982. Disponível em: <http://capacitasalud.com/biblioteca/wp-content/uploads/2016/02/Cuadernos-Medico-Sociales-19.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2022.

LEÃO, I. B. Professores universitários são felizes quando o poder político permite que se emocionem. *In*: FACCI, M. G. D.; URT, S. C. (orgs.). **Quando os professores adoecem**: demandas para a psicologia e educação. Campo Grande: UFMS, 2020, p. 379-425.

LEONTIEV, A. N. **Actividad, Conciencia y Personalidad**. Ciudad de México: Editorial Cartago de México, 1984.

LEONTIEV, A. N. **O desenvolvimento do psiquismo**. São Paulo: Centauro, 2004.

LISPECTOR, C. **A paixão segundo G.H.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2020.

LUZ, S. C. T. da.; MAQUEÃ, V. O professor universitário e a pandemia de covid-19: é possível se reinventar em meio ao caos? *In*: MANCHOPE, E. C. P. *et al.* (orgs.).

Educação superior na (pós)pandemia: práticas em construção em universidades brasileiras. Cascavel-PR: Edunioeste, 2020, p. 103-117.

MACHADO, M. C. **O peso de estar em casa:** uma análise acerca da percepção das profissionais docentes em relação a sobrecarga de trabalho no home office. 2021. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2021.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARINO FILHO, A. Atividade, significação e sentido: bases do sofrimento psicológico e a especificidade do adoecimento do professor. *In:* FACCI, M. G. D.; URT, S. C. (orgs.). **Quando os professores adoecem:** demandas para a psicologia e educação. Campo Grande: UFMS, 2020, p. 73-104.

MARTINS, L. M. A natureza histórico-social da personalidade. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 24, n. 62, p. 82-99, abr. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/Xj7t9S4VCrjyHcrw5xmydPc/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 17 jul. 2022.

MARTINS, L. M. O legado do século XX para a formação de professores. *In:* MARTINS, L. M.; DUARTE, N. (orgs.) **Formação de professores:** limites contemporâneos e alternativas necessárias. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, p. 13-34.

MARTINS, L. M. **O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar:** contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica. 2011. Tese (Doutorado em Psicologia da Educação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru, 2011.

MARTINS, L. M. Psicologia Histórico-Cultural, Pedagogia Histórico-Crítica e desenvolvimento humano. *In:* MARTINS, L. M.; ABRANTES, A. A.; FACCI, M. G. D. (orgs.). **Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico:** do nascimento à velhice. Campinas-SP: Autores Associados, 2017, p. 13-34.

MARTINS, L. M. As aparências enganam: divergências entre o materialismo histórico-dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa. *In:* TULESKI, S. C.; CHAVES, M.; LEITE, H. A. **Materialismo histórico-dialético como fundamento da psicologia histórico-cultural:** método e metodologia de pesquisa. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2. ed., 2019, p. 25-36.

MARTINS, L. M. Psicologia Histórico-Cultural, Pedagogia Histórico-Crítica e desenvolvimento humano. *In:* MARTINS, L. M.; ABRANTES, A. A.; FACCI, M. G. D. (orgs.). **Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico:** do nascimento à velhice. Campinas: Autores Associados, 2020, p. 13-34.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos.** Tradução de Jesus Ranieri. 4. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MATIAS, A. "Fordismo". **Brasil Escola**, 2022. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/fordismo.htm> . Acesso em: 09 jun. 2022.

MATTOS, J. G. S. de. *et al.* Dores osteomusculares e o estresse percebido por docentes durante a pandemia da Covid-19. **Research, Society and Development**, , v. 10, n. 6, p. 1-13, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/15447/14064> . Acesso em: 01 jun. 2022.

MATTOS, M. P.; GOMES, D. R.; SOUSA, M. L. T. Promoção à saúde de estudantes universitários: contribuições para um espaço de integração e acolhimento. **Saúde em Redes**, v. 4, n. 4, p. 159-173, 2018. Disponível em: <http://revista.redeunida.org.br/ojs/index.php/rede-unida/article/view/2214>. Acesso em: 04 jul. 2022.

MEDEIROS, J. G. C. *et al.* Análise da saúde mental dos professores de uma instituição de ensino superior em meio a pandemia. **Revista CPAQV–Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida**, v. 13, n. 2, p. 2-11, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/arlindo-branco-junior/publication/353090105_analise_da_saude_mental_dos_professores_de_uma_instituicao_de_ensino_superior_em_meio_a_pandemia/links/60f6f1e19541032c6d547046/analise-da-saude-mental-dos-professores-de-uma-instituicao-de-ensino-superior-em-meio-a-pandemia.pdf. Acesso em: 01 jun. 2022.

MELO, D. C. F. de.; ROSSETTO, E.; LIMA, S. R. de. A Formação de Professores em Educação Especial Sob o Olhar da Psicologia Histórico-Cultural. *In*: DEPS, V. L.; PESSIN, G. (orgs.). **Psicologia da Educação em Perspectiva**. Campos de Goytacazes-RJ: Editora Brasil Multicultural, 2018, p. 24-43.

MILTERS, C. Plano de Ação Integral da Organização Mundial da Saúde para Saúde Mental 2013-2030. **Carol Milters**, 10 de outubro de 2021. Disponível em: <https://carolmilters.com/plano-de-acao-integral-da-organizacao-mundial-da-saude-para-saude-mental-2013-2030/> . Acesso em: 06 abr. 2022.

MINAYO, M. C. S. Ciência técnica e arte: o desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, M. C. S. (orgs.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 09-29.

MOLON, S. I. **Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MONTEIRO, B. M. M.; SOUZA, J. C. Saúde mental e condições de trabalho docente universitário na pandemia da COVID-19. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 9, p. 1-16, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/7660/6644> . Acesso em: 03 jun. 2022.

MOORHOUSE, B. L. Adaptations to a face-to-face initial teacher education course 'forced' online due to the covid-19 pandemic. **Journal of Education for Teaching**, Hong Kong, v. 46, n. 4, p. 609-611, 2020. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/02607476.2020.1755205>. Acesso em: 18 set. 2022.

MOREIRA, J. A.; SCHLEMMER, E. Por um novo conceito e paradigma de educação digital online. **Revista UFG**, v. 20, p. 1-35, 2020. Disponível em: https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/10642/1/Doc.UFG_Onlife.pdf . Acesso em: 18 set. 2022.

MOREIRA, W. Revisão de Literatura e Desenvolvimento Científico: conceitos e estratégias para confecção. **Janus**, Lorena, v. 1, n. 1, p. 2, jul./dez. 2004. Disponível em: <http://unifatea.com.br/seer3/index.php/Janus/article/view/102/92> . Acesso em: 17 jul. 2022.

MOROSINI, M. C. Estado de conhecimento e questões do campo científico. **Educação (UFSM)**, Santa Maria, v. 40, n. 1, p. 101-116, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/15822/pdf> . Acesso em: 04 jul. 2022.

MOROSINI, M. C.; FERNANDES, C. M. B. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação por escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul./dez. 2014. Disponível: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/view/18875/12399> . Acesso em: 17 jul. 2022.

MUSSI, A. A.; BRITO, T. T. R. Autonomia universitária em tempos de pandemia: desafios e proposições das universidades estaduais baianas para a garantia do acesso e permanência à educação de qualidade socialmente referenciada. *In*: MANCHOPE, E. C. P. *et al.* (orgs.). **Educação superior na (pós)pandemia: práticas em construção em universidades brasileiras**. Cascavel-PR: EDUNIOESTE, 2020, p. 47-70.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. **Nações Unidas Brasil**, 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs> . Acesso em: 10 out. 2022.

NASCIMENTO, E. C. do; CABRAL, F. P. Dilemas do ensino remoto no Ensino Superior no Brasil. **TICs & EaD em Foco**, v. 8, n. 1, p. 6-20, 2022. Disponível em: <https://www.uemanet.uema.br/revista/index.php/ticseadfoco/article/view/600>. Acesso em: 16 set. 2022.

OLIVEIRA, A. R. de. *et al.* Educação e saúde mental em tempos de pandemia da Covid- 19: Projeto Neurolive. *In*: NEGREIROS, F.; FERREIRA, B. O. (orgs.). **Onde está a psicologia escolar no meio da pandemia?** São Paulo: Pimenta Cultura, 2021, p. 556-579.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **CID-10: Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde**. 10. ed. rev. São Paulo: Edusp, 2007.

OMS. Organização Mundial da Saúde. Novas orientações da OMS buscam pôr fim às violações dos direitos humanos na atenção à saúde mental. **Organização Pan-Americana da Saúde**, 10 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/10-6-2021-novas-orientacoes-da-oms-buscam-por-fim-violacoes-dos-direitos-humanos-na> . Acesso em: 04 abr. 2022.

OMS. Organização Mundial da Saúde. Depressão. **OMS**, 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/depressao> . Acesso em: 27 jun. 2022.

OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. Considerações psicossociais e de saúde mental durante o surto de COVID-19. **OPAS**, 18 de março de 2020. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/51996/OPASBRACOV1920040_por.pdf Acesso em: 17 set. 2022.

ORSO, J. F. **Universidade brasileira: história, lutas, contradições e disputas**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021.

PATEL, V. *et al.* The Lancet Commission on global mental health and sustainable development. **The lancet**, v. 392, n. 10157, p. 1553-1598, 2018. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(18\)31612-X/fulltext?amp;utm_source=twitter&](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(18)31612-X/fulltext?amp;utm_source=twitter&). Acesso em: 3 out. 2022.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. G. C.; CAVALLET, V. J. Docência no ensino superior: construindo caminhos. *In*: BARBOSA, R. L. L. (org). **Formação de educadores: desafios e perspectivas**. São Paulo: Editora da Unesp, 2003, p. 267-278.

PINO, A. **As marcas do humano: as origens da constituição cultural da criança na perspectiva de Lev S. Vigotski**. São Paulo: Cortez, 2005.

PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES. Guia de uso do Portal de Periódicos da CAPES. **Periódicos Capes**, 2020. Disponível em: https://www.periodicos.capes.gov.br/images/documents/Portal_Per%C3%B3dicos_CAPES_Guia_2019_4_oficial.pdf . Acesso em: 29 set. 2022.

PORTELINHA, A M. S. *et al.* **As (in)certezas do trabalho docente na pandemia**. Uberlândia: Navegando, 2021.

PRADO FILHO, K.; MARTINS, S. A subjetividade como objeto da(s) psicologia(s). **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 3, p. 14-19, dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/NJYycJNvX58WS7RHRssSjjH/?lang=pt> . Acesso em: 14 jan. 2021.

PRADO, A. S.; SILVEIRA, C. C. A psicologia escolar no planejamento e organização do cuidado coletivo em saúde mental: um relato de experiência. *In*: NEGREIROS, F.; FERREIRA, B. O. (orgs.). **Onde está a psicologia escolar no meio da pandemia?** São Paulo: Pimenta Cultura, 2021, p. 883-902.

PROEST. **Perfil socioeconômico e cultural dos(as) estudantes da UFAL:** coleção UFAL e políticas públicas de gestão na educação superior. Maceió: EDUFAL, 2020. Disponível em: <https://ufal.br/estudante/assistencia-estudantil/publicacoes/ebook-perfil-dos-estudantes.pdf/view> . Acesso em: 03 set. 2022.

QUEIROZ, V. B. **Possibilidades de Enfrentamento ao Adoecimento do Professor Universitário.** 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2021.

RATNER, C. **A psicologia sócio-histórica de Vygotsky:** aplicações contemporâneas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

REZERA, D.; BELCHIOR, I. S.; ANJOS, R. V. dos. A escola como espaço de sociabilidades e a conformação dos sujeitos: as ações do grêmio estudantil, no ifrs-campus ibirubá, durante a pandemia da covid-19. **Humanidades & Inovação**, v. 9, n. 10, p. 125-138, 2022. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/7230>. Acesso em: 04 set. 2022.

RICCI, P. S. P.; CAMBAÚVA, L. G.; LEITE, H. A. Apresentação do grupo de estudos em Psicologia Histórico-Cultural (LAPSIHC-UEM): a importância do resgate de seus pressupostos teórico metodológicos. *In*: TULESKI, S. C.; CHAVES, M.; LEITE, H. A. **Materialismo histórico-dialético como fundamento da psicologia histórico-cultural:** método e metodologia de pesquisa. 2. ed. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2019, p. 167-180.

RISTOFF, D. I. Mirando a nuvem: impactos, possibilidades e limites da educação superior em tempos de pandemia. *In*: MANCHOPE, E. C. P. *et al.* (orgs.). **Educação superior na (pós)pandemia:** práticas em construção em universidades brasileiras. Cascavel-PR: EDUNIOESTE, 2020, p. 21-46.

ROCHA, G. S. da. **Saúde mental e pandemia:** um estudo com os professores do ensino fundamental – anos iniciais do município de Cascavel/Pr. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2021.

RODRIGUES, L. A. Uma nova proposta para o conceito de blended learning. **Interfaces da Educação**, Paranaíba, v. 1, n. 3, p. 5-22, 2010. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/628/592>. Acesso em: 18 set. 2022.

ROLDÃO, F. D. *et al.* Reflexões sobre o trabalho do professor universitário: um olhar a partir da teoria de Vigotski. *In*: FARIA, P. M. F.; CAMARGO, D.; VENÂNCIO, A. C. L. (orgs.). **Vigotski no ensino superior: concepção e práticas de inclusão.** Porto Alegre: Editora Fi, 2020, p. 41-60.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo "estado da arte" em Educação. **Diálogo Educ.**, Curitiba, n. 19, v. 6, p. 37-50, set./dez. 2006. Disponível: <https://docente.ifrn.edu.br/albinonunes/disciplinas/pesquisa-em-ensino->

pos.0242-posensino/romanowski-j.-p.-ens-r.-t.-as-pesquisas-denominadas-do-tipo-201cestado-da-arte201d.-dialogos-educacionais-v.-6-n.-6-p.-37201350-2006#:~:text=258)%2C%20as%20pesquisas%20denominadas%20%E2%80%9C,sendo%20destacados%20e%20privilegiados%20em . Acesso em: 17 jul. 2022.

ROSSETTO, E. **Sujeitos com deficiência no ensino superior**: vozes e significados. 2009. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SANTINELLO, J.; COSTA, M. L. F.; SANTOS, R. L. dos. A virtualização do Ensino Superior: reflexões sobre políticas públicas e Educação Híbrida. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/kDg6xqTkySYrWsXvszFg4Np/abstract/?lang=pt> . Acesso em: 04 set. 2022.

SANTO, A. H. Equivalência entre revisões da Classificação Internacional de Doenças: causas de morte. **Revista de Saúde Pública**, v. 34, n. 1, p. 21-28, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/kNz8gCkRvZqCXj7j6rzqx3k/?lang=pt> . Acesso em: 03 out. 2022.

SANTOS, A. C. V. *et al.* A esquizofrenia é determinada biologicamente? Apontamentos acerca das consequências da fragmentação da unidade biológico-social. *In*: FRANCO, A. F.; TULESKI, S. C.; MENDONÇA, F. W. (orgs.). **Ser ou não ser na sociedade capitalista**: o materialismo histórico-dialético como método da psicologia histórico-cultural e da teoria da determinação social dos processos de saúde e doença. Goiânia: Editora Phillos, 2020, p. 201-230.

SANTOS, E. **Pesquisa-formação na cibercultura**. Teresina: EDUFPI, 2019

SANTOS, G. M. R. F.; SILVA, M. E. da.; BELMONTE, B. R. COVID-19: ensino remoto emergencial e saúde mental de docentes universitários. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 21, p. 237-243, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/b3TVbVHcCZRxkVZPFPK6PHF/abstract/?lang=pt> . Acesso em: 18 jun. 2022.

SANTOS, H. M. R. Os desafios de educar através da Zoom em contexto de pandemia: investigando as experiências e perspectivas dos docentes portugueses. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-17, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/15805/209209213515> . Acesso em: 18 jun. 2022.

SARMENTO, C. F. *et al.* Investigando os impactos da COVID-19 no ensino remoto da computação: uma análise no nordeste do Brasil. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 6, p. 64072-64099, 2021. Disponível em: <https://scholar.archive.org/work/b3lzwdk7i5d2vcuh6fscuth4j4/access/wayback/https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/download/32067/pdf> . Acesso em: 01 jun. 2022.

SASAKI, A. H.; SFORNI, M. S. F. Desenvolvimento do pensamento na educação escolar e a unidade afetivo-cognitiva. *In*: FIRBIDA, F. G. B.; FACCI, M. G. D.; BARROCO, S. M. S. **O desenvolvimento das funções psicológicas superiores na psicologia histórico-cultural**: contribuições à psicologia e à educação. Uberlândia: Navegando, 2021, p. 128-138.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. Ed. comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. A importância da presencialidade no ensino superior. Atividade presencial com transmissão online. [S. l.: s. n.], 2022. 1 vídeo (2 h 39 min. 54 segs.). Publicado pelo canal Laborei. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vZ-RWzppmFA>. Acesso em: 28 ago. 2022.

SEVERINO, A. J. A pesquisa na pós-graduação em educação. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos - SP, v. 1, n. 1, p. 31-49, 2007. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/4/4> . Acesso em: 17 jul. 2022.

SILUS, A.; FONSECA, A. L. C.; JESUS, D. L, N. de. Desafios do ensino superior brasileiro em tempos de pandemia da COVID-19: repensando a prática docente. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 1-17, dez. 2020. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5336/5105> . Acesso em: 17 jul. 2022.

SILVA FILHO, P. Ensino Superior pós-pandemia: aspectos econômicos, sociais, políticos e educacionais. *In*: MANCHOPE, E. C. P. *et al.* (orgs.). **Educação superior na (pós) pandemia**: práticas em construção em universidades brasileiras. Cascavel-PR: Edunioeste, 2020, p. 219-246.

SILVA, A. P. P. N. da.; SOUZA, R. T. de.; VASCONCELLOS, V. M. R. de. O Estado da Arte ou o Estado do Conhecimento. **Educação**, Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 1-12, mar. 2021. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/37452/26636> . Acesso em: 17 jul. 2022.

SILVA, F. G. Inconsciente e adoecimento psíquico na psicologia histórico-cultural: estudo a partir da atividade docente. *In*: FACCI, M. G. D.; URT, S. C. (orgs.). **Quando os professores adoecem**: demandas para a psicologia e educação. Campo Grande: UFMS, 2020, p. 45-52.

SILVA, M. A. S. da. **Compreensão do adoecimento psíquico**: de L. S. Vigotski à Patopsicologia Experimental de Bluma V. Zeigarnik. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

SILVA, M. A. S. da.; TULESKI, S. C. Patopsicologia Experimental: Abordagem histórico-cultural para o entendimento do sofrimento mental. **Estudos de Psicologia**, v. 20, n. 4, p. 207-216, out./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/7NDBHg3kD8ZnYmSRKQq8MNF/abstract/?lang=pt> . Acesso em: 14 fev. 2022.

SILVA, M. H. *et al.* Do ensino presencial ao remoto: experiências dos docentes do bacharelado em Turismo durante a pandemia da Covid-19. **Revista de Turismo Contemporâneo**, Natal, v. 9, n. 2, p. 172-194, mai./ago. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo/article/view/23516/14178> . Acesso em: 03 jun. 2022.

SMOLKA, A. L. B. Questões de desenvolvimento humano na perspectiva histórico-cultural. [S. l.: s. n.], 2022. 1 vídeo (1 h 50 min. 17 segs.). Publicado pelo canal Educação Especial e Inovação Tecnológica, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=b1xlrCtx8TM&t=3212s>. Acesso em: 19 set. 2022.

SMOLKA, A. L. O (im)próprio e o (im)pertinente na apropriação das práticas sociais. **Cadernos CEDES**, ano xx, n. 50, p. 26-40, abr. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/KNrMXHpm3NdK3SFNycDrHfN/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 08 jun. 2022.

SOARES, M. B.; MACIEL, F. **Alfabetização** – Série Estado do Conhecimento nº 1. Brasília: MEC/INEP, 2000.

SOUSA, R. "Taylorismo". **Brasil Escola**, 2022. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/taylorismo-fordismo.htm> . Acesso em 09 jun. 2022.

SOUZA, K. de. *et al.* Trabalho remoto, saúde docente e resistências coletivas em contexto pandêmico: a experiência de docentes da rede particular de educação. *In*: AFONSO, C. *et al.* (orgs.). **Trabalho docente sob fogo cruzado**. 1. ed. Rio de Janeiro: Laboratório de políticas públicas (LPP/UERJ), 2021, p. 135-155.

SPINARDI, J. D.; BOTH, I. J. Blended learning: o ensino híbrido e a avaliação da aprendizagem no ensino superior. **Boletim técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 1, p. 1-12, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://bts.senac.br/bts/article/view/648/562> . Acesso em: 18 set. 2022.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente**: Elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

TEIXEIRA, S. R. S. A Educação em Vigotski: prática e caminho para a liberdade. **Educação & Realidade**, Belém, v. 47, p. 1-22, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/ZkmZLqzStG7gZknWBDxVRsM/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 31 mai. 2022.

TEIXEIRA, S. R. S.; BARCA, A. P. A. O professor na perspectiva de Vigotski: uma concepção para orientar a formação de professores. **Revista de Educação, Ciência e Cultura**, Canoas, v. 24, n. 1, p. 71-84, mar. 2019. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/article/view/4584>. Acesso em: 14 jun. 2022.

TSOUROS, A. D. *et al.* Health Promoting Universities: Concept, experience and framework for action. **World Health Organization Regional Office for Europe**,

1998. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/108095> . Acesso em: 03 out. 2022.

TULESKI, S. C. **Vygotski: a construção de uma Psicologia Marxista**. 2. ed. Maringá: Eduem, 2008.

TULESKI, S. C.; CALVE, T. M.; SANTOS, A. C. V. A unidade funcional do psiquismo humano: princípios e método de análise histórico-cultural. *In*: FIRBIDA, F. G. B.; FACCI, M. G. D.; BARROCO, S. M. S. **O desenvolvimento das funções psicológicas superiores na psicologia histórico-cultural**: contribuições à psicologia e à educação. Uberlândia: Navegando, 2021, p. 15-28.

TULESKI, S. C.; EIDT, N. M. A periodização do desenvolvimento psíquico: atividade dominante e a formação das funções psíquicas superiores. *In*: MARTINS, L. M.; ABRANTES, A. A.; FACCI, M. G. D. **Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico**: do nascimento à velhice. Campinas: Autores Associados, 2020, p. 35-62.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Reabrir escolas: quando, onde e como? **UNESCO**, 15 de junho de 2020. Disponível em: <https://pt.unesco.org/news/reabrir-escolas-quando-onde-e-como>. Acesso em: 01 jul. 2022.

URT, S. C. A Constituição do Sujeito por meio da apropriação da cultura e da educação: o foco na atividade docente. *In*: URT, S. C.; CINTRA, R. C. G. G. (orgs.). **Identidade, Formação e Processos Educativos**. Campo Grande-MS: Life, 2012, p. 21-35.

VIANNA, L. A. C. Determinantes Sociais de Saúde: processo saúde doença. **UNIFESP**, 2012. Disponível em: https://www.unasus.unifesp.br/biblioteca_virtual/pab/7/unidades_conteudos/unidade05/unidade05.pdf. Acesso em: 14 out. 2022.

VIAPIANA, V. N. **A depressão na sociedade contemporânea**: contribuições da teoria da determinação social do processo saúde-doença. 2017. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

VIGOTSKI, L. S. **Psicologia pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

VIGOTSKI, L. S. **Teoria e método em psicologia**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VIGOTSKI, L. S. **Obras escogidas Tomo IV**: Psicología infantil. Madrid: Antonio Machado, 2006.

VIGOTSKI, L. S. **7 aulas de L. S. Vigotski sobre os fundamentos da pedologia**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2018.

VIGOTSKI, L. S. **Obras completas - Tomo cinco**: Fundamentos de defectologia. Cascavel: EDUNIOESTE, 2019.

VIGOTSKI, L. S. **Psicologia, educação e desenvolvimento**: escritos de L. S. Vigotski. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

VYGOTSKY, L. S. **A transformação socialista do homem**. Marxists Internet Archive, 1930. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/vygotsky/1930/mes/transformacao.htm>. Acesso em: 17 jun. 2022.

VYGOTSKI, L. S. **Obras Escogidas VI**: herencia científica. Madrid: Machado Grupo de Distribución, 2017.

WHO. World Health Organization. The World health report 2001. Mental Health: New Understanding, New Hope. **WHO**, 2001. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/42390>. Acesso em: 17 set. 2022.

WHO. World Health Organization. Novel Coronavirus (2019-nCoV): SITUATION REPORT - 1 21 JANUARY 2020. **WHO**, 2020. Disponível em: https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200121-sitrep-1-2019-ncov.pdf?sfvrsn=20a99c10_4. Acesso em: 17 set. 2022.

WHO. World Health Organization. Guidance on community mental health services: promoting person-centred and rights-based approaches. **WHO**, 2021. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/guidance-and-technical-packages-on-community-mental-health-services>. Acesso em: 03 out. 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Eleventh Revision of the International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems (ICD-11). **World Health Organization**, 2022. Disponível em: <https://icd.who.int/en> . Acesso em: 19 mar. 2022.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista brasileira de educação**, v. 11, n. 32, p. 226-237, ago. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wVchYRqNFkssn9WqQbj9sSG/abstract/?lang=pt> . Acesso em: 15 out. 2022.

ZEIGARNIK, B. V. **Introducción a la patopsicología**. Ciudad de la Habana: Editorial Científico-Técnica, 1979.